

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça

Fortaleza, maio de 2017



Sumário

DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	3
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	7
ESTRATÉGIA	8
PROJETOS ESTRATÉGICOS	23
RELATÓRIO DE GESTÃO 2016	32
RELATÓRIO CONSOLIDADO DE METAS POR EIXO, ÁREA TEMÁTICA E PROGRAMA	252
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS	254
RECURSOS PATRIMONIAIS	257
INFRAESTRUTURA	258
QUADRO DE PESSOAL	273
INDICADORES DE GESTÃO E DE DESEMPENHO	274
TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS MEDIANTE CONVÊNIO, ACORDO, AJUSTE, TERMO DE PARCERIA OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES OUTROS	326



DESCRIÇÃO GERAL, MISSÃO, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

1. DESCRIÇÃO GERAL

A depender do campo de atuação, o Judiciário brasileiro se divide em cinco segmentos: Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, Trabalhista e Militar.

Os cinco segmentos do Poder Judiciário nacional, podem, ainda, ser analisados sob a perspectiva da seguinte classificação: Justiças especializadas e Justiça comum. As especializadas referem-se à Justiça Trabalhista, Eleitoral e Militar, estando suas competências previstas, respectivamente, nos artigos 114, 121 e 124, da Constituição Federal. A Justiça comum subdivide-se em Justiça Federal e Justiça Estadual. A Justiça Federal atua na solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais. Já a Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal. Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

No Estado do Ceará, o Poder Judiciário é identificado pelas seguintes unidades:

1.1 Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

O Tribunal de Justiça é o órgão do Poder Judiciário com atuação em todo o território cearense e com a devida competência para decidir, via de regra, em 2º grau de jurisdição, as questões relativas à Justiça Comum Estadual. O Tribunal de Justiça, por maioria absoluta dos seus membros efetivos e por votação secreta, elege, dentre os desembargadores mais antigos, os ocupantes dos cargos de direção, cujos mandatos são de dois anos. Os três desembargadores mais votados ocupam, respectivamente, os cargos de Presidente, Vice-Presidente e de Corregedor-Geral da Justiça.



1.2 Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Ceará

De acordo com o artigo 56 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará (Lei Estadual nº 12.342/1994), "a Corregedoria Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, será exercida em todo o Estado por um desembargador com denominação de Corregedor-Geral da Justiça". A Corregedoria também se responsabiliza por orientar, disciplinar e fiscalizar a administração da Justiça de 1º grau, zelando pela eficiente prestação jurisdicional ao cidadão cearense.

No exercício de suas missões institucionais, são realizadas correições – gerais ou parciais – e inspeções nas comarcas e nas serventias judiciais e extrajudiciais da Capital e do Interior do Estado. As inspeções das serventias extrajudiciais ocorrem sobre os cartórios. No período correicional, é verificado se as varas judiciais e os cartórios prestam um serviço satisfatório à comunidade.

Também são funções da Corregedoria: apurar procedimentos administrativos contra juízes e, se necessário, remetê-los ao Tribunal Pleno; desenvolver ações voltadas para a melhoria dos serviços da Justiça e, ainda, orientar magistrados e servidores na busca de uma prestação jurisdicional mais célere e efetiva.

1.3 Fórum Clóvis Beviláqua

No Fórum da Capital – Clóvis Beviláqua – funcionam, atualmente, 173 varas, das quais 34 são virtuais. Desse total, observa-se uma distribuição em diversas competências judiciais, quais sejam: Família, Cível, Sucessões, Fazenda Pública, Recuperação de Empresas e Falências, Registros Públicos, Execuções Fiscais e Crimes contra a Ordem Tributária, da Infância e da Juventude, Criminal, Júri, Trânsito, Delitos sobre Tráfico e uso de Substâncias Entorpecentes, Execuções de Penas Alternativas e Habeas Corpus, Execuções Criminais e Juízo Militar.

1.4 Fóruns das Comarcas do Interior

O Poder Judiciário está presente em todos os 184 Municípios do Estado do Ceará. Cada um deles corresponde a uma comarca, ou área de jurisdição. As comarcas do Judiciário cearense são



classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

1.5 Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECCs)

Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são regidos pela Lei nº 9.099/95 e Lei Estadual nº 12.553/95. Foram criados no intuito de dar agilidade às soluções de conflitos, contribuindo para o descongestionamento da Justiça. Atingem as demandas de menor complexidade, denominadas de "pequenas causas".

Os Juizados Especiais possuem competência para processar e julgar causas cíveis de até 40 salários mínimos e infrações de menor potencial ofensivo, assim consideradas as contravenções penais e os crimes para os quais a lei prevê pena máxima não superior a dois anos, cumulada ou não com multa.

Na comarca de Fortaleza, existem 24 unidades de Juizados Especiais Cíveis e Criminais. Já no restante do Estado, outras 17 unidades podem ser encontradas nas comarcas de Aquiraz, Aracati, Baturité, Caucaia, Crateús, Crato, Iguatu, Itapipoca, Icó, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Senador Pompeu, Sobral, Tauá e Tianguá.

1.6 Fórum das Turmas Recursais

O Fórum das Turmas Recursais – Professor Dolor Barreira – é composto por quatro unidades (turmas), cada uma delas formada por três juízes de direito. São competentes para julgar os recursos interpostos no âmbito dos processos que tramitam em qualquer dos Juizados instalados no Estado do Ceará, funcionando como o 2º grau de jurisdição em tais demandas.

1.7 Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec)

A Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará, criada pela Lei Estadual nº 11.203, de 17 de junho de 1986, destina-se à preparação e ao aperfeiçoamento acadêmico de magistrados e servidores do Poder Judiciário cearense. Cuida-se de um órgão auxiliar e permanente do Tribunal de Justiça do Estado, credenciado ao Conselho de Educação do Ceará para oferecer cursos de pós-graduação (especializações). A Esmec se ocupa da formação, reciclagem e



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

permanente atualização dos magistrados e servidores, estimulando a pesquisa e o debate jurídico de temas relevantes.

2. MISSÃO

O Poder Judiciário do Estado do Ceará tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2015-2020, aprovado em abril de 2015 pelo Órgão Especial, “*garantir direitos para realizar Justiça*”.

3. FINALIDADE

O Poder Judiciário possui por função típica a prestação da atividade jurisdicional, que consiste na capacidade de solucionar casos e conflitos concretos, interpretando e aplicando as regras constitucionais e as leis. A Constituição de 1988 conferiu ao Judiciário importante papel na concretização do Estado Democrático de Direito, na medida em que a sua principal finalidade reside na proteção da ordem constitucional e dos direitos fundamentais, com o objetivo de se alcançar uma sociedade livre, justa e solidária.

4. COMPETÊNCIAS

A Justiça Comum Estadual possui competência residual, ou seja, resolve os conflitos não abrangidos pela Justiça Federal (solução de conflitos de interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas federais). Envolve, portanto, matérias cíveis, criminais, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e recuperações judiciais (antigas concordatas), da infância e juventude, entre outras.

As competências do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará estão previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará).



ESTRATÉGIA

O Plano Estratégico do TJCE 2015-2020 foi aprovado pela Resolução nº 05, de 23 de abril de 2015, revisado por meio da Resolução nº 07/2017, ambas do Órgão Especial. A construção do Plano foi conduzida pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) por meio do esforço de grupo representativo composto de magistrados e servidores do 1º e do 2º grau, do interior e da capital, de setores administrativos e judiciários. Construção esta que também contou com a participação de órgãos do sistema judiciário, entidades da sociedade civil organizada e associações de classe de magistrados, servidores e oficiais de justiça.

Seguindo a metodologia *Balanced Scorecard*, o Plano Estratégico do Judiciário cearense 2015-2020 é representado por meio do Mapa Estratégico do Poder Judiciário, o qual apresenta 11 (onze) objetivos balanceados em 3 (três) perspectivas (Recursos, Procedimentos e Sociedade) e 3 (três) temas (Diálogo com a Sociedade, Desjudicialização de conflitos, Gestão eficiente e participativa). O acompanhamento da execução dos projetos, das metas e dos indicadores do Plano Estratégico 2015-2020 é competência da Secretaria de Planejamento e Gestão do TJCE.





Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

I - Missão: Garantir direitos para realizar justiça.

II - Visão: Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça.

III - Valores:

- Celeridade;
- Efetividade;
- Acessibilidade;
- Transparência;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Probidade; e
- Meritocracia.

IV – Objetivos estratégicos distribuídos em três temas:

a) Diálogo com a Sociedade:

1. Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça;
2. Intensificar a interlocução com a Sociedade.

b) Desjudicialização de conflitos:

1. Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos;
2. Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes.

c) Gestão eficiente e participativa:

1. Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional;
2. Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos;
3. Aprimorar a Governança Judiciária;
4. Garantir a infraestrutura adequada;
5. Aprimorar a Gestão de Pessoas;
6. Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação;
7. Garantir a sustentabilidade financeira.

V - Ficha de Indicadores (Plano Estratégico 2015 – 2020)

Indicador 01: Índice de Eficiência	
Visão	Ser referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça
Descrição do indicador	Índice que permite a análise da eficiência dos tribunais, a partir de comparação entre o que foi produzido (produto) e o que foi gasto para produzir (insumo). Calculado pelo CNJ a partir das informações do Relatório Justiça em Números.
Frequência de medição	Anual
Como medir	Resultado obtido no Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus)
Responsável pelos dados	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão
Linha de base	71,0%
Descrição da Meta	Elevar para 90% a eficiência do TJCE até 2020



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	73,0%	76,0%	79,0%	82,0%	86,0%	90,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 02: Índice de Satisfação do Jurisdicionado						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça					
Descrição do indicador	Mede o grau de satisfação do jurisdicionado com o atendimento, com as instalações físicas, com a comunicação com o público externo, com a prestação dos serviços (audiências e celeridade) e com o resultado da demanda. Deverão ser consideradas as avaliações resultantes da pesquisa de satisfação geral do Poder Judiciário e das pesquisas de satisfação realizadas nas Unidades que prestam atendimento ao jurisdicionado.					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	% de avaliações positivas em Pesquisas de Satisfação					
Responsável pelos dados	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão					
Linha de base	47,5%					
Descrição da Meta	Elevar para 70% a satisfação do jurisdicionado até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	50,0%	53,0%	56,0%	60,0%	65,0%	70,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 03: Índice de acessibilidade						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça					
Descrição do indicador	Mede o percentual de atendimento aos critérios de acessibilidade recomendados pelo CNJ (Recomendação nº 27/2009). A Recomendação nº 27/2009 prevê 15 critérios, para o cálculo do indicador será considerado peso 4 para o critério de acessibilidade física das edificações e 1 para os demais critérios.					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	[(4 x item a + demais itens atendidos) / somatório dos pesos dos itens] x 100					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração					
Linha de base	11%					
Descrição da Meta	Elevar para 100% o índice de acessibilidade até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	17,0%	25,0%	40,0%	60,0%	80,0%	100,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 04: Número de ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão						
Objetivo Estratégico	Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça					
Descrição do indicador	Mede a quantidade de ações e parcerias voltadas à facilitação e à ampliação do atendimento ao público em geral, mediante utilização dos critérios de impacto e capilaridade. Não devem ser considerados como ações/parcerias de ampliação do atendimento: projetos ainda não finalizados; ações que demandem novas ações para que tenham o efeito esperado pelo indicador; reformas de fóruns que não resultem em implantação de novas varas; ações continuadas, que foram implantadas anteriormente ao período de referência, mesmo que não tenham sido contabilizadas anteriormente. Para que seja contabilizada uma ação ou parceria, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação/parceria, informação de como contribui para a facilitação e a ampliação do atendimento ao público, o mês/ano e o local de implantação e qual a expectativa anual de público atingido.					



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Frequência de medição	Mensal												
Como medir	Somatório do número de ações voltadas à ampliação do atendimento ao cidadão												
Responsável pelos dados	Assessoria Institucional												
Linha de base	Não Disponível												
Descrição da Meta	Realizar 29 ações/parcerias até 2020												
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>3</td><td>7</td><td>11</td><td>16</td><td>22</td><td>29</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	3	7	11	16	22	29
2015	2016	2017	2018	2019	2020								
3	7	11	16	22	29								
Gestor das Metas	Assessoria Institucional												

Indicador 05: Número de ações/parcerias para ampliação dos canais de comunicação com a sociedade																		
Objetivo Estratégico	Intensificar a interlocução com a Sociedade																	
Descrição do indicador	Mede a quantidade de ações e parcerias pública e/ou privada para fins de promoção/ampliação de canais de comunicação visando à propagação de um maior número de informações e serviços prestados pelo Judiciário para a população em geral (Res. nº 85/2009/CNJ). Serão consideradas ações/parcerias que criem novos canais de comunicação ou que ampliem o raio de ação dos canais existentes. Para que seja contabilizada, as seguintes informações serão necessárias: nome e descrição da ação/parceria, informação de como promove ou amplia canais de comunicação visando à propagação de um maior número de informações e serviços prestados pelo Judiciário, o mês/ano de implantação e qual a expectativa de público atingido.																	
Frequência de medição	Mensal																	
Como medir	Somatório do número de ações e parcerias realizadas																	
Responsável pelos dados	Assessoria de Comunicação																	
Linha de base	Não Disponível																	
Descrição da Meta	Realizar 11 ações/parcerias até 2020																	
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>1</td><td>3</td><td>5</td><td>7</td><td>9</td><td>11</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	1	3	5	7	9	11					
2015	2016	2017	2018	2019	2020													
1	3	5	7	9	11													
Gestor das Metas	Assessoria de Comunicação																	

Indicador 06: Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade																										
Objetivo Estratégico	Intensificar a interlocução com a Sociedade																									
Descrição do indicador	Mede o percentual de cumprimento das metas de ações de aproximação crítica do Judiciário com a sociedade civil organizada (debates, audiências públicas, fóruns sociais - permanentes ou provisórios etc.) e de participantes nessas ações e em eventos de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense																									
Frequência de medição	Mensal																									
Como medir	$\{[(n^\circ \text{ de ações executadas/meta de ações}) + (n^\circ \text{ de participantes/meta de participantes})] / 2\} \times 100$																									
Responsável pelos dados	Assessoria Institucional																									
Linha de base	Não Disponível																									
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% das metas de ações e de participantes até 2020																									
Metas	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>Participantes</td><td>5.000</td><td>8.000</td><td>12.000</td><td>16.000</td><td>20.000</td><td>25.000</td></tr><tr><td>Ações</td><td>2</td><td>4</td><td>4</td><td>6</td><td>6</td><td>6</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Participantes	5.000	8.000	12.000	16.000	20.000	25.000	Ações	2	4	4	6	6	6					
2015	2016	2017	2018	2019	2020																					
Participantes	5.000	8.000	12.000	16.000	20.000	25.000																				
Ações	2	4	4	6	6	6																				
Metas anuais	100%	100%	100%	100%	100%	100%																				
Gestor das Metas	Assessoria Institucional																									

Indicador 07: Índice de extinção de punibilidade pela prescrição	
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede o percentual de processos com sentença de extinção da punibilidade pela prescrição na 1ª instância					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de sentenças de extinção da punibilidade pela prescrição} / \text{total de sentenças criminais proferidas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	18,5%					
Descrição da Meta	Reduzir para 10% o percentual de processos extintos pela prescrição até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	17,5%	16,0%	14,5%	13,0%	11,5%	10,0%
Gestor das Metas	Corregedoria Geral da Justiça					

Indicador 08: Índice de audiências realizadas						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de audiências realizadas com base nas informações constantes dos sistemas processuais na 1ª instância					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de audiências realizadas} / \text{total de audiências agendadas}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	44,7%					
Descrição da Meta	Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	48,0%	51,0%	54,0%	57,0%	61,0%	65,0%
Gestor das Metas	Corregedoria Geral da Justiça					

Indicador 09: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano (Meta 1)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos julgados em relação ao total de distribuídos					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$[(\text{total de processos julgados} - 1) / \text{total de processos distribuídos}] \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	85,7%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 10: Identificar e julgar, até 31/12, processos distribuídos até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 2)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em processos antigos					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	89,6%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 11: Identificar e julgar, até 31/12, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até o ano base, conforme percentual definido pelo CNJ (Meta 4)						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de julgamentos em processos relacionados à improbidade administrativa ou a crimes contra a Administração Pública					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(\text{total de processos julgados} / \text{total de processos enquadrados na meta}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	49,2%					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento da meta até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 12: Taxa de congestionamento						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos que não são finalizados no ano					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais: definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	63,8%					
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	61,6%	57,7%	54,0%	49,5%	44,9%	39,5%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					
Cogestores por Instância	2015	2016	2017	2018	2019	2020
2º Grau (Sejud)	59,4%	56,4%	52,4%	49,4%	45,4%	40,4%
1º Grau (Corregedoria)	62,0%	58,0%	54,0%	49,0%	44,0%	38,0%
Turmas Recursais	65,5%	64,5%	62,5%	60,5%	58,5%	56,5%
Juizados Especiais (Corregedoria)	59,8%	56,8%	53,8%	49,8%	45,8%	40,8%

Indicador 13: Taxa de congestionamento na fase de execução						
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos em fase de execução que não são finalizados no ano					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais; definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações												
Linha de base	69,6%												
Descrição da Meta	Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020												
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>67,6%</td><td>65,6%</td><td>63,6%</td><td>61,6%</td><td>59,6%</td><td>57,6%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	67,6%	65,6%	63,6%	61,6%	59,6%	57,6%
2015	2016	2017	2018	2019	2020								
67,6%	65,6%	63,6%	61,6%	59,6%	57,6%								
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado												
Cogestores das Metas	Magistrados a serem designados para atuar na: 1) execução judicial não criminal; 2) execução fiscal; e 3) execução extrajudicial não fiscal.												

Indicador 14: Índice de adequação às recomendações e resoluções do CNJ para a área criminal													
Objetivo Estratégico	Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional												
Descrição do indicador	Mede o percentual de atendimento a recomendações e resoluções do CNJ voltadas para a área criminal. Serão consideradas as Resoluções nºs 47/2007, 59/2008, 63/2008, 66/2009, 77/2009, 87/2009, 96/2009, 101/2009, 105/2010, 108/2010, 112/2010, 113/2010, 116/2010, 128/2011, 134/2011, 137/2011, 154/2012, 162/2012 e 180/2013 e as Recomendações nºs 3/2006, 9/2007, 18/2008, 20/2008, 21/2008, 23/2009, 24/2009, 25/2009, 30/2010, 33/2010, 35/2011, 7/2012, 44/2013, 15/2014, 47/2014, 49/2014, todas do Conselho Nacional de Justiça, conforme adequação a 1ª ou 2ª instâncias.												
Frequência de medição	Mensal												
Como medir	nº de resoluções e recomendações atendidas / total de resoluções e recomendações												
Responsável pelos dados	Corregedoria Geral da Justiça (1º Grau e Juizados Especiais); e Gabinete dos desembargadores das câmaras criminais (2º Grau)												
Linha de base	Não Disponível												
Descrição da Meta	Aumentar para 15% o percentual de resoluções e recomendações atendidas até 2020												
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>1,0%</td><td>3,0%</td><td>5,0%</td><td>7,0%</td><td>10,0%</td><td>15,0%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	1,0%	3,0%	5,0%	7,0%	10,0%	15,0%
2015	2016	2017	2018	2019	2020								
1,0%	3,0%	5,0%	7,0%	10,0%	15,0%								
Gestor das Metas	Corregedoria Geral da Justiça (1º Grau e Juizados Especiais)												
Cogestor da Meta	Presidente das Câmaras Criminais Reunidas (2º Grau)												

Indicador 15: Índice de processos estratégicos redesenhados e transformados																					
Objetivo Estratégico	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos																				
Descrição do indicador	Mede o percentual de cumprimento das metas de redesenho e transformação de processos estratégicos (administrativos e judiciais)																				
Frequência de medição	Mensal																				
Como medir	$\{ \{ [(n^\circ \text{ de proc. redesenhados}) / (\text{meta de redesenho})] + [(n^\circ \text{ de proc. transformados}) / (\text{meta de transformação})] \} / 2 \} \times 100$																				
Responsável pelos dados	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão																				
Linha de base	Não Disponível																				
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020																				
Metas cumulativas	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>Processos Redesenhados</td><td>2</td><td>6</td><td>10</td><td>14</td><td>18</td><td>22</td></tr><tr><td>Processos Transformados</td><td>--</td><td>1</td><td>2</td><td>4</td><td>6</td><td>11</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Processos Redesenhados	2	6	10	14	18	22	Processos Transformados	--	1	2	4	6	11
2015	2016	2017	2018	2019	2020																
Processos Redesenhados	2	6	10	14	18	22															
Processos Transformados	--	1	2	4	6	11															
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td><td>100,0%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%								
2015	2016	2017	2018	2019	2020																
100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%																
Gestor das Metas	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão																				

Indicador 16: Índice de unidades judiciárias contempladas com secretaria única	
Objetivo Estratégico	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

	secretaria única					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de unidades contempladas} / \text{total de unidades de entrância final}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Presidência					
Linha de base	8,8%					
Descrição da Meta	Contemplar 100% das unidades judiciárias das Comarcas de entrância final com secretaria única até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	17,7%	29,4%	44,1%	61,8%	79,4%	100,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 17: Índice de unidades judiciárias com processo eletrônico						
Objetivo Estratégico	Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos					
Descrição do indicador	Mede o percentual de unidades com processo eletrônico implantado, considerando as unidades que possuem todos os casos novos eletrônicos					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de unidades judiciárias com processo eletrônico} / \text{total de unidades judiciárias}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação					
Linha de base	42,3%					
Descrição da Meta	Obter 100% de unidades com processo eletrônico até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	43,5%	48,6%	54,7%	62,8%	81,0%	100,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação					

Indicador 18: Índice de aderência à Avaliação da Governança						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Governança Judiciária					
Descrição do indicador	Mede o nível de Governança do Poder Judiciário cearense com base em instrumento de mensuração validado e reconhecido sobre Governança Pública					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	Somatório da pontuação obtida pelo Poder nos critérios contidos no instrumento de mensuração da Governança					
Responsável pelos dados	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Elevar o nível de prática de Governança do Poder Judiciário em 95% até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	50,0%	65,0%	80,0%	90,0%	95,0%
Gestor das Metas	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão					

Indicador 19: Índice de execução da estratégia						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Governança Judiciária					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário cearense					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% cumprimento das metas institucionais					
Responsável pelos dados	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Executar pelo menos 90% da estratégia até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

	25,0%	40,0%	50,0%	65,0%	75,0%	90,0%
Gestor das Metas	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão					

Indicador 20: Índice de conciliações realizadas						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos					
Descrição do indicador	Mede o número de homologações de acordo em relação ao número de processos cíveis julgados					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de sentenças de homologações de acordo} / \text{total de sentenças cíveis}) \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais; definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de conciliações realizadas para 40% até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	10%	16%	22%	28%	34%	40%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 21: Índice de conciliações pré-processuais						
Objetivo Estratégico	Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos					
Descrição do indicador	Mede o quantitativo de conciliações pré-processuais realizadas					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	n° de conciliações pré-processuais realizadas no ano					
Responsável pelos dados	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40% até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	-	16%	22%	28%	34%	40%
Gestor das Metas	Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos					

Indicador 22: Taxa de Congestionamento em demandas repetitivas						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes					
Descrição do indicador	Mede o percentual de processos envolvendo demandas repetitivas que não são finalizados no ano					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{1 - [\text{total de processos baixados} / (\text{casos novos} + \text{casos pendentes})]\} \times 100$					
Responsável pelos dados	Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais; definição das regras de extração; e Secretaria de Tecnologia da Informação: extração das informações					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Reduzir anualmente a taxa de congestionamento em demandas repetitivas em 9% até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	1,5%	3,0%	4,5%	6,0%	7,5%	9,0%
Gestor das Metas	Desembargador a ser designado					

Indicador 23: Índice de avaliações das edificações	
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede a qualidade da infraestrutura por meio de avaliações técnicas envolvendo a segurança, as instalações físicas e o mobiliário das unidades do Poder Judiciário cearense (deverá ser considerado o critério de padronização do mobiliário), bem como dos resultados na pesquisa de satisfação com a infraestrutura envolvendo a segurança, as instalações físicas, o mobiliário e o material disponível para as atividades						
Frequência de medição	Anual						
Como medir	[(média dos índices de segurança das unidades) + (média dos índices de avaliação das edificações)+(média dos índices de avaliação do mobiliário das unidades) + 3x(resultado do índice de satisfação com a infraestrutura)] / 6						
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração						
Linha de base	Não Disponível						
Descrição da Meta	Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020						
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	30%	35%	40%	50%	60%	70%	
Gestor das Metas	Secretaria de Administração						

Indicador 24: Índice de execução dos projetos de reforma/construção de unidades							
Objetivo Estratégico	Garantir a infraestrutura adequada						
Descrição do indicador	Mede o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção concluídos ou no prazo. Serão considerados os projetos envolvendo as unidades com maior criticidade na avaliação técnica ou unidades previstas em recomendação do CNJ especificados em plano anual de reformas e construção.						
Frequência de medição	Anual						
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de projetos concluídos ou no prazo} / \text{total de projetos de reforma e construção}) \times 100$						
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração						
Linha de base	Não Disponível						
Descrição da Meta	Elevar o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção concluídos ou no prazo para 90% até 2020						
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	60%	65%	70%	75%	80%	90%	
Gestor das Metas	Secretaria de Administração						

Indicador 25: Índice de capacitação nas competências profissionais							
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Gestão de Pessoas						
Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas, utilizando para o cálculo as definições dispostas na Res. n° 76/2009 do CNJ						
Frequência de medição	Mensal						
Como medir	$(n^{\circ} \text{ de servidores capacitados} / \text{total de servidores})$						
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas						
Linha de base	Não Disponível						
Descrição da Meta	Elevar o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas para 80% até 2020						
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020	
	30%	40%	50%	60%	70%	80%	
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas						

Indicador 26: Índice de servidores efetivos	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Gestão de Pessoas



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Descrição do indicador	Mede o percentual de servidores efetivos em relação à força de trabalho total, utilizando para o cálculo as definições dispostas na Res. nº 76/2009 do CNJ												
Frequência de medição	Mensal												
Como medir	nº total de servidores efetivos / força de trabalho total												
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas												
Linha de base	Não Disponível												
Descrição da Meta	Elevar o índice de servidores efetivos em 55% até 2020												
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>50%</td><td>50%</td><td>53%</td><td>53%</td><td>55%</td><td>55%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	50%	50%	53%	53%	55%	55%
2015	2016	2017	2018	2019	2020								
50%	50%	53%	53%	55%	55%								
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas												

Indicador 27: Índice de aprimoramento de magistrados						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Gestão de Pessoas					
Descrição do indicador	Mede o percentual de cumprimento das metas de cursos ofertados e de percentual de magistrados capacitados em cursos de, no mínimo, 40h					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	$\{[(n^\circ \text{ de cursos ofertados}) / (\text{meta de cursos})] + [(\% \text{ de magistrados capacitados}) / (\text{meta de capacitação})]\} / 2$					
Responsável pelos dados	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas até 2020					
Metas Anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cursos Ofertados	15	17	19	21	23	25
% de magistrados capacitados	19%	21%	23%	25%	27%	30%
Metas anuais	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Gestor das Metas	Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará					

Indicador 28: Índice de avaliação da Gestão de Pessoas						
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Gestão de Pessoas					
Descrição do indicador	Mede a melhoria na Gestão de Pessoas por meio da adequação da implantação de práticas de governança em gestão de pessoas (instrumento de avaliação GovPessoas) e do resultado da pesquisa de clima organizacional					
Frequência de medição	Anual					
Como medir	$(\% \text{ de atendimento ao questionário Gov Pessoas} + \% \text{ de avaliações positivas na pesquisa de clima organizacional}) / 2$					
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 75% até 2020					
Metas	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Questionário GovPessoas	20%	30%	40%	50%	60%	70%
Pesquisa de Clima	70%	72%	74%	76%	78%	80%
Metas anuais	45,0%	51,0%	57,0%	63,0%	69,0%	75,0%
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas					

Indicador 29: Percentual de unidades em conformidade com os parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho (servidores efetivos, servidores comissionados, servidores cedidos e terceirizados)	
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Gestão de Pessoas
Descrição do indicador	Mede o percentual das unidades (judiciárias e de apoio direto) que estão em conformidade com parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Frequência de medição	Anual												
Como medir	% de unidades com a quantidade da força de trabalho em conformidade com tabela de lotação paradigma												
Responsável pelos dados	Secretaria de Gestão de Pessoas												
Linha de base	Não Disponível												
Descrição da Meta	Elevar o percentual de unidades em conformidade com os parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho para 50% até 2020												
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>30,0%</td><td>33,0%</td><td>36,0%</td><td>40,0%</td><td>44,0%</td><td>50,0%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	30,0%	33,0%	36,0%	40,0%	44,0%	50,0%
2015	2016	2017	2018	2019	2020								
30,0%	33,0%	36,0%	40,0%	44,0%	50,0%								
Gestor das Metas	Secretaria de Gestão de Pessoas												

Indicador 30: Índice de governança de TIC																		
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação																	
Descrição do indicador	Mede a adequação das práticas de gestão de TIC ao instrumento de avaliação Perfil GovTI																	
Frequência de medição	Anual																	
Como medir	% de atendimento ao Questionário “Perfil GovTI”																	
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação																	
Linha de base	45,0%																	
Descrição da Meta	Elevar o índice de governança de TIC em 90% até 2020																	
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>50,0%</td><td>60,0%</td><td>70,0%</td><td>75,0%</td><td>85,0%</td><td>90,0%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	50,0%	60,0%	70,0%	75,0%	85,0%	90,0%					
2015	2016	2017	2018	2019	2020													
50,0%	60,0%	70,0%	75,0%	85,0%	90,0%													
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação																	

Indicador 31: Índice de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação																		
Objetivo Estratégico	Aprimorar a Governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação																	
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano Estratégico de TIC 2015-2020																	
Frequência de medição	Mensal																	
Como medir	$(\% \text{ cumprimento das metas} + \% \text{ projetos concluídos ou no prazo}) / 2$																	
Responsável pelos dados	Secretaria de Tecnologia da Informação																	
Linha de base	10,0%																	
Descrição da Meta	Obter 90% de execução da estratégia de Tecnologia da Informação e Comunicação até 2020																	
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td>55,0%</td><td>60,0%</td><td>73,0%</td><td>80,0%</td><td>85,0%</td><td>90,0%</td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020	55,0%	60,0%	73,0%	80,0%	85,0%	90,0%					
2015	2016	2017	2018	2019	2020													
55,0%	60,0%	73,0%	80,0%	85,0%	90,0%													
Gestor das Metas	Secretaria de Tecnologia da Informação																	

Indicador 32: Índice de implantação das propostas aprovadas pelos Comitês Participativos																		
Objetivo Estratégico:	Garantir a Sustentabilidade financeira																	
Descrição do indicador	Mede a implantação dos projetos aprovados pelos Comitês Participativos																	
Frequência de medição	Mensal																	
Como medir	$n^\circ \text{ de novas propostas de projetos aprovados pela presidência} / n^\circ \text{ de novos projetos aprovados pelos comitês participativos}$																	
Responsável pelos dados	Secretaria Especial de Planejamento e Gestão																	
Linha de base	29,0%																	
Descrição da Meta	Obter anualmente, pelo menos, os percentuais de implantação de projetos definidos nas metas até 2020																	
Metas anuais	<table border="1"><thead><tr><th>2015</th><th>2016</th><th>2017</th><th>2018</th><th>2019</th><th>2020</th></tr></thead><tbody><tr><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td><td></td></tr></tbody></table>	2015	2016	2017	2018	2019	2020											
2015	2016	2017	2018	2019	2020													



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

	20,0%	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%	30,0%
Gestor das Metas	Presidência					

Indicador 33: Índice de incremento da arrecadação						
Objetivo Estratégico:	Garantir a Sustentabilidade financeira					
Descrição do indicador	Mede o incremento nas receitas oriundas do Fermoju					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de incremento nas receitas oriundas do Fermoju em relação à arrecadação do ano base					
Responsável pelos dados	Secretaria de Finanças					
Linha de base	6,0%					
Descrição da Meta	Aumentar em 109,3% a arrecadação em relação ao ano base até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	8,8%	19,7%	34,1%	52,9%	77,3%	109,3%
Gestor das Metas	Secretaria de Finanças					

Indicador 34: Índice de execução do Plano de Logística Sustentável						
Objetivo Estratégico:	Garantir a Sustentabilidade financeira					
Descrição do indicador	Mede o grau de execução do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário (PLS-PJ)					
Frequência de medição	Mensal					
Como medir	% de cumprimento das metas do PLS-PJ					
Responsável pelos dados	Secretaria de Administração					
Linha de base	Não Disponível					
Descrição da Meta	Obter 90% de execução do plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário cearense até 2020					
Metas anuais	2015	2016	2017	2018	2019	2020
	25,0%	40,0%	50,0%	65,0%	75,0%	90,0%
Gestor das Metas	Comissão de Responsabilidade Socioambiental					

VI – Lista de Programas Estratégicos

Nº	Programa	Benefícios organizacionais
1	Ampliação da comunicação com a Sociedade	Aprimoramento e ampliação dos canais de comunicação com a sociedade
		Melhoria da acessibilidade
		Promoção de discussões e debates com a sociedade
		Melhoria da imagem do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Criação da identidade visual do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Fortalecimento e capilarização da Ouvidoria
		Fortalecimento da Assessoria de Comunicação
2	Aprimoramento da Gestão de Pessoas	Capacitação dos servidores nas competências específicas
		Aperfeiçoamento da capacitação dos magistrados
		Aprimoramento da governança em gestão de pessoas
		Melhoria da distribuição e adequação da força de trabalho



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

		Criação da Universidade Corporativa do Poder Judiciário cearense
3	Aperfeiçoamento da Gestão Financeira	Incremento da arrecadação
		Otimização da gestão de custos
4	Desenvolvimento da Governança Corporativa	Aprimoramento do modelo de gestão
		Otimização da execução da estratégia
		Desenvolvimento da governança de TIC
		Aprimoramento da gestão participativa
		Melhoria da gestão das informações gerenciais e estatísticas
5	Melhoria da estrutura física e de TIC	Melhoria na oferta de serviços de gestão patrimonial e de material para as comarcas do interior
		Ampliação e aprimoramento da infraestrutura de TIC
		Ampliação do número de unidades judiciárias com processo eletrônico
		Ampliação da acessibilidade física e digital
		Melhoria da infraestrutura física
		Aprimoramento da segurança institucional (física, logística e da informação)
6	Excelência no desempenho da prestação jurisdicional	Criação de cargo de assessor de magistrado de 1º grau
		Melhoria e ampliação do atendimento ao jurisdicionado
		Contribuição para o cumprimento de metas nacionais
		Aprimoramento da Justiça criminal
		Adequação e ampliação dos Juizados Especiais
		Aprimoramento da gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes
		Aumento da efetividade na prestação jurisdicional
		Reestruturação e aprimoramento das execuções fiscais e cíveis
		Efetividade na realização das audiências
		Otimização e uniformização dos serviços por especialidade
		Redução das taxas de congestionamento
		Reconhecimento das unidades judiciárias com desempenho satisfatório
		Ampliação das parcerias com instituições externas
7	Otimização Organizacional	Padronização e transformação de processos de trabalho judiciais e administrativos
		Ampliação do número de secretarias únicas
		Reestruturação organizacional do Poder Judiciário do Estado do Ceará
		Readequação das competências das varas de forma a especializá-las
		Estabelecimento de sistemática para aprimorar a gestão de processos de trabalho
		Padronização de procedimentos relativos à comunicação interna



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

		Estabelecimento de sistemática para a gestão documental
8	Redução da judicialização de conflitos	Fortalecimento da oferta das soluções alternativas de conflitos
		Criação de centros judiciais de soluções alternativas de conflitos



PROJETOS ESTRATÉGICOS

Tabela 1: Projetos estratégicos da gestão 2015-2017

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Reforma, estruturação e equipagem do depósito de provas bélicas (Deprob) do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB).• Implantação dos armários de segurança para a retenção das armas dos policiais e de outras autoridades com permissão legal para o porte, em visitas ao FCB, ao Palácio da Justiça Des. Júlio Carlos de Miranda Bezerra e aos Fóruns de Caucaia, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do Norte.• Aquisição de rádios de comunicação para utilização pela equipe de segurança do TJCE.• Aluguel e aquisição de veículos convencionais e blindados.• Aquisição de coletes balísticos para magistrados com situação de risco.• Aprovação do projeto do sistema contra incêndio para o FCB.	(Indicador 23): Elevar o índice de avaliações das edificações para 70% até 2020.
Reestruturação e aprimoramento das Execuções Fiscais	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico: avaliação da atual situação das práticas gerenciais das Varas de Execuções Fiscais, detectando possíveis incongruências através de reuniões com gestores e servidores.• Apresentação e implantação de propostas de melhorias pactuadas entre as partes, inclusive com o envolvimento das Procuradorias Estadual, Municipal, (PGE e PGM) e autarquias, visando o aperfeiçoamento das práticas gerenciais.• Apresentar uma cartilha que contemple ações propostas e implementadas e projetem possibilidades para o futuro, quando de uma melhoria no quadro fiscal do Estado.• Firmar convênio simples com a PGE, PGE autarquias estaduais e municipais para possibilitar que as Varas de Execuções Fiscais e Juizes, inclusive do interior do Estado, tenham acesso ao sistema da Dívida Ativa, visando municipalizar o Juízo do valor atual da Certidão da Dívida Ativa, objeto da Execução fiscal em análise, que facilite as ações do jurisdicionado e do magistrado.	(Indicador 13): Reduzir a taxa de congestionamento na fase de execução para 57,6% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Aprimoramento das Execuções Cíveis	Ativo (Projeto em replanejamento)	<ul style="list-style-type: none">• Firmar parcerias e convênios com as instituições públicas, como cartórios, prefeituras (Secretaria de finanças), Procuradorias do Estado e da União, junta comercial.• Realizar 01 mutirão de conciliação.• Elaborar Manual orientativo sobre aplicação da prescrição intercorrente e divulgar.	(Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.
Garantia da Efetividade das Audiências	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Realizar diagnóstico dos motivos da não realização das audiências.• Realizar o redesenho do processo e manualizá-lo.• Implantar sistema de controle de reserva de sala de audiência.• Implantar sala de videoconferência para reuniões das unidades administrativas.	(Indicador 08): Aumentar para 65% o percentual de audiências realizadas até 2020.
Criação de Política de Atendimento ao Jurisdicionado	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Coleta de dados de pesquisa de satisfação dos jurisdicionados.• Coleta de dados de pesquisa, com servidores, sobre atendimento jurisdicionado.• Elaborar manual sobre política de atendimento ao jurisdicionado.• Fomentar a realização de Audiências Públicas como meio de intensificar a interlocução com a sociedade.• Divulgação das pesquisas de satisfação junto ao jurisdicionado na grade de treinamento do FCB em 06 turmas.	(Indicador 02): Aumentar para 70% a satisfação do Jurisdicionado até 2020.
Aprimoramento da Justiça Criminal	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Implantação do Portal E-Saj e Malote Digital para remessa de documentos eletrônicos entre a SEJUS e TJCE.• Construção e implantação de Sistema de Consultas de Antecedentes Criminais Unificadas no Poder Judiciário cearense.	(Indicador 14): Índice de adequação às recomendações e resoluções do CNJ para área criminal.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Criminais	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Requerimento <i>online</i> de solicitação de certidões negativas cível e criminal.• Envio da certidão assinada por e-mail.• Emissão da certidão negativa civil e criminal online.	(Indicador 4): Realizar 29 ações/parcerias para ampliar o atendimento ao cidadão, até 2020.
Análise, Racionalização e Manualização dos Processos dos Setores Integrantes da Secretaria Judiciária	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Manualização de procedimentos da Sejud.	(Indicador 15): Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas de processos redesenhados e transformados até 2020.
Aprimoramento do Modelo de Governança do Poder Judiciário cearense	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Instalar dois comitês orçamentários para o 1º e o 2º Grau.• Sistematizar o acompanhamento eletrônico anual do nível de capacidade de Governança Pública do TJCE.• Propor melhorias para a elevação do nível de capacidade de Governança Pública do TJCE.• Elaboração de proposta de normatização para novo modelo de Governança.	(Indicador 18): Elevar o nível de prática de Governança do Poder Judiciário em 95% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Melhoria das Estatísticas Processuais	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Elaborar, revisar e validar os parâmetros de extração de dados relacionados às estatísticas do “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, ambas do (CNJ), e às estatísticas forenses da CGJ.• Desenvolver relatórios de metas e de taxa de congestionamento por unidade.• Elaborar e disponibilizar às unidades judiciárias manuais de procedimentos para baixa processual.• Normatizar programas de monitoramento da taxa de congestionamento por unidades.• Capacitar diretores de secretaria e servidores em metas, indicadores estatísticos e atualizações processuais baseadas nas tabelas processuais unificadas.• Expandir a ferramenta de BI (<i>Bussiness Intelligence</i>) para inclusão do indicador taxa de congestionamento e demais indicadores do Justiça em Números.• Implantar rotina de certificação de cumprimento das Metas Nacionais e premiação de unidades judiciárias com melhor desempenho no indicador Taxa de Congestionamento.• Implantar e automatizar a estatística da produtividade mensal de Unidades e Magistrados.• Unificar as estatísticas.	(Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.
Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	Ativo	<ul style="list-style-type: none">• Definição de processos de avaliação, monitoramento e direcionamento da TIC, alcançando a maturidade de 60% do perfil GovTI 2014/TCU.• Realizar uma avaliação dos processos de TI a partir de um modelo abrangente como o COBIT, visando a identificar as maiores discrepâncias entre os requisitos do negócio e a situação atual da TI.• Plano de projeto simplificado para o aprimoramento da maturidade entre 2017 e 2020, visando a atingir 90% do Perfil GovTI 2014/TCU;• Atender os itens 5.9.d, 5.9.e, 2.2.a, 2.2.g, 5.1.c, 5.1.d, 1.3.d, 5.5.c, 5.4.f, 5.4.g, 5.4.h, 5.4.i, 5.4.j, 5.4.k, 5.4.l, 5.4.m, 5.4.n, 5.4.o, 5.4.p, 5.4.q, 5.4.r, 5.1.f, 5.1.j, 5.1.b, do Perfil GovTI 2014/TCU;	(Indicador 30): elevar o índice de governança de TIC em 90% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		<ul style="list-style-type: none">Automatizar todos os processos modelados no projeto;Construir o sistema de gestão de demandas.	
Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior	Ativo (Projeto em Replanejamento)	<ul style="list-style-type: none">Treinar os servidores e magistrados no sistema PJe e implantá-lo nas classes processuais de competência cível dos Juizados Especiais que tramitam nas comarcas de vara única e nas 2ª varas das comarcas do interior do Estado, totalizando 166 unidades.	(Indicador 17): índice de casos novos eletrônicos.
Comunicação de Dados	Ativo	<ul style="list-style-type: none">Dotar as comarcas do interior do Estado do Ceará de <i>links</i> de comunicação rápidos, modernos e confiáveis.Possibilitar a expansão do processo eletrônico para o interior do Estado.Contratar serviços de dados para 2 fibras ópticas interligando a sede do TJCE à sede do Fórum Clóvis Beviláqua (FCB).Realizar a licitação dos links de comunicação de dados em substituição ao contrato da RIGAV (Convênio Etice – OI) até abril 2016. Definir, coordenar, gerenciar e implantar a estrutura física necessária, bem como a ativação/migração dos links de dados, incluindo a comunicação entre os data centers do TJCE	(Indicador 31): Obter 90% de execução da estratégia de TIC até 2020.
Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará	Ativo	<ul style="list-style-type: none">Instituir equipe multissetorial responsável pela Gestão de Segurança Corporativa da Informação composta por representantes das seguintes unidades STIN, SEPLAG, SEJUD, SECAD, SGP e FCB;Proposta da Política de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense (PJCE).Proposta de normas e procedimentos de Segurança da Informação para o PJCE.Proposta de um Plano de Continuidade de Serviços essenciais de TI para o TJCE.Proposta de ações pertinentes à implantação e disseminação do Programa pela equipe gestora.	(Indicador 31): Obter 90% de execução da estratégia de TIC até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
Informatização das Atividades da Auditoria	Ativo	<ul style="list-style-type: none">Sistema SISAUD atual com Módulo de Cadastro.Processos modelados e automatizados para as etapas: planejar atividades de auditoria, execução da auditoria e monitorar auditoria.Matrizes de Auditoria.Painel de Controle das Auditorias.Consultas de Log do Sistema.	(Indicador 15): Alcançar anualmente 100% de cumprimento das metas de processos redesenhados e transformados até 2020.
Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo	Cancelado	<ul style="list-style-type: none">Realizar ambiente piloto para gravação de áudio e vídeo de audiências da sala padrão e infância.	(Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.
Implantação de Identificação Visual	Suspensão	<ul style="list-style-type: none">Implantação de projeto de comunicação visual no Fórum da Comarca de Santa Quitéria, a título de piloto.	(Indicador 03): Elevar para 100% o índice de acessibilidade até 2020.
Melhoria da Acessibilidade Física nos Prédios do Poder Judiciário	Suspensão	<ul style="list-style-type: none">Reforma e adequação de 15 Fóruns, contemplando:<ul style="list-style-type: none">- construção de rampas de acesso;- reforma das circulações internas dos prédios;- modificação dos balcões de atendimento para alturas adequadas;- adequação dos banheiros para a acessibilidade universal;- implantação do sistema sinalização de piso;- substituição ou modificação de portas e maçanetas;- instalação de elevadores e/ou plataformas elevatórias	(Indicador 03): Elevar para 100% o índice de acessibilidade até 2020.
Otimização da Gestão de Custos	Suspensão	<ul style="list-style-type: none">Ferramenta automatizada que permite a gestão dos custos de manutenção do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.	(Indicador 34): Obter 90% de execução do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário cearense até 2020.
Fórum Novo de Santa Quitéria	Suspensão	<ul style="list-style-type: none">Obra civil do edifícioUrbanismo e Implantação da edificaçãoInstalações PrediaisClimatizaçãoMobiliário	(Indicador 24): Elevar o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
			concluídos ou no prazo para 90% até 2020.
Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Diagnóstico para aprimorar as práticas de gestão de pessoas do Poder Judiciário cearense, tendo como ponto de partida o instrumento de avaliação Govpessoas do Tribunal de Contas da União (TCU).• Proposta de programa de desenvolvimento de competências de liderança para gestores do Poder Judiciário cearense.• Normativo relativo à Avaliação de Desempenho dos servidores e gestores (ocupantes de cargos comissionados) do Poder Judiciário cearense.• Proposta de plano para o desenvolvimento de competências profissionais, inclusive competências de liderança que atendam às necessidades de cada nível de gestão (operacional, tático e estratégico).	(Indicadores 25 e 28): Elevar o percentual de servidores que foram capacitados nas competências específicas para 80% até 2020; Elevar o índice de avaliação da Gestão de Pessoas em 75% até 2020.
Fórum Novo de Itapipoca	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• O edifício que abriga o novo Fórum da Comarca de Itapipoca foi construído com uma área de 1.417,64 m² em um terreno de 6.040,46 m², contendo 3 (três) varas, depósito de bens, arquivo geral, salão do júri, sala dos Oficiais de Justiça, OAB, defensoria pública, banheiros, celas masculinas e femininas e uma copa.	(Indicador 24): Elevar o percentual de projetos estratégicos e setoriais de reforma ou construção concluídos ou no prazo para 90% até 2020.
Criação das Secretarias Únicas Especializadas	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Criação de 04 (quatro) Secretarias Judiciais de 1º Grau, sendo 01 (uma) para atender as 15 (quinze) Varas da Fazenda Pública, 02 (duas) para atender as 18 (dezoito) Varas da família e 01 (uma) para atender as 03 (três) Varas de Execuções Penais.	(Indicador 16): Contemplar 100% das unidades judiciárias das comarcas de entrância final com Secretarias Única até 2020.
Criação de Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos (CEJUSCs)	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Criação de 40 CEJUSCs nas Comarcas do Estado do Ceará, por meio de Portaria.• Realização de 23 Curso de Capacitação sobre conciliação e mediação aos colaboradores que atuarão nos CEJUSCs (módulos em fases EAD e presenciais).• Celebração de 10 convênios entre TJCE, instituições de ensino superior e Defensoria Pública.	(Indicadores 20 e 21): Elevar o índice de conciliações realizadas para 40% até 2020; Aumentar o número de conciliações pré-processuais realizadas em 40%



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
			até 2020.
Uniformização da Jurisprudência em Demandas Repetitivas	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Parâmetros para definição e identificação das demandas repetitivas.• Minuta de resolução regulamentadora da sistemática de uniformização de jurisprudência em demandas repetitiva.• Propostas de enunciados de súmulas uniformizadoras de jurisprudência em demandas repetitivas.• Coleta de decisões consideradas como demandas repetitivas junto aos gabinetes dos Desembargadores.	(Indicador 22): Reduzir anualmente a taxa de congestionamento em demandas repetitivas em 9% até 2020. (Meta CNJ 2016): Meta 7 – Gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.
Incremento na Arrecadação do Poder Judiciário Cearense	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Nova Tabela de Despesas Processuais, anexa à lei estadual 15.834 (publicada no Diário Oficial do Estado em 30/07/2015);• Integração das guias geradas nos sistemas gerenciados pela Secretaria de Finanças (Sefin) com os documentos de arrecadação – DAE da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará.• Efetivação da Comissão Permanente de Monitoramento.	(Indicador 33): Incrementar a arrecadação em 109,3% até o exercício de 2020, em relação a 2014.
Transformação de Processos Estratégicos	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Redesenhado o processo “Realizar Comunicação ou Solicitação Prisional e Judicial” (que faz parte do Programa Integra).• Foram redesenhados os processos das Turmas Recursais e Juizados e dos sistemas Sproc, SAJPG e SAJSG, (totalizando 10 (dez) redesenhos relativos à baixa processual).	(Indicador 15): Redesenhar 22 processos e transformar 11 processos até 2020.
Modernização dos Portais TJCE	Concluído	<ul style="list-style-type: none">• Implantação do novo Portal Intranet e Internet.• Rede social corporativa do TJCE.• Política de gestão de conteúdo nos sítios eletrônicos do TJCE.	(Indicador 5): Realizar 11 ações e parcerias para ampliação dos canais de comunicação com a sociedade até 2020.
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados – Oficiais de Justiça	Concluído	Implantação, no SAJ do Segundo Grau, de funcionalidade que controla os mandados de justiça, incluindo automação de expedientes por filas de trabalho e controle dos expedientes por oficial de justiça em termos de prazo,	(Indicador 12): Reduzir a taxa de congestionamento para 39,5% até 2020.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome do Projeto	Status	Entregas Previstas	Alinhamento estratégico (Plano Estratégico 2015-2020 e Metas do CNJ 2016)
		cumprimento e lançamento de movimentações.	

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão/TJCE



RELATÓRIO DE GESTÃO 2016

Em consonância ao art. 20, inc. XVI, do novo Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que prevê a apresentação de relatórios da administração e das atividades do Tribunal, e, com o objetivo de dar transparência às ações desenvolvidas no âmbito do Poder Judiciário cearense, apresenta-se o Relatório da Gestão 2015-2016.

Sob a Presidência da Desembargadora Maria Iracema Martins do Vale, Vice-Presidência do Desembargador Francisco de Assis Filgueira Mendes e tendo o Desembargador Francisco Lincoln Araújo e Silva a frente da Corregedoria-Geral da Justiça, foram priorizadas iniciativas que contribuíram para o efetivo aprimoramento da prestação jurisdicional, para a profissionalização da gestão judiciária e para a utilização plena e racional dos recursos. Primou-se, de igual forma, pelo diálogo e pela valorização dos servidores e magistrados que compõem este Poder.

O vertente relato documenta as principais ações, projetos e resultados do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará referentes à Gestão 2015-2016.

1. GESTÃO DE PESSOAS

No âmbito da gestão de pessoas, destacam-se as seguintes ações e projetos realizados no Poder Judiciário do Estado do Ceará no biênio 2015-2016:

1.1 Programa de Desenvolvimento de Gestores

- i. Objeto: Realização do Programa de Desenvolvimento de Gestores do Poder Judiciário cearense com o intuito de capacitar 600 gestores em competências específicas para o aprimoramento do exercício de suas atribuições nos cargos de gestão que ocupam;
- ii. Fundamentação legal: Constituição Federal, art. 37, *caput*, e art. 39, § 2º; Lei Estadual nº 12.342/95, art. 53, inciso XXIX; Lei Estadual nº 12.483/95, art. 5º, inciso IV; Lei 8.666/93, art. 13, item VI e art. 25, item II, Parágrafo 1º; Resolução



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- nº 192 de 2014 do CNJ; Resolução nº 198 de 2014 do CNJ; e Lei Estadual nº 14.415/09, art. 1º, incisos I e IV;
- iii. Público-alvo: 600 vagas para os servidores, sendo 240 destinadas às Comarcas do Interior, 163 ao Tribunal de Justiça e 166 ao Fórum Clóvis Beviláqua, ocupantes de cargos efetivos e comissionados, que exerçam papel de gerência no Poder Judiciário cearense e 31 vagas ofertadas aos servidores com potencial para o desenvolvimento da liderança;
 - iv. Resultados: Elevar a efetividade técnica e gerencial dos gestores do Poder Judiciário cearense a partir do aprimoramento das competências: Liderança de Pessoas, Orientação para Processos, Orientação para Resultados e, de acordo com as políticas e sistemas de gestão em vigor, sempre observando a cultura, a missão, a visão e os valores da Instituição. No período de 2015 e 2016, foram realizadas 20 turmas, totalizando 241 capacitados. As demais turmas se encontram em andamento;
 - v. Período: Nos exercícios de 2015 (3 turmas) e 2016 (17 turmas);
 - vi. Carga Horária: 48 horas-aula por turma;
 - vii. Turmas: 20 turmas no total, sendo 6 turmas para o Tribunal de Justiça, 6 turmas para o Fórum Clóvis Beviláqua e 8 turmas para as Comarcas do Interior, das quais 2 serão realizadas em Fortaleza;
 - viii. Resultados: O Programa de Desenvolvimento de Gestores contou com 680 inscritos. No período de 2015 e 2016, 368 servidores concluíram a capacitação.

1.2 Pesquisa de Clima Organizacional

- i. Objeto: Mensurar a satisfação do colaborador em relação ao seu ambiente de trabalho e obter, pelo menos, 70% de avaliações positivas do clima organizacional;
- ii. Fundamentação: Plano Estratégico 2015-2020 que apresenta o Indicador nº 28 - Índice de Avaliação da Gestão de Pessoas, que busca medir a melhoria na Gestão de Pessoas;
- iii. Público-alvo: Todos os colaboradores do Poder Judiciário cearense (magistrados, servidores efetivos e comissionados, terceirizados e estagiários);



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- iv. Período da Pesquisa de Clima 2015: Entre os dias 12 e 30 de outubro de 2015;
- v. Resultados da Pesquisa de Clima 2015: A pesquisa obteve 678 respostas válidas, o que representa a participação de 11% dos colaboradores do TJCE, do universo de 6.339 colaboradores e o resultado geral apresentou percentual médio de clima de 69%, que representa a média das respostas positivas;
- vi. Período da Pesquisa de Clima 2016: Realizamos a 4ª edição da Pesquisa de Clima Organizacional no período de 10 a 21 de outubro de 2016. A pesquisa apresentou 68% de avaliações positivas.

1.3 Plano de Educação Corporativa

- i. Objeto: Oferecer soluções educacionais customizadas às principais necessidades de treinamento e desenvolvimento das unidades judiciárias e administrativas do Poder Judiciário cearense, tomando como referencial o mapeamento de competências;
- ii. Fundamentação: Em conformidade com as diretrizes do Plano Estratégico do Poder Judiciário cearense para o período 2015-2020, com a Resolução nº 198 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário, e com a Resolução nº 192 do CNJ, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário;
- iii. Público-alvo: Servidores do Poder Judiciário cearense;
- iv. Resultados do Plano de Educação Corporativa em 2015: Foram realizados 18 cursos internos, 86 cursos externos ou com parceiros externos, e capacitados 2.050 servidores (sem repetições).
- v. Resultados do Plano de Educação Corporativa em 2016: Durante o ano de 2016, foram realizados 31 cursos internos, 136 cursos externos ou com parceiros externos, e capacitados 1.507 servidores (sem repetições).

1.4 Concurso Público para Servidores Efetivos da Área Judiciária e Administrativa

Em janeiro de 2015, houve a nomeação de 238 concursados das Áreas Administrativas e Judiciárias, conforme Portaria nº 05/2015, DJE de 8 de janeiro de 2015. Em junho do mesmo ano,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

foram nomeados, por meio da Portaria nº 1481/2015, DJE de 30 de junho de 2015, 30 concursados da Área Judiciária, em decorrência da própria movimentação do concurso (pedidos de desistências temporárias e definitivas, perda de prazo para posse, exonerações). Em dezembro de 2015, houve a nomeação de 19 concursados das Áreas Administrativas e Judiciárias, conforme Portaria nº 2616/2015, DJE de 1º de dezembro de 2015, e Portaria nº 2682/2015, DJE de 10 de dezembro de 2015.

No ano de 2016, houve nomeações para vagas remanescentes, em decorrência da movimentação do concurso de 2014 (pedido de desistências temporárias e definitivas, e perda de prazo para posse), bem com em virtude de exonerações, aposentadoria, etc., a saber:

- i. Em abril, 4 servidores nos cargos efetivos na área judiciária, de acordo com Portaria nº 528/2016, DJE de 5 de abril de 2016;
- ii. Em julho, 23 servidores foram nomeados nos cargos efetivos na área judiciária, por meio da Portaria nº 1275/2016, DJE de 25 de julho de 2016;
- iii. Em agosto, 1 servidor do cargo efetivo de Analista Judiciário - Área Judiciária, em decorrência da desistência de 1 servidor do cargo mencionado, conforme Portaria nº 1445/2016, DJE de 17 de agosto de 2016; e
- iv. Em setembro, 1 servidor do cargo efetivo de Analista Judiciário - Área Judiciária, em decorrência da desistência de 1 servidor do cargo mencionado, de acordo com Portaria nº 1660/2016, DJE de 21 de setembro de 2016.
- v.

1.5 Ascensões Funcionais: Progressão e Promoção por Antiguidade, e Promoção Automática - Interstício 2013/2014

A Progressão e Promoção por Antiguidade, e Promoção Automática referente ao interstício 2013/2014 foi publicada pelo Edital nº 75/2015, DJE de 16 de junho de 2015. A lista final, onde 882 servidores foram contemplados, foi publicada pela Portaria nº 1518/2015, DJE de 6 de julho de 2015.

Já a realização da Progressão e Promoção por Desempenho referente ao interstício 2013/2014 foi divulgada pelo Edital de inscrição nº 104/2015, DJE de 10 de agosto de 2015. A lista final, onde 720 servidores foram contemplados, foi publicada pela Portaria nº 2334/2015, DJE de 7 de outubro de 2015.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

1.6 Concursos de Remoção para Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Foram realizados dois Concursos de Remoção Simplificada dos Cejusc. O primeiro ofertou 18 vagas para as Comarcas de Entrância Intermediária e Final, conforme Edital nº 161/2015, DJE de 11 de dezembro de 2015, tendo sido preenchidas 16 vagas, de acordo com o resultado final publicado pela Portaria nº 405/2016, DJE de 11 de março de 2016.

Ademais, o segundo Concurso de Remoção Simplificada para o Cejusc foi publicado por meio do Edital nº 78/2016, DJE de 11 de novembro de 2016, no qual foram ofertadas 25 vagas para as entrâncias intermediária e final. O período de inscrições já foi encerrado e o certame em tela encontra-se na fase de análise dos critérios estabelecidos no concurso, visando à divulgação da classificação provisória e sua finalização.

1.7 Concurso Público para Juizes Substitutos

Nomeação de 76 novos Juizes aprovados no concurso para Juizes Substitutos regido pelo Edital nº 01/2014, DJE de 21 de fevereiro de 2014, conforme Portarias disponibilizadas no DJE de 17 de fevereiro de 2016, tendo a posse coletiva sido realizada em 25 de fevereiro de 2016.

1.8 Concurso de Remoção Simplificado para os Cargos de Analista Judiciário – Execução de Mandados/Oficial de Justiça Avaliador

O Concurso de Remoção Simplificado para os cargos efetivos de Oficial de Justiça Avaliador/Analista Judiciário – Execução de Mandados ofertou 58 vagas nas Comarcas de Entrância Inicial e Intermediária, por meio do Edital nº 61/2016, DJE de 22 de agosto de 2016. A classificação provisória deste certame foi publicada pelo Edital nº 65/2016, DJE de 19 de setembro de 2016. Posteriormente, a classificação final foi publicada pelo Edital nº 81/2016, DJE de 25 de novembro de 2016 e, por conseguinte, divulgada, pela Portaria nº 2069/2016, disponibilizada no DJE de 25 de novembro de 2016, a remoção de 16 servidores.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

1.9 Ações de Saúde e Qualidade de Vida Realizadas em 2015-2016

Tabela 1 – Ações de saúde e qualidade de vida realizadas em 2015

Período	Ação	Número de participantes	Total
Março	Oficina sucos saudáveis – Projeto Mulher saudável	38	435
	Palestra “É importante a vacinação de adultos!”	16	
	Vacinação contra Hepatite B, Tétano e Sarampo	251	
	Aferição de pressão arterial, glicemia capilar e massa corporal – Projeto Mulher Saudável	130	
Abril	Triagem vocal e orientações – Dia Mundial da Voz	12	12
Maio	Semana das Mães	384	1.129
	Vacinação contra Hepatite B, Tétano e Sarampo	745	
Setembro	Palestra “Acidente Vascular Cerebral (AVC)”	102	102
Outubro	Palestra “Câncer de mama” (TJ)	54	226
	Palestra “Assessoria de Corrida - Dicas sobre esportes e orientações básicas” (TJ)	40	
	Palestra “Assessoria de Corrida - Dicas sobre esportes e orientações básicas” (FCB)	7	
	Oficina Síndrome do esgotamento (TJ)	20	
	Oficina Síndrome do esgotamento (FCB)	26	
	Oficina Síndrome do esgotamento (Maracanaú)	32	
	Palestra “Como prevenir doenças ocupacionais LER/DORT e alterações Posturais” (FCB)	12	
	Oficina Biscoitos saudáveis (FCB)	10	
Oficina Câncer de mama (FCB)	25		
Total Geral			1.904

Fonte: Divisão de Saúde Ocupacional/SGP

Tabela 2 – Ações de saúde e qualidade de vida realizadas em 2016

Período	Ação	Número de participantes	Total
Março	Roda de conversa sobre parto normal e parto cesariano	10	18
	Campanha Informativa: Judiciário cearense no combate ao mosquito	*	
	Nutrição estética - Elementos que enaltecem sua beleza	8	
Abril	Campanha da Voz	11	11
Maio	Semana das Mães	455	455
Junho	Palestra “Traumas Odontológicos” (Creche)	20	20
	Campanha Informativa: Perigos da Automedicação	*	
Julho	Palestra “Alimentação Saudável”	13	13
Agosto	Projeto Ergonomia	150	150
	Campanha Informativa: Qualidade do Sono	*	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	31	
Setembro	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague	61	280



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

	Menos (FCB)		
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (Juazeiro)	50	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (Limoeiro)	50	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (TJ)	70	
	Campanha Informativa: Sensibilidade Dentinária	*	
	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	25	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	49	
	Campanha realizada por meio eletrônico para todos os magistrados, servidores e colaboradores	*	
Outubro	Práticas de Vida Saudável e noções de Nutrição Esportiva – TJ	15	294
	Palestra: Prevenção ao Suicídio – FCB	11	
	Oficina de Tempero Natural – FCB	11	
	Oficina de Tempero Natural – TJ	9	
	Roda de conversa: Práticas de Vida Saudável e Avaliação Odontológica – Aquiraz	32	
	Roda de conversa: Práticas de Vida Saudável e Avaliação Odontológica – Maracanaú	26	
	Campanha Informativa: Outubro Rosa (Câncer de Mama)	*	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (FCB)	49	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Parceria Pague Menos (TJ)	60	
	Aferição de pressão arterial e glicemia capilar – Max Farma (Nova Russas)	20	
	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	24	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	37	
Novembro	Campanha Informativa: Novembro Azul (Câncer de Próstata)	*	71
	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	30	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	41	
Dezembro	Campanha mesa limpa	*	35
	Projeto Visão nas Mãos (FCB)	15	
	Projeto Visão nas Mãos (TJ)	20	
Total Geral			3.251

Fonte: Divisão de Saúde Ocupacional/SGP

1.10 Capacitação da Auditoria de Controle Interno

Para o exercício eficaz de suas atividades profissionais, o cumprimento de sua missão institucional e apoio aos órgãos de controle externo, a equipe da Audin necessita de treinamento contínuo e de capacitação multidisciplinar.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Além do seminário de auditoria e dos intercâmbios de informações, que se constituem, por si, oportunidades de conhecimentos sobre controles, os integrantes da equipe da Auditoria tiveram as seguintes e principais oportunidades de treinamento:

Tabela 3 – Treinamentos realizados por servidores da Auditoria – 2015/2016

Capacitação	Realização	Horas/Aula	Participantes
Formação de Auditores Internos	SGP	20	7
Capacitação no Sistema de Auditoria (Módulo I)	SGP	4	13
Formação Básica de Analista de Processos	SGP	25	2
Controle Interno (EAD)	TCM	20	3
Atualização em Processos Licitatórios	SGP	18	2
Contabilidade Aplicada ao Setor Público (EAD)	IPC/TCE	16	2
Gerenciamento e Fiscalização de Obras Públicas à Luz do Controle Externo	IPC/TCE	16	2
Curso Introdutório de Controle Externo (EAD)	IPC/TCE	16	4
Gestão de Riscos e Controles Internos (EAD)	IPC/TCE	20	3
Português no Dia a Dia (EAD)	EGP	30	3
Programa de Desenvolvimento de Gestores	SGP	48	3
XII CONACI – Encontro Nacional de Controle Interno	CONACI	16	8
II Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno	STJ	19	3
Nova Legislação Brasileira sobre Transparência, Moralidade e Integridade Públicas	IPC/TCE	16	2
Controle Cidadão – Extensão	UFC/FDR	120	3
20º Congresso Brasileiro de Contabilidade	CFC	40	3

Fonte: Auditoria – TJCE

1.11 Gestão de Magistrados de 1º Grau

Foi realizado, pela Secretaria-Geral deste Poder, o controle contínuo de todas as movimentações e afastamentos dos magistrados do 1º grau das comarcas do Interior do Estado, tais como substituições, férias, licença para tratamento de saúde, outros afastamentos, bem como os procedimentos referentes à promoção, remoção, acesso, permutas, além daqueles referentes ao provimento de vagas de membro efetivo e suplente das Turmas Recursais.

Nesse sentido, foram realizadas as seguintes ações:

- i. Manutenção de quadro de informações, atualizado mensalmente, disponibilizado na intranet, contendo dados dos magistrados do Interior, com a indicação das zonas, comarcas, varas, situação funcional dos juízes (de direito ou substituto),



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

telefones, datas de férias, juízes respondentes, situação das comarcas (se possui titular ou se está vaga). O quadro proporciona maior facilidade no acesso a diversas informações que são requisitadas por diversos setores do Tribunal e pelos próprios magistrados, além de ser de grande utilidade para consolidação de dados necessários à Sala de Situação do Gabinete da Presidência;

- ii. Apresentação de informações na intranet do Tribunal de Justiça mediante planilha com juízes inscritos nos editais de promoção, de remoção e de acesso, para disponibilização aos magistrados interessados;
- iii. Participação em grupo de trabalho objetivando editar nova resolução regulamentando os critérios para substituição dos magistrados do Interior nos casos de vacância, férias e ausência. Já elaborada, aguardando apreciação da Presidência deste Tribunal;
- iv. Normatização de procedimentos da Divisão de Apoio aos Magistrados do Interior do Estado, com objetivo de padronizar os processos, compartilhar conhecimento próprio dos sistemas, facilitando o aprendizado dos novos colaboradores.

1.12 Ações da Secretaria de Tecnologia da Informação para Melhoria do Clima Organizacional

Entre as iniciativas voltadas à melhoria do clima organizacional, a Secretaria de Tecnologia da Informação implementou um boletim interno, com circulação virtual periódica, a fim de aprimorar a comunicação entre as equipes e de propagar conhecimentos técnicos, as ações realizadas e em execução pela referida Secretaria. Além dessa iniciativa, a metodologia de comunicação da Setin (interna e externamente) foi institucionalizada por meio do Plano de Comunicação de TI.

Também foram executadas reuniões alternadas de gestão e de integração com todos os colaboradores da Secretaria. Quanto ao desenvolvimento das competências profissionais de seus servidores, a Setin possibilitou, durante o biênio 2015-2016, a participação destes em 90 treinamentos, dentre cursos e palestras, totalizando 439 vagas e alcançando 96% de servidores efetivos da Secretaria.



1.13 Ações do Fórum Clóvis Beviláqua

Em 2016, a Seção de Capacitação do Departamento de Administração realizou, em conjunto com o Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, 58 eventos educativos, dentre cursos e palestras nas áreas jurídica, comportamental, administrativa, automação judicial, linguística, saúde e cultural. Foram exibidos filmes ligados às áreas de competência de cada servidor, beneficiando 948 pessoas, dentre servidores e colaboradores da Justiça.

Como projetos executados nesta gestão, podem-se destacar:

1.13.1 Projeto Qualidade de Vida no Trabalho

Este projeto tem o objetivo de promover a valorização e o desenvolvimento humano dos colaboradores deste Órgão, por meio de ações educativas e preventivas que priorizem sua saúde física e mental.

- i. Entregas previstas: Projeto contínuo, realizado desde 2008.
- ii. Unidades envolvidas: Assessoria de Comunicação do Fórum, Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais, Departamento de Administração do Fórum, Seção de Capacitação e Divisão de Saúde Ocupacional.
- iii. Fase atual: Avaliação das ações realizadas no Projeto durante 2015 e 2016 para possível replanejamento ou continuidade em 2017.
- iv. Progressos: Entre 2015 e 2016, foram realizadas 18 atividades que buscaram a valorização dos servidores e sua conscientização sobre os cuidados com o corpo e a mente, beneficiando 522 servidores.

Quadro 1 – Progressos realizados no âmbito do Projeto Qualidade de Vida no Trabalho

Ações realizadas em 2015
Palestra “O resgate da autoestima”, realizada em 8 de março de 2015, beneficiando 20 servidores
“Ciclo de Palestras: Celebrando o Equilíbrio Mente e Corpo no Ambiente Laboral”
Realização das palestras “Coaching: os degraus para alcançar o sucesso pessoal e profissional”, em 26 de junho de 2015; “Cuidando do cérebro: prevenindo demências”, em 18 de junho de 2015 e “Inteligência emocional”, dia 21 de agosto de 2015. Nas três palestras foram beneficiados 168 servidores
Comemoração ao Dia das Mães, realizada no período de 5 a 8 de maio de 2015, com atividades de bazar de produtos



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

artesanais, bijuterias, cosméticos, arranjos florais, cama, mesa e banho, artigos em couro e alimentação; Oficinas de culinária e Massoterapia, beneficiando 52 servidores
Comemorações pelo Dia do Servidor, realizada com o apoio da Secap à Divisão de Saúde Ocupacional do TJCE, por meio das palestras “Como prevenir as doenças ocupacionais”, “Síndrome do esgotamento profissional”, “Oficina de biscoitos saudáveis” e “Assessoria de corrida”, no período de 13 e 28 de outubro de 2015, beneficiando 56 servidores
Ações realizadas em 2016
Comemoração pelo Dia da Mulher – realizada no dia 8 de março de 2016, por meio das Palestras “Nutrição Estética – elementos que enaltecem a sua beleza” e “Parto Normal x Parto Cesariano - quais os benefícios de cada um?”, que beneficiaram 23 servidoras
Comemoração pelo Dia das Mães – realizada no período de 2 a 6 de maio de 2016 com atividades de bazar de produtos diversos (dentre artesanatos, bijuterias, cosméticos, cama, mesa e banho, artigos em couro e alimentação) e Massoterapia, beneficiando 128 servidores
Comemoração do Mês do Servidor – com a realização da oficina “Tempero natural - aprenda a reduzir o sódio na sua dieta”, em 20 de outubro de 2016, e a palestra “Prevenção ao Suicídio”, dia 4 de outubro de 2016, conscientizando 28 servidores
Palestra “Análise sociológica da PEC nº 55 e de suas implicações sobre a conjuntura brasileira”, em 7 de dezembro de 2016, conscientizando 47 servidores

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

1.13.2 Projeto de Ambientação de Novos Servidores

- i. Objetivo: Favorecer a ambientação de novos servidores, terceirizados e estagiários recém-lotados no Fórum Clóvis Beviláqua, por meio da apresentação sobre estrutura e funcionamento do Órgão e o esclarecimento sobre ações de gestão de pessoas que eles deverão exercer perante o Serviço de Recursos Humanos do Fórum, visando proporcionar sentimentos de pertencimento que culminam numa maior adesão e efetividade do trabalho. Também são ministrados cursos e palestras sobre os sistemas gerenciais SAJ- ADM, SAJ-Judicial, quando necessário, bem como treinamento elucidativo de direitos e deveres, voltado principalmente para estagiários.
- ii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração, Seção de Capacitação e Assessoria de Comunicação do Fórum.
- iii. Progressos: 8 treinamentos para estagiários, beneficiando 94 estudantes.
- iv. Fase atual: Durante os meses de novembro e dezembro, foram realizados planejamentos didáticos para realinhamento da metodologia dos treinamentos introdutórios vindouros a partir de 2017.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

1.13.3 Projeto de Ambientação dos Servidores das Secretarias Únicas de Varas

Os servidores das Secretarias de Varas Únicas receberam treinamento na área comportamental, envolvendo temáticas de Comunicação Não-Agressiva, Trabalho em Equipe e Resiliência no ambiente de trabalho.

- i. Objetivo: Aprimorar as relações interpessoais, promovendo a qualidade de vida no trabalho e a motivação profissional.
- ii. Entregas previstas: Realização de treinamentos em novembro e dezembro do corrente ano.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração, Seção de Capacitação, Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital e Secretarias de Varas Únicas.
- iv. Progressos e fase atual: Todas as Secretarias Únicas foram contempladas com eventos de ambientação e socialização de seus servidores durante o biênio 2015-2016. A partir de dezembro de 2016, foram iniciados estudos com os supervisores das Secretarias únicas, pela Seção de Capacitação, para subsidiar projetos de qualidade de vida dos seus servidores em 2017.

1.13.4 Projeto Educação Continuada no Sistema SAJ

- i. Objetivo: Promover a constante reciclagem e desenvolvimento de competências na utilização do sistema SAJ-PG.
- ii. Entregas previstas: Treinamento continuado, realizado desde 2010.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, CTI e unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: 96 turmas específicas para o plantão judicial; 125 visitas preventivas às unidades judiciais; 36 turmas de reciclagem e ambientação no sistema SAJ; 5 turmas para servidores das Secretarias Judiciárias da Família e Execução Penal.
- v. Fase atual: Planejamento de capacitação para as unidades judiciárias sobre novas funcionalidades do sistema, reciclagem e estatística, a ser executado a partir de 2017.



1.13.5 Projeto Competência em Cine

- i. Objetivo: Fomentar a discussão e reflexão acerca de temas atuais relacionados às atividades laborais dos diversos públicos de servidores do Fórum Clóvis Beviláqua, por meio da exibição de filmes e explanações sobre os temas.
- ii. Unidades envolvidas: Seção de Capacitação, Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Assessoria de Comunicação, Departamento de Patrimônio do Fórum, Diretoria deste Fórum, Equipe Interdisciplinar da 12ª Vara Criminal, Creche Escola do Poder Judiciário, Varas de Execuções Penais e Criminais, Vara de Execução de Penas Alternativas, Varas de Família, gestores das Áreas Administrativas e Judiciárias, Setor de Serviço Ocupacional, Assessoria de Imprensa e setor de Informática.
- iii. Progressos: Realização da primeira exibição, do filme “O começo da vida”, em junho de 2016, beneficiando 67 servidores.
- iv. Fase atual: Planejamento e pesquisa sobre novos filmes visando beneficiar os gestores da área administrativa do Fórum e servidores das Varas da área criminal durante o ano de 2017.

1.13.6 Projeto de Atendimento Psicossocial aos Servidores

Os servidores do Fórum Clóvis Beviláqua procuram os profissionais de psicologia do Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição mediante encaminhamento do Departamento de Administração ou por demanda espontânea em busca de atendimento psicoterapêutico.

O setor não realiza atendimento psicoterápico, todavia, realiza atendimento ao servidor em sistema de plantão. Por meio do acolhimento e aconselhamento psicológico, o profissional de psicologia realiza uma triagem das demandas apresentadas. De acordo com o diagnóstico de cada pessoa, ocorrerá um encaminhamento para projetos e instituições que possam atender à demanda identificada.

- i. Objetivo: Realizar acolhimento e encaminhamento dos servidores em sofrimento



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- psíquico para atendimento especializado em psicoterapia.
- ii. Entregas previstas: Projeto contínuo desde 2009.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Administração e Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital.
- iv. Progressos: Cerca de 20 servidores anualmente estão procurando atendimento psicológico.

1.13.7 Projeto de Saúde do Trabalhador – Prost

Objetivo: Fortalecer um espaço coletivo de discussão com foco na vivência subjetiva dos servidores, acolhendo-os em sofrimento psíquico, proporcionando um espaço de reflexão, e resgatando uma relação saudável entre o servidor e o seu trabalho.

- i. Entregas previstas: Projeto contínuo, realizado desde o início de 2016.
- ii. Unidades envolvidas: Núcleo de Psicologia e Serviço Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Departamento de Administração (Acompanhamento funcional e Cecap) e Unifor.
- iii. Progressos: 12 entrevistados e permanência de 8 participantes (turma 1), e 15 entrevistados e permanência de 10 participantes (turma 2).

1.13.8 Projeto de Atendimento Clínico aos Jurisdicionados

- i. Objetivo: Diminuir os litígios nas ações que tramitam nas Varas de Família, estabelecendo uma cultura pacificadora no Judiciário, bem como promover um trabalho de cunho terapêutico onde as famílias consigam resolver seus conflitos, na perspectiva da diminuição conflitiva no âmbito do Judiciário.
- ii. Entregas previstas: Projeto contínuo desde 2014.
- iii. Unidades envolvidas: Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Varas de Família (jurisdicionados) e SPA (Serviço de Psicologia Aplicada - Unifor).
- iv. Progressos e fase atual: Em desenvolvimento.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

1.13.9 Regulamentação das Atividades dos Profissionais de Psicologia e Serviço Social

- i. Objetivo: Conhecer a realidade institucional das unidades juntamente com as equipes técnicas, inteirando-se acerca da realidade de trabalho de Psicólogos e Assistentes Sociais nas equipes interdisciplinares, garantindo a normatização das atribuições desses profissionais no âmbito do Poder Judiciário, possibilitando maior segurança jurídica de atuação, promovendo melhor controle, supervisão das atividades profissionais e desenvolvendo ações de aprimoramento aos serviços e à unidade pesquisada.
- ii. Entregas previstas: O projeto teve início em 2015 e encontra-se em desenvolvimento.
- iii. Unidades envolvidas: Núcleo de Psicologia e Assistência Social em Apoio à Jurisdição da Comarca da Capital, Diretoria e Secretaria Executiva, Juizados da Mulher e Infância e Juventude e 12ª Vara Criminal.
- iv. Progressos: O projeto contemplou pesquisas com juízes, diretores de secretaria e profissionais das equipes interdisciplinares. Foram entrevistados 60 servidores.
- v. Fase atual: Em elaboração de análise dos resultados e diagnósticos.



2. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

2.1 Execução Orçamentária

No biênio 2015/2016 o Poder Judiciário do Estado do Ceará teve consignado nas Leis Orçamentárias Anuais o valor total de R\$ 2.130.803.437,00, sendo R\$ 996.554.978,00 no exercício de 2015 e R\$ 1.134.248.459,00 no exercício de 2016.

A crise econômica que se abateu sobre o país trouxe graves consequências para as finanças públicas, exigindo da gestão do Tribunal de Justiça a implementação de diversas medidas de racionalização dos gastos e iniciativas para o incremento das receitas: neste período, ocorreram créditos suplementares ao orçamento de R\$ 190.758.882,00, assim distribuídos:

Tabela 4 - Orçamentos Anuais do TJCE em 2015 e 2016, em R\$ 1,00

Ano	Lei Orçamentária	Créditos Suplementares	Orçamento Final
2015	R\$ 996.554.978,00	R\$ 124.546.882,00	R\$ 1.121.101.860,00
2016	R\$ 1.134.248.459,00	R\$ 66.212.000,00	R\$ 1.200.460.459,00
Total	R\$ 2.130.803.437,00	R\$ 190.758.882,00	R\$ 2.321.562.319,00

Fonte: SIOFWEB

O orçamento de 2015 recebeu créditos suplementares de R\$ 124.546.882,00, sendo R\$ 102.546.882,00 do Tesouro Estadual, totalizando um orçamento anual final de R\$ 1.121.101.860,00. Em 2016, ocorreram créditos suplementares de R\$ 66.212.000,00, sendo R\$ 60.200.000,00 do Tesouro Estadual, totalizando R\$ 1.200.460.459,00.

O orçamento total do biênio, de R\$ 2.321.562.319,00, teve uma taxa de execução de 98,6% com um valor empenhado de R\$ 2.287.913.525,76. As taxas de execução orçamentária anuais foram de 99,0% em 2015 e 98,2% em 2016.

A despesa de pessoal para fins de apuração do limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal, representou, no segundo quadrimestre de 2016, 5,34% da Receita Corrente Líquida – RCL do Estado, refletindo o cumprimento do artigo 20, alínea “b” da norma supramencionada, que estabelece o limite de 6% da RCL ao Poder Judiciário para as despesas de pessoal.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Há que se ressaltar o enorme esforço empreendido para o equilíbrio das finanças, com a redução das despesas de custeio e as iniciativas para o incremento das receitas próprias, com destaque para a proposição da lei que dispõe sobre as despesas processuais, conforme detalhado a seguir.

2.2 Despesas Processuais

As despesas processuais do judiciário cearense possuíam como base legal norma de 1994, que estabelecia os eventos passíveis de cobrança, as custas e a tabela com faixas de valores de referência para aplicação das alíquotas. A lei previa atualização monetária das custas, mas tanto os eventos passíveis de cobrança quanto a tabela com a faixa de valores acumularam significativa defasagem ao longo de sua vigência.

O resultado dessa discrepância se mostrava de forma clara no financiamento do Tribunal, pois, segundo dados da Confederação Nacional de Justiça, enquanto a média de participação da receita própria nos orçamentos dos Tribunais de Justiça estaduais era de 22% em 2014, no Ceará esse percentual era de apenas 5%.

Nesse sentido, a equipe técnica do Tribunal de Justiça realizou estudo para a revisão das despesas processuais, tendo como princípios a correção das defasagens, a atualização de valores e a preservação dos atos gratuitos. O estudo resultou em dois projetos de leis, sendo o primeiro a base da Lei nº 15.834, promulgada em 27 de julho de 2015, e o segundo, da Lei nº 16.132, de 1º de novembro de 2016.

A atualização normativa das despesas processuais teve grande importância no equilíbrio orçamentário do Tribunal de Justiça e a segunda atualização, cuja aplicação se inicia em fevereiro de 2017, será essencial para os investimentos necessários para a modernização dos serviços e melhoria do atendimento ao jurisdicionado.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 5 - Evolução da Arrecadação das Despesas Processuais, 2012/16, em R\$ 1,00 e %

Ano	Valor	Evolução %
2012	R\$ 31.581.128,95	
2013	R\$ 31.622.086,53	0,13%
2014	R\$ 30.899.887,26	-2,28%
2015	R\$ 37.947.029,65	22,81%
2016	R\$ 67.769.822,15	78,59%

Fonte: SEFIN/Departamento de Gestão da Receita

2.3 Implantação do Selo Extrajudicial Digital

O Selo de Autenticidade Extrajudicial Digital, ou Selo Digital, no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará foi estabelecido pela Resolução nº 05/2014 e tem como objetivos o aprimoramento dos serviços de notários e registradores extrajudiciais e o uso intensivo da tecnologia da informação para a segurança e controle dos selos.

O projeto de implantação do Selo Digital previa sua conclusão em setembro de 2014, mas a necessidade de investimentos na plataforma tecnológica dos cartórios, que foram custeados pelos próprios cartórios, e problemas de natureza técnica atrasaram a finalização do projeto.

Em 2016 ocorreu a homologação dos sistemas utilizados pelas serventias e, em novembro, iniciou-se a operação piloto em dois cartórios da Região Metropolitana de Fortaleza (1º Ofício de Registro Civil de Maranguape e 2º Ofício de Registro de Imóveis de Horizonte) para refinamento do processo operacional e avaliação de carga do sistema.

O resultado principal da operação piloto será o estabelecimento do cronograma de operação do Selo Digital para sua primeira fase, que abrange 60 cartórios da Região Metropolitana de Fortaleza.

2.4 Controle das Receitas

A principal ação de controle das receitas foi a adesão do Poder Judiciário ao Sistema de Arrecadação da Secretaria Estadual da Fazenda, que se utiliza do Documento de Arrecadação Estadual – DAE, em substituição às guias de recolhimento. A partir de outubro de 2016, quando a nova sistemática foi implementada, ampliou-se o número de instituições bancárias aptas a receber os valores devidos ao TJCE, reduziu-se o custo de arrecadação e melhorou-se o controle das



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

receitas com o lançamento automático das transações no Sistema de Gestão Governamental por Resultados – S2GPR.

Em setembro de 2015 foi firmado o Contrato 14/2015, com o Banco do Brasil, para a centralização e processamento da folha de pagamento a pessoal do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, gerando uma receita potencial de R\$ 21 milhões em cinco anos. Em novembro de 2016 firmou-se o Contrato 36/2016, com o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, para o gerenciamento da conta única e subcontas de pagamento de precatórios. Pela centralização do sistema de contas de precatórios, o BNB remunera o TJCE com o pagamento mensal de *spread* equivalente a 90% da taxa de juros Selic. O TJCE também possui contrato com a Caixa Econômica Federal – CEF (Contrato 26/2014) para o gerenciamento do sistema de depósitos judiciais.

Outras atividades realizadas no âmbito de controle das receitas do TJCE:

- i. Verificação da observância do teto remuneratório, pelos tabeliões interinos;
- ii. Acompanhamento das receitas da Creche Escola do Poder Judiciário;
- iii. Exame do cumprimento das contrapartidas financeiras dos contratos de cessão de uso de espaço físico do Tribunal;
- iv. Validação e atesto das receitas com *spread* nos contratos com instituições financeiras;
- v. Acompanhamento da receita relativa ao ressarcimento de servidores cedidos a outras instituições.

2.5 Aprovação do Orçamento Anual de 2017

O orçamento anual do Poder Judiciário para o ano de 2017 está disposto na Lei Orçamentária Anual do Estado do Ceará, promulgada em 29 de dezembro de 2016 sob o nº 16.199, compreendendo os seguintes valores:

Tabela 6 - Orçamento Anual de 2017, por fontes de receita e natureza da despesa, em R\$ 1,00

Fontes de Receita	Natureza da Despesa		Total
	Pessoal	Custeio e Investimentos	
Tesouro	R\$ 955.562.349,00	R\$ 74.723.985,00	R\$ 1.030.286.334,00



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

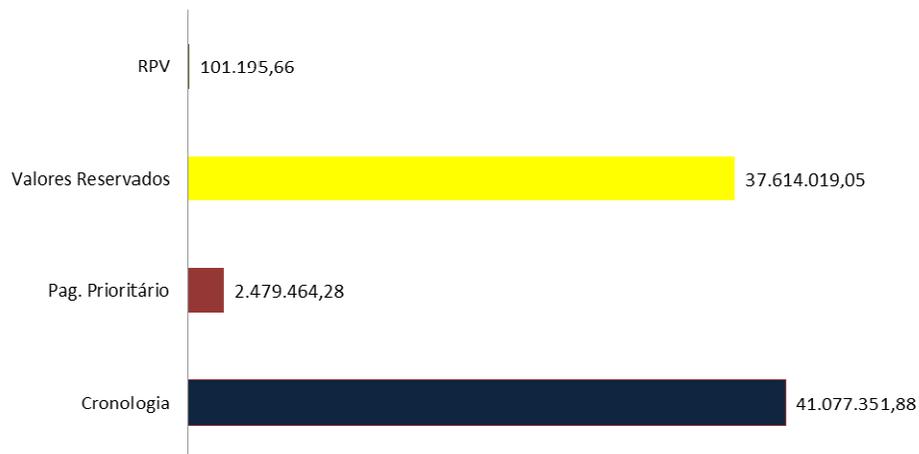
FERMOJU	R\$ 0,00	R\$ 129.952.594,00	R\$ 129.952.594,00
FUNSEG	R\$ 0,00	R\$ 2.676.237,00	R\$ 2.676.237,00
Total	R\$ 955.562.349,00	R\$ 207.352.816,00	R\$ 1.162.915.165,00

Fonte: SIOFWEB

2.6 Pagamento de Precatórios

Há de se destacar o pagamento de parcelas prioritárias para credores do Estado do Ceará, município de Fortaleza e municípios do Interior, bem como o pagamento de precatórios segundo lista cronológica de credores, além de requisições de pequeno valor, alcançando o montante, no biênio 2015-2016, de R\$ 157.662.139,83, conforme gráficos a seguir:

Gráfico 1 – Relatório de Pagamentos - Estado do Ceará

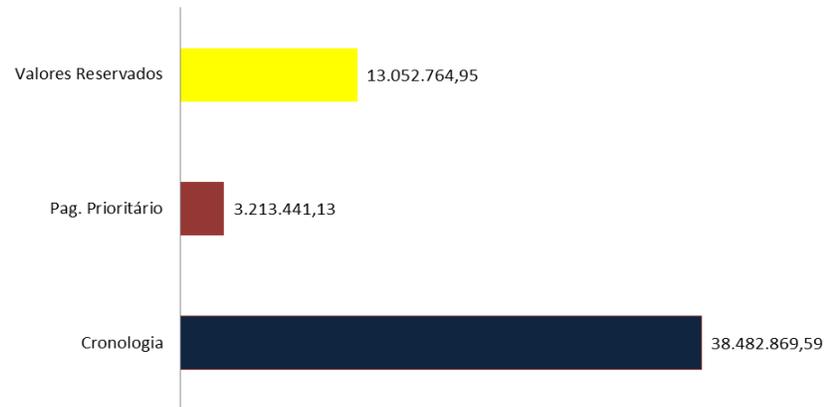


Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



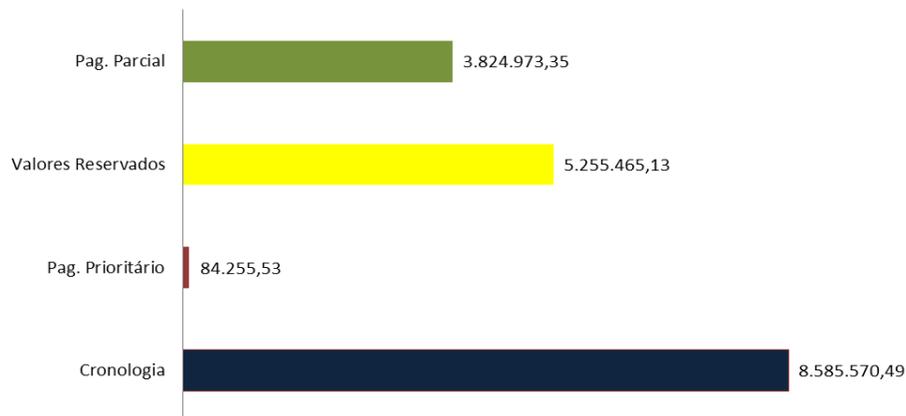
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 2 – Relatório de Pagamentos – Município de Fortaleza



Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Gráfico 3 – Relatório de Pagamentos – Municípios do Interior

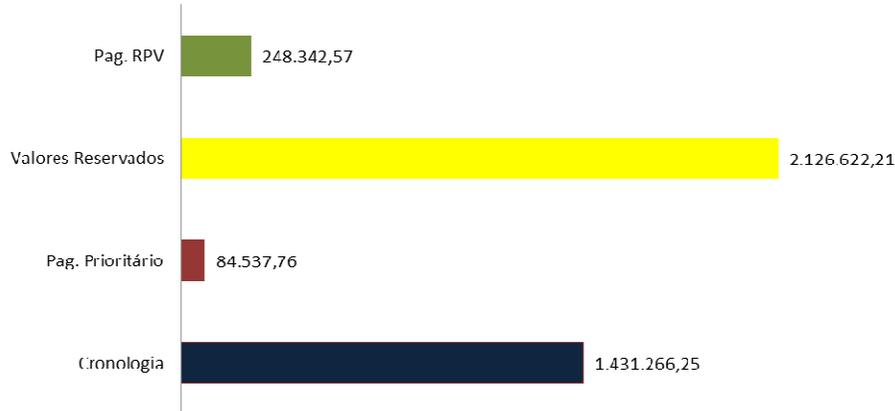


Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 4 – Relatório de Pagamentos - INSS



Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

Merece realce, ainda, o valor de R\$ 58.048.871,34, correspondente ao montante provisionado por instituição financeira, apenas no aguardo do cumprimento de diligências que independam da iniciativa do Tribunal de Justiça.

A administração do regime especial de pagamento de precatórios, pela Presidência do Tribunal de Justiça, por meio da sua Assessoria de Precatórios, resultou, no biênio 2015-2016, no sequestro de recursos da ordem de R\$ 23.042.256,02, correspondente a parcelas de 36 municípios do Interior que apresentavam situação de inadimplência perante citado regime de pagamentos.

Colheu-se, enfim, como resultado da aplicação da metodologia de fixação das parcelas do regime especial de pagamentos, com vinculação aos percentuais mínimos da receita corrente líquida, o encerramento da moratória constitucional para 46 entes públicos que doravante passarão a submeter-se ao regime geral de pagamento de precatórios.

2.7 Gestão de Transportes

Visando à aplicação mais adequada dos recursos do Poder Judiciário, foram realizados estudos e pesquisas que resultaram nas seguintes iniciativas: 1) Redimensionamento da frota de veículos locados pelo TJCE; 2) Restrição do consumo de combustível por meio do uso de cartões magnéticos que permitiram maior controle das despesas; 3) Renegociação do contrato com a empresa responsável pelas rotas do TJCE, resultando na manutenção do valor do quilômetro rodado (reajustado anualmente).



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

As despesas com locação de veículos somaram no ano de 2015 o montante de R\$ 2.484.227,84. Já em 2016, estima-se o gasto de R\$ 1.530.938,39. Esses valores representam uma redução nos gastos em 2016 na ordem de 38,4% em relação a 2015.

Após a realização de estudos, houve a substituição progressiva dos contratos de locação de veículos existentes, por novos contratos que desonerassem o Poder Judiciário. Nessa esteira, houve a substituição dos modelos dos veículos locados pelo TJCE.

Ainda em obediência à Resolução nº 07/2015 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, o uso de cartões magnéticos permitiu maior controle e efetividade à meta de redução de consumo de combustível.

Destaque-se que, o total gasto com transportes sofreu uma redução de 26% em 2016 em relação a 2015.

2.8 Gestão de Materiais

Os ajustes no perfil de consumo das unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará resultaram em uma economia total de R\$ 483.601,11 em 2016, o que representou uma redução de 19,57% em relação ao consumo do ano anterior. A economia obtida no Tribunal de Justiça foi de R\$ 85.092,62, o que equivaleu a uma redução de 23,48% em relação a 2015. Já a redução alcançada no Fórum Clóvis Beviláqua importou uma economia de R\$ 20.698,59 (redução de 3,41%) e nas demais unidades e comarcas a economia foi de R\$ 377.809,90 (redução de 25,17% em relação a 2015).

2.9 Gestão Patrimonial

No biênio 2015-2016 a Divisão de Patrimônio, colaborando diretamente na gestão de resíduos, entregou 5.565,79 kg de material reciclável para a ECOELCE, cuja iniciativa gerou R\$ 1.059,24 em descontos na conta de energia elétrica em 2015. Em 2016 foram recolhidos, 4.494,67 kg de material reciclável, o que resultou em uma redução de R\$ 703,19 nos valores a serem pagos pelo consumo de energia elétrica. Convém destacar que ocorreram seis recolhimentos de material reciclável em 2015 e nove em 2016.



2.10 Suspensão de Serviços de Correios

No tocante ao contrato dos Correios, foi cancelada a utilização do serviço de Sedex, tendo como objetivo a redução das despesas mensais pela prestação dos serviços contemplados.

2.11 Readequação do Contrato de Locação de Equipamentos para Impressões

Alinhado ao objetivo de redução de custos, o Departamento Editorial e Gráfico promoveu a readequação do Contrato de Locação de Equipamentos para Impressões, encerrando o contrato anteriormente celebrado (pagamento mensal de R\$ 34.363,00) e aderindo a uma ata de registro de preço (pagamento mensal de R\$ 11.180,00), gerando uma redução de 67,5% no valor gasto mensalmente com impressões.

2.12 Redução dos Custos dos Contratos de Cerimonial

Os contratos firmados pelo TJCE para prestação de serviços de cerimonial foram executados conforme tabelas a seguir:

Tabela 7 – Contratos para prestação de serviços de cerimonial – 2015

Contrato	Valor do Contrato	Valor Utilizado	% Gasto	Saldo do Contrato	% a ser Gasto	Vigência
CasaBlanca Turismo	R\$ 310.000,00	R\$ 198.648,38	64,08%	R\$ 111.351,62	35,91%	1º/1/2015 a 31/12/2015
Web (locação de veículo)	R\$ 26.679,96	R\$ 16.883,28	63,28%	R\$ 9.796,68	36,71%	31/7/2015 a 31/1/2016
(*) Toca Fina Cozinha	R\$ 285.000,00	R\$ 210.913,40	74,00%	R\$ 74.086,60	25,99%	25/11/2015 a 25/11/2016
Flora Tropical	R\$ 34.975,00	R\$ 17.891,00	51,15%	R\$ 17.084,00	48,86%	1º/1/2015 a 31/12/2015
Studio F3	R\$ 113.400,00	R\$ 39.862,72	35,15%	R\$ 73.537,28	64,84%	29/9/2015 a 29/9/2016

Fonte: Assessoria de Cerimonial
(*) Contrato encerrado em 2015



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 8 – Contratos para prestação de serviços de cerimonial – 2016

Contrato	Valor do Contrato	Valor Utilizado	% Gasto	Saldo do Contrato	% a ser Gasto	Vigência
Condor Turismo	R\$ 372.000,00	R\$ 265.829,35	71%	R\$ 106.170,65	29%	2/1/2017 a 31/12/2017
Web (locação de veículo)	R\$ 26.679,96	R\$ 18.697,20	70%	R\$ 7.982,76	29,92%	12/2/2016 a 12/2/2017
Toca Fina Cozinha	R\$ 285.000,00	R\$ 50.198,90	18%	R\$ 234.801,10	82%	25/11/2015 a 25/11/2016
Studio F3	R\$ 113.400,00	R\$ 20.232,04	18%	R\$ 93.167,96	82%	29/9/2016 a 29/9/2017

Fonte: Assessoria de Cerimonial

3. GESTÃO ESTRATÉGICA

3.1 Instituição e acompanhamento do Plano Estratégico 2015-2020

O Plano Estratégico 2015-2020 do Poder Judiciário do Estado do Ceará foi instituído por meio da Resolução do Órgão Especial nº 05, de 23 de abril de 2015, em atendimento à Resolução nº 198/2014 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário. Durante a gestão 2015-2016 foram empreendidas diversas ações para o acompanhamento do Plano com vistas ao alcance dos objetivos e metas estratégicos, como a elaboração e execução do Plano de Comunicação da Estratégia do Poder Judiciário do Estado do Ceará (realizado em parceria com a Assessoria de Comunicação), o alinhamento das metas setoriais relativas à Gratificação por Alcance de Metas (GAM) às metas estratégicas contidas no Plano, oferta de sete turmas do curso “Planejamento e Gestão por Resultados”, e Reuniões de Análise da Estratégia. No tópico a seguir destacam-se algumas ações.

3.2 Ações de fortalecimento da Estratégia

3.2.1 Audiências Públicas

Foram realizadas, no período 2015-2016, sete Audiências Públicas (nas comarcas de Juazeiro do Norte, Sobral, Quixadá, Fortaleza, Crateús, Limoeiro do Norte e Itapipoca, cada uma funcionando como polo de sua respectiva Zona Judiciária) para apresentação do Plano Estratégico



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

2015-2020 ao público da Audiência conduzida pela Ouvidoria do Poder Judiciário. Em seguida a cada encontro com a população, ocorreram reuniões com os magistrados das citadas comarcas e zonas judiciárias em que foram apresentados tópicos relativos à Gestão Estratégica de interesse dos magistrados.

3.2.2 Plano de Logística Sustentável

Elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Poder Judiciário do Estado do Ceará, em atendimento à Resolução nº 201/2015 do CNJ. O propósito do PLS, o qual foi instituído por meio da Portaria nº 2718, de 15 de dezembro de 2015, do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, é dotar o TJCE de estratégia que, no decorrer do período 2015-2020, propicie uma política articulada de economia de recursos, acessibilidade e ações concretas e conscientes de responsabilidade socioambiental. O PLS contribuirá para a mensuração do indicador “Índice de execução do Plano de Logística Sustentável” do Plano Estratégico 2015-2020.

3.2.3 Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau e do Comitê Orçamentário do 2º Grau

Implementação do Comitê Gestor da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau e do Comitê Orçamentário do 2º Grau, em atendimento às Resoluções nº 194 e nº 195 do CNJ - Portarias nº 304 e 322/2015, respectivamente), e sistematização do acompanhamento eletrônico anual do nível de capacidade de Governança Pública do TJCE. Ambas as ações são parte do Projeto Estratégico “Aprimoramento do Modelo de Governança do Poder Judiciário do Estado do Ceará” e visam a elevar o nível de capacidade de Governança Pública do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará contribuindo, assim, para o indicador “Índice de aderência à Avaliação da Governança” do Plano Estratégico 2015-2020.

3.2.4 Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social

A Portaria nº 2476/2015 instituiu o Fórum Permanente de Diálogo Interinstitucional e Social, em atendimento à Resolução nº 194/2014 do CNJ e à Portaria nº 304/2015 do TJCE. O



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Fórum, cujo principal objetivo é promover discussões com outras instituições e com a sociedade que levem à formulação de propostas, estabelecimento de parcerias e/ou convênios, produção de recomendações e planejamento de ações relativas à melhoria dos serviços prestados pelo Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi lançado em 8 de abril de 2016 e teve três encontros de trabalho, realizados em 20 de maio, 15 de junho e 22 de julho de 2016. A ação contribuiu diretamente para o indicador “Índice de aproximação do Judiciário com a sociedade” do Plano Estratégico 2015-2020.

3.2.5 Plano de ação com o Nupemec

Em 2016, foi elaborado com o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), o Plano de Implementação da Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. O plano descreve as ações realizadas pelo TJCE com vistas ao atendimento da referenciada Resolução.

3.3 Execução do Plano Estratégico 2015-2020

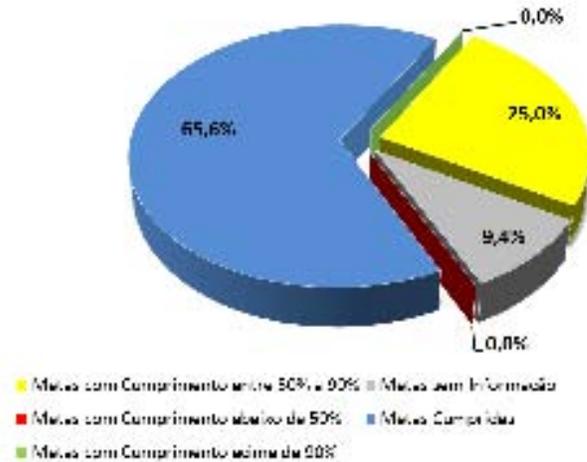
3.3.1 Metas Institucionais

Como resultado das ações empreendidas para alcançar os objetivos do Plano Estratégico 2015-2020, destacam-se os seguintes níveis de cumprimento, no ano de 2016, das metas estipuladas no Plano Estratégico:



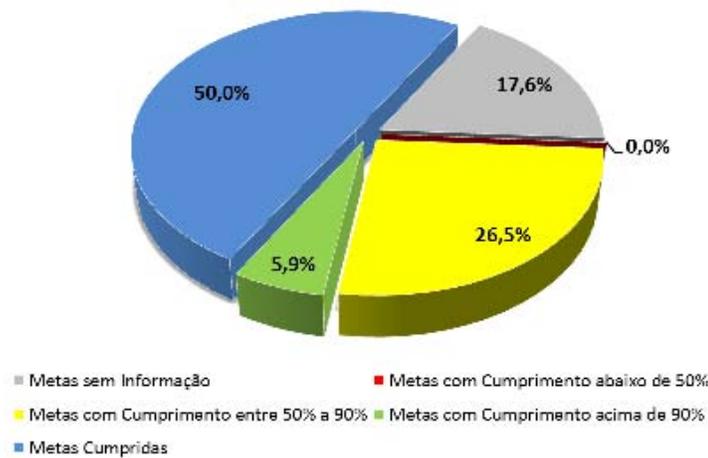
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 5 – Grau de Cumprimento das Metas Institucionais (2015)



Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

Gráfico 6 – Grau de Cumprimento das Metas Institucionais (2016)



Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 9 – Grau de Cumprimento das Metas por Objetivo Estratégico (2016)

Objetivo Estratégico	Grau de Cumprimento
Aprimorar o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça	92,9%
Intensificar a interlocução com a Sociedade	80,2 %
Promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional	81,3%
Otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos	86,8%
Aprimorar a Governança Judiciária	100,0%
Fortalecer a adoção das soluções alternativas de conflitos	86,7%
Aprimorar a gestão das demandas repetitivas e dos grandes litigantes	nd*
Garantir a infraestrutura adequada	100,0%
Aprimorar a Gestão de Pessoas	100,0%
Aprimorar a governança e a infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	100,0%
Garantir a Sustentabilidade financeira	90,0%

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

*O respectivo objetivo não contém informação até o atual momento (dezembro/2016).

Cabe ressaltar que, conforme dispõe o art. 6º da Resolução nº 05/2015, do Órgão Especial do TJCE, anualmente são incluídas, como metas institucionais do Plano Estratégico 2015-2020, as Metas Nacionais estipuladas para a Justiça Estadual nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, organizados pelo Conselho Nacional de Justiça. Destacam-se a seguir os resultados obtidos nos anos de 2015 e 2016.

Tabela 10 – Grau de Cumprimento das Metas Nacionais (2015)

Metas 2015	Resultados
META 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2015.	83,5%
META 2 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no 1º grau, e até 31/12/2012, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais.	66,9%
META 4 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012.	58,7%
META 6 - Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau.	43,6%
META 7 - Promover a gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.	22,2%

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 11 – Grau de Cumprimento das Metas Nacionais (2016)

Metas 2016	Resultados
META 1 - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2016.	91,7%
META 2 - Identificar e julgar até 31/12/2016, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012 no 1º grau, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013 no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2013 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.	62,2%
META 4 - Identificar e julgar até 31/12/2016, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2013.	50,0%
META 6 - Identificar e julgar até 31/12/2016, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2013, no 1º grau, e 80% das ações ANEXO XXI - Relação de Empregados de Empresas Contratadas coletivas distribuídas até 31/12/2014, no 2º grau.	70,4%
META 7 - Gerir estrategicamente as ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.	26,3%

Fonte: Divisão de Estatísticas/Seplag/TJCE

3.3.2 Projetos Estratégicos

Os projetos estratégicos são empreendimentos temporários para o alcance dos objetivos e metas institucionais, executados pelas unidades do Poder Judiciário cearense e monitorados pelo Escritório Corporativo de Projetos (ECP), vinculado à Secretaria de Planejamento e Gestão e criado por meio da Resolução nº 13, de 20 de dezembro de 2011 do Órgão Especial.

As atribuições do Escritório, em linhas gerais, são: monitorar a elaboração e execução de iniciativas estratégicas, desenvolver e implantar metodologia de gerenciamento de projetos, apoiar os patrocinadores e gerentes na condução dos projetos estratégicos e prestar suporte à alta administração para a tomada de decisões.

Conforme a citada resolução, o gerente de projetos é o profissional responsável pelo planejamento detalhado e monitoramento da execução das respectivas atividades e tem como foco o cumprimento dos prazos, respeitando as restrições de escopo, qualidade e custos. Por sua vez, o patrocinador é aquele que provê os recursos e dá suporte institucional para o projeto, bem como resolve os riscos, conflitos e problemas que estão além da alçada do gerente de projetos.

O Gerenciamento de projetos é a aplicação de conhecimentos, habilidades e técnicas às atividades do projeto para atender aos seus requisitos e aos objetivos organizacionais. Maturidade é

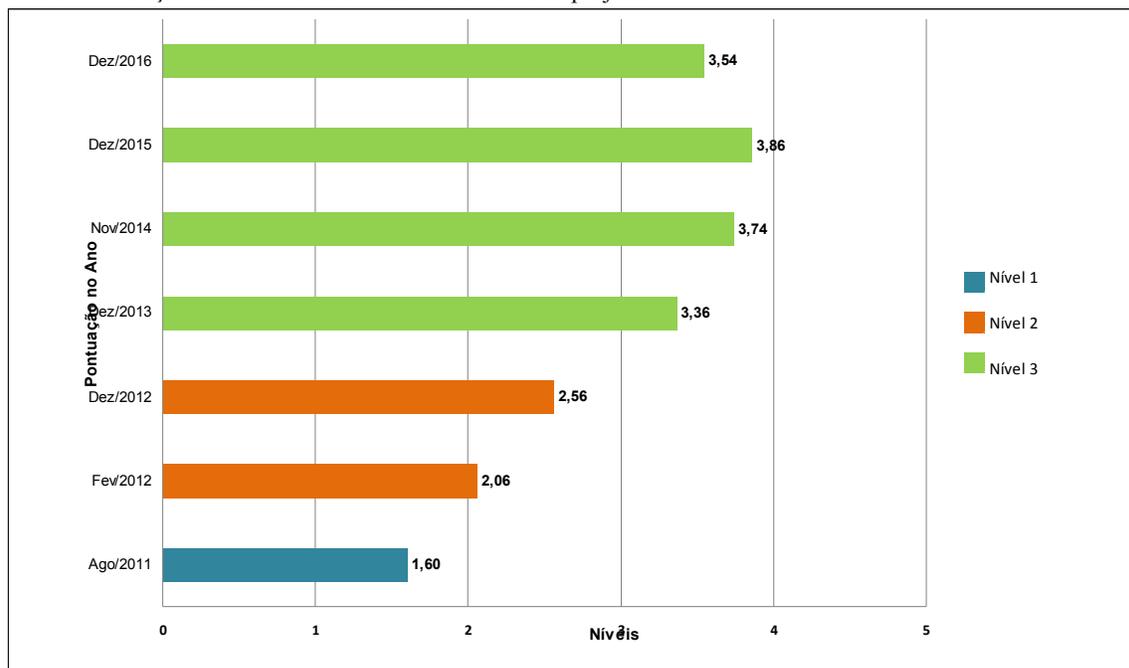


Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

o grau em que o gerenciamento de projetos é utilizado na Organização.

Dessa forma, em agosto de 2011, antes da implantação do Escritório Corporativo de Projetos (ECP), foi realizada avaliação (por meio de questionário no modelo Prado-MMGP, o qual permite avaliar cinco níveis de maturidade, considerando: processos, pessoas, tecnologia e estratégia) para analisar o nível de conhecimento em gerenciamento de projetos do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Baseado nessa análise, diversas ações foram empreendidas durante os anos de 2011 a 2016 para elevar a maturidade em gerenciamento de projetos da Instituição. O resultado dessas ações revela-se no gráfico abaixo. Observa-se que houve um crescimento contínuo no nível de maturidade em gerenciamento de projetos do Tribunal, sendo que em 2013 alcançou-se o Nível 3 - Padronizado. Em 2016 critérios mais rigorosos foram incorporados no questionário, o que não impactou na mudança de nível da maturidade, apesar da pequena redução na pontuação.

Gráfico 7 – Evolução da Maturidade em Gerenciamento de projetos



Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Os gráficos a seguir apresentam os status dos 30 projetos estratégicos priorizados pela Gestão 2015-2016, conforme disposto na Portaria nº 1.924/2015, bem como a situação dos projetos estratégicos em relação à metodologia de projetos adotada no TJCE e aos prazos de execução.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 8 – Status dos Projetos Estratégicos 2015-2016 (até dezembro/2016)



Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Obs: (1) Formalmente, um projeto estratégico é iniciado, ou seja, torna-se ativo, quando a unidade patrocinadora apresenta, ao Escritório Corporativo de Projetos (ECP) da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), o documento Termo de Abertura de Projeto (TAP) assinado pelo respectivo patrocinador.

(2) Um projeto é suspenso quando solicitado pela Alta Administração por questões de mudança na priorização estratégica, restrições orçamentárias ou outros motivos relevantes e pode ser reativado a qualquer tempo.

Gráfico 9 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Aderência à Metodologia



Gráfico 10 - Projetos Estratégicos 2015-2016 – Prazo Aderência à Metodologia



Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

As tabelas a seguir apresentam os projetos estratégicos separados pelos status “ativos”, “concluídos” e “suspensos”.

Tabela 12 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Ativos

Unidade Responsável	Projeto	Previsão de término	Progresso
Comissão de Segurança	Ampliação e Aprimoramento da Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Ceará	18/7/2017	50%
Fórum Clóvis Beviláqua	Garantia da Efetividade das Audiências	19/1/2017	98%
	Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Fiscais	31/3/2017	85%
	Reestruturação e Aprimoramento das Execuções Cíveis*	-	-
Ouvidoria	Criação de Política de Atendimento ao Jurisdicionado	2/3/2017	88%
Assessoria da Presidência	Aprimoramento da Justiça Criminal - Integrajus	8/5/2017	80%
Secretaria Judiciária	Garantir a Descentralização do Acesso dos Cidadãos às Certidões Cíveis e Criminais	24/5/2017	64%
	Análise, Racionalização e Manualização dos Processos dos Setores Integrantes da Secretaria Judiciária	2/3/2017	89%
Secretaria de Planejamento e Gestão	Aprimoramento do Modelo de Governança do Poder Judiciário do Estado do Ceará	10/4/2017	89%
	Melhoria das Estatísticas Processuais	25/1/2017	99%
Secretaria de Tecnologia da Informação	Implantação do Programa de Segurança Corporativa da Informação do Poder Judiciário do Estado do Ceará	6/2/2017	86%
	Aprimoramento da Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação	13/7/2017	45%
	Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior*	-	-
	Comunicação de Dados	14/3/2017	85%
	Informatização das Atividades da Auditoria	14/6/2017	80%

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

*Projeto em replanejamento.

Tabela 13 - Projetos Estratégicos 2015-2016 – Concluídos

Unidade Responsável	Projeto	Data de Conclusão
Secretaria de Infraestrutura	Fórum Novo de Itapipoca	31/8/2015
Secretaria de Tecnologia da Informação	Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça	24/9/2015



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Fórum Clóvis Beviláqua	Criação das Secretarias Únicas Especializadas	25/2/2016
Secretaria de Tecnologia da Informação	Modernização dos Portais TJCE	13/7/2016
Secretaria de Planejamento e Gestão	Transformação de Processos Estratégicos	17/8/2016
Secretaria de Finanças	Incremento na Arrecadação do Poder Judiciário Cearense	28/10/2016
	Sistema Único do Fermoju - SISUFERMOJU	28/10/2016
Secretaria de Gestão de Pessoas	Aprimoramento da Governança de Gestão de Pessoas	31/10/2016
Comissão de Jurisprudência	Uniformização da Jurisprudência em Demandas Repetitivas	28/11/2016
Nupemec	Criação de Centros Judiciais de Soluções Alternativas de Conflitos (CEJUSCs)	29/11/2016

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Tabela 14 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Suspensos

Unidade Responsável	Projeto	Justificativa
Secretaria de Infraestrutura	Fórum Novo de Santa Quitéria	Restrições orçamentárias
	Melhoria da Acessibilidade Física nos Prédios do Poder Judiciário cearense	
	Otimização da Gestão de Custos	
	Implantação de Identificação Visual	

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

Tabela 15 - Projetos Estratégicos 2015-2016 - Cancelados

Unidade Responsável	Projeto	Justificativa
Secretaria de Tecnologia da Informação	Sala de Audiência - Gravação Áudio Vídeo	Escopo atendido por meio da realização de ações independentes ao projeto

Fonte: Escritório Corporativo de Projetos/Seplag/TJCE

3.4 Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2015-2020 (PETI) e Plano Diretor de TI 2015-2016 (PDTI)

Durante o biênio 2015-2016, o TJCE aprovou o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação 2015-2020 (PETI) e o Plano Diretor de TI 2015-2016 (PDTI). Construído de forma participativa em conjunto com usuários de outras áreas administrativas e judiciais, o PETI possui 10 objetivos estratégicos, 31 indicadores e 11 programas e tem sido usado para alinhar as estratégias da Tecnologia da Informação e guiá-la no alcance de seus objetivos e de sua visão: “Ser reconhecida



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

pela efetividade e inovação no apoio à gestão e promoção da Justiça”. De nível tático e construído a partir do levantamento de necessidades das unidades do Poder Judiciário, o PDTI tem direcionado as diversas iniciativas de Tecnologia da Informação na gestão 2015-2016, contando com um total de 105 iniciativas.

Visando propiciar a divulgação das ações, realizações, projetos e alcance de metas, são realizadas reuniões bimestrais com todos os servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação. Tais reuniões promovem o alinhamento e a integração entre as diversas unidades que compõem a Secretaria de Tecnologia da Informação do Poder Judiciário cearense.

Ao final do ano de 2016, a Setin alcançou 83% das metas estipuladas no Peti, resultado este bastante satisfatório e que superou o valor previsto de 80%, conforme definido no Indicador 11, Índice de Execução do Peti 2015-2020. Quanto ao Plano Diretor de TI (PDTI) 2015-2016, a Setin concluiu com sucesso 39% das iniciativas previstas e continua executando outros 27%. Destaca-se ainda que, por diversos motivos superiores, 34% das iniciativas inicialmente previstas foram canceladas.

3.5 Projetos Estratégicos da Secretaria Judiciária

Alinhado aos objetivos estratégicos de promover a celeridade, produtividade e efetividade na prestação jurisdicional, otimizar e padronizar processos judiciais e administrativos, aprimorar a governança judiciária, o atendimento e o acesso do cidadão à Justiça, integrantes do Planejamento Estratégico 2015-2020, a Secretaria Judiciária tem patrocinado os projetos “Análise, racionalização e manualização de processos da Secretaria Judiciária” e “Garantir a descentralização do acesso dos cidadãos às certidões *on-line*”.

O primeiro encontra-se com 89% das entregas cumpridas, com a conclusão da análise de maneira que foram concluídas a análise, a racionalização e a manualização dos processos de trabalho do Departamento Judicial de Apoio (Serviço de Digitalização, Cadastro e Protocolo e Divisão de Cálculos) e Departamento de Distribuição (Cadastro e Autuação, Estudo de Prevenção, Distribuição e Redistribuição), Departamentos Cível e Penal (Tramitação Processual), Secretaria Judiciária (Sessão de Julgamento) e Gabinete da Secretaria (Sessão de Julgamento e Serviço de Certidões). A manualização dos demais processos de trabalho do Gabinete da Secretaria



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

(Tramitação de Precatório e Cadastro de Peritos) está sendo realizada, com previsão de conclusão até o mês de março de 2017.

Já o segundo projeto encontra-se com 64% das entregas cumpridas. Foram entregues o serviço de requerimento *on-line* de certidões cíveis e criminais, o sistema de Certidões Negativas Cíveis e Criminais – SNCC, que controla o atendimento aos requerimentos realizados, além de já estar disponível o serviço de emissão de certidões negativas *on-line* para o segundo grau.

3.5.1 Sistema de Cadastro de Peritos pela Internet

Em relação ao Indicador “Quantidade de ações voltadas à ampliação do atendimento ao cidadão”, contido no Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Ceará 2015-2020, a Secretaria Judiciária, na condição de gestora desse indicador, está desenvolvendo, em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação, o Sistema de Cadastro de Peritos pela Internet – Siper, cujo módulo de cadastro já encontra-se em operação desde dezembro de 2016, e que permitirá a realização do cadastro, inscrição e controle do processo de credenciamento, requerimento de serviço e de pagamento, além da disponibilização dos termos de homologação dos respectivos credenciamentos e da relação de profissionais habilitados, em atendimento à Resolução nº 233/16, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3.6 Planejamento Estratégico da Secretaria de Infraestrutura

A Secretaria de Infraestrutura – Seinfra foi criada a partir da nova estrutura organizacional do Tribunal de Justiça, Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado de 30 de julho de 2015, tendo suas atribuições descritas na Portaria 1.785/2015, de 14 de agosto de 2015 do Diário da Justiça de mesma data e regulamentada pela Resolução nº 09/2016 do TJCE. Todos os esforços desta Secretaria estão voltados para a criação, implementação e manutenção de unidades físicas do Judiciário, garantindo, aos seus usuários, estruturas adequadas às suas necessidades. O alinhamento das estratégias da Seinfra com os objetivos estratégicos do Tribunal de Justiça foi uma peça fundamental para o desenvolvimento de suas ações. Os principais focos estabelecidos em seu Planejamento Estratégico foram: Controle de Contratos; Controle Financeiro; Reformas de Pequeno Porte; e Projetos utilizando recursos do FUNSEG.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Devem ser ressaltados os projetos e ações que envolveram, particularmente, reformas das unidades judiciárias, objetivando a contenção de gastos para adequação às restrições financeiras do Estado. A gestão dos contratos e o controle financeiro tiveram um acompanhamento estrito por meio de redução dos valores contratuais de manutenção e de obras e reformas, não permitindo, ao mesmo tempo, que a qualidade deixasse de ser atingida em sua plenitude. O controle de gastos teve seu foco no aumento da celeridade dos processos de pagamentos a fornecedores, com ações específicas na otimização de seus processos, conseguindo um decréscimo no tempo em cerca de 20%. As ações de reformas que envolveram os recursos do FUNSEG foram de suma importância para propiciar aos magistrados melhores condições de segurança em seus trabalhos.

As ações realizadas voltadas ao Planejamento Estratégico da Seinfra foram:

Tabela 16 - Ações realizadas que envolvem Planejamento Estratégico e Indicadores

Item	Ações
Planejamento estratégico da Secretaria	Definição de itens estratégicos
	Definição da missão
Definição e geração de controles financeiros específicos	Definição e elaboração das ferramentas de controle de pagamentos
Definição e geração de controles de contratos	Definição e desenvolvimento de controle centralizado
Estabelecimento de controle de indicadores	Planejamento estratégico do TJCE
	PLS (Plano de Gestão de Logística Sustentável) do TJCE
	Indicadores internos da Seinfra

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

O alinhamento das operações da Seinfra com as estratégias do TJCE são de extrema importância, impulsionando as ações para um caráter proativo, tendo como foco a disponibilização de um ambiente seguro e adequado para contribuir com a *performance* organizacional.

3.7 Planejamento Estratégico Setorial do Fórum Clóvis Beviláqua

- i. Objetivo: Desenvolver o plano com estratégias setoriais do Fórum Clóvis Beviláqua, alinhadas ao Plano Estratégico do Tribunal de Justiça, visando à



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

melhoria contínua dos serviços prestados pelo Fórum e ao alcance das metas estabelecidas.

- ii. Progresso: Até setembro de 2016, foram feitas várias etapas dos planos de ações, com os seguintes objetivos estratégicos: Ampliar a acessibilidade do Fórum; Aprimorar a infraestrutura tecnológica e o sistema de informações e comunicações internos; Fortalecer e facilitar os canais de comunicação institucional; Garantir a otimização da distribuição dos recursos materiais e garantir o bem estar dos servidores; Identificar, aperfeiçoar e divulgar os procedimentos gerenciais; Normatizar, padronizar e otimizar os procedimentos judiciais e administrativos do Fórum, bem como a prestação de serviços por meio eletrônico; Promover a celeridade da atuação administrativa e as políticas de gestão, capacitação e desenvolvimento de pessoas.
- iii. Entregas previstas: Oito Planos de Ações em andamento. Conclusão em janeiro de 2017.
- iv. Unidades envolvidas: Diretoria do Fórum, Secretaria Executiva, Núcleo de Apoio à Gestão e unidades administrativas do Fórum.
- v. Fase Atual: Atualmente, há dois planos de ação conclusos e oito em andamento.

3.7.1 Projeto de Garantia da Efetividade das Audiências

- i. Objetivo: Diagnosticar e otimizar o processo de marcação, realização e conclusão de audiências.
- ii. Entregas previstas: Otimização do uso das salas de audiência; Implantação do sistema de controle de reserva de salas de audiência; e Implantação de sala de videoconferência para reuniões administrativas. Previsão de entrega para janeiro de 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, unidades judiciárias do Fórum Clóvis Beviláqua e Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: Implantação de sala de videoconferência para reuniões administrativas, diagnóstico dos motivos da não realização da audiência.
- v. Fase atual: Simplificação de processos e conclusão do sistema de reserva de



audiência.

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

4.1 Realização de Projeto-Piloto e Implantação do Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade

Considerando a necessidade de adoção de medidas efetivas para o descongestionamento do Poder Judiciário cearense, foi implantado, por meio da Portaria nº 942, de 23 de abril de 2015, Projeto-Piloto para Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, tendo por objetivos:

- i. possibilitar o acompanhamento da taxa de congestionamento do TJCE por unidade judiciária;
- ii. capacitar e fornecer ferramentas às unidades para a gestão e monitoramento do seu congestionamento;
- iii. promover a melhoria das estatísticas do TJCE por meio da realização das corretas atualizações processuais nos sistemas informatizados.

Como desdobramento do Projeto-Piloto, que contemplou a Secretaria Judiciária e unidades das comarcas de Fortaleza, Caucaia e Maracanaú, foi instituído no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará, por meio da Portaria nº 2034, de 11 de setembro de 2015, o Programa de Monitoramento da Taxa de Congestionamento por Unidade, composto pelas seguintes ações:

1. extração dos dados referentes aos processos pendentes e baixados nos sistemas processuais (SProc, Pje, Projudi, SAJSG e SAJPG) e disponibilização periódica e automatizada de relatório analítico da taxa de congestionamento para cada unidade do Poder Judiciário do Estado do Ceará;
2. padronização e manualização dos procedimentos de baixas processuais;
3. capacitação de diretores de secretaria e servidores em:
 - a) indicadores do CNJ: Parâmetros e Monitoramento;
 - b) atualização dos Sistemas Processuais com base nas Tabelas Processuais Unificadas do CNJ;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- c) procedimentos padronizados de baixas processuais;
4. realização anual de estudo técnico, contendo diagnóstico e análise comparativa da taxa de congestionamento e da produtividade das unidades judiciárias;
5. atuação dos Grupos de Descongestionamento da Comarca de Fortaleza e das comarcas do Interior do Estado, em julgamento e baixa processual nas unidades com índices de congestionamento mais críticos;
6. certificação anual das unidades pelo descongestionamento e pelo cumprimento das metas nacionais.

4.2 Realização do I Mutirão de Baixas Processuais

Tendo como objetivo a redução da taxa de congestionamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, foi realizado, no período de 03 a 13 de novembro de 2015, o Mutirão de Baixas Processuais nas unidades judiciárias de 1º Grau. A ação foi coordenada pela Corregedoria-Geral da Justiça do Ceará, com apoio da Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), tendo como resultado a realização de 14.147 baixas processuais durante o período do mutirão.

4.3 Certificação das Unidades pelo Descongestionamento Processual e pelo Cumprimento das Metas Nacionais 2015

Por meio da Portaria nº 472, de 21 de março de 2016, foram certificadas as unidades judiciárias de 1º e 2º graus que, no exercício de 2015, cumpriram as Metas Nacionais e a unidades que reduziram suas taxas de congestionamento em relação ao ano de 2014.

Como forma de bonificação pelo seu desempenho, os servidores lotados nas unidades certificadas receberam bonificação de dois dias de abono de expediente e os certificados serão considerados no sistema de progressão e promoção funcionais de servidores e nas promoções dos magistrados e acesso destes ao TJCE, conforme regulamentado na Resolução nº 10, de 14 de dezembro de 2015.



4.4 Saneamento dos dados Estatísticos: Elaboração e Revisão dos Filtros de Extração de Dados nos Sistemas Processuais

Em prol do aperfeiçoamento dos dados e melhoria das estatísticas do Judiciário cearense, foram retomados, por meio da Portaria nº 306, de 13 de fevereiro de 2015, e da Portaria nº 2033, de 11 de setembro de 2015, os estudos e levantamentos necessários objetivando a elaboração, a revisão e a validação dos parâmetros de extração de dados nos sistemas processuais.

A iniciativa, além de possibilitar a extração de dados mais fidedignos relacionados aos indicadores do TJCE constantes do Relatório “Justiça em Números” e das Metas Nacionais, ambas do Conselho Nacional de Justiça, viabilizará a extração automatizada, via sistemas processuais, das estatísticas encaminhadas pelas unidades judiciárias ao Conselho Nacional de Justiça (“Justiça Aberta”) e à Corregedoria-Geral de Justiça (“Estatística Forense”), como forma de otimizar o acompanhamento das produtividades por parte dos magistrados e reduzir as rotinas manuais de coleta e envio de dados pelas Secretarias de Vara.

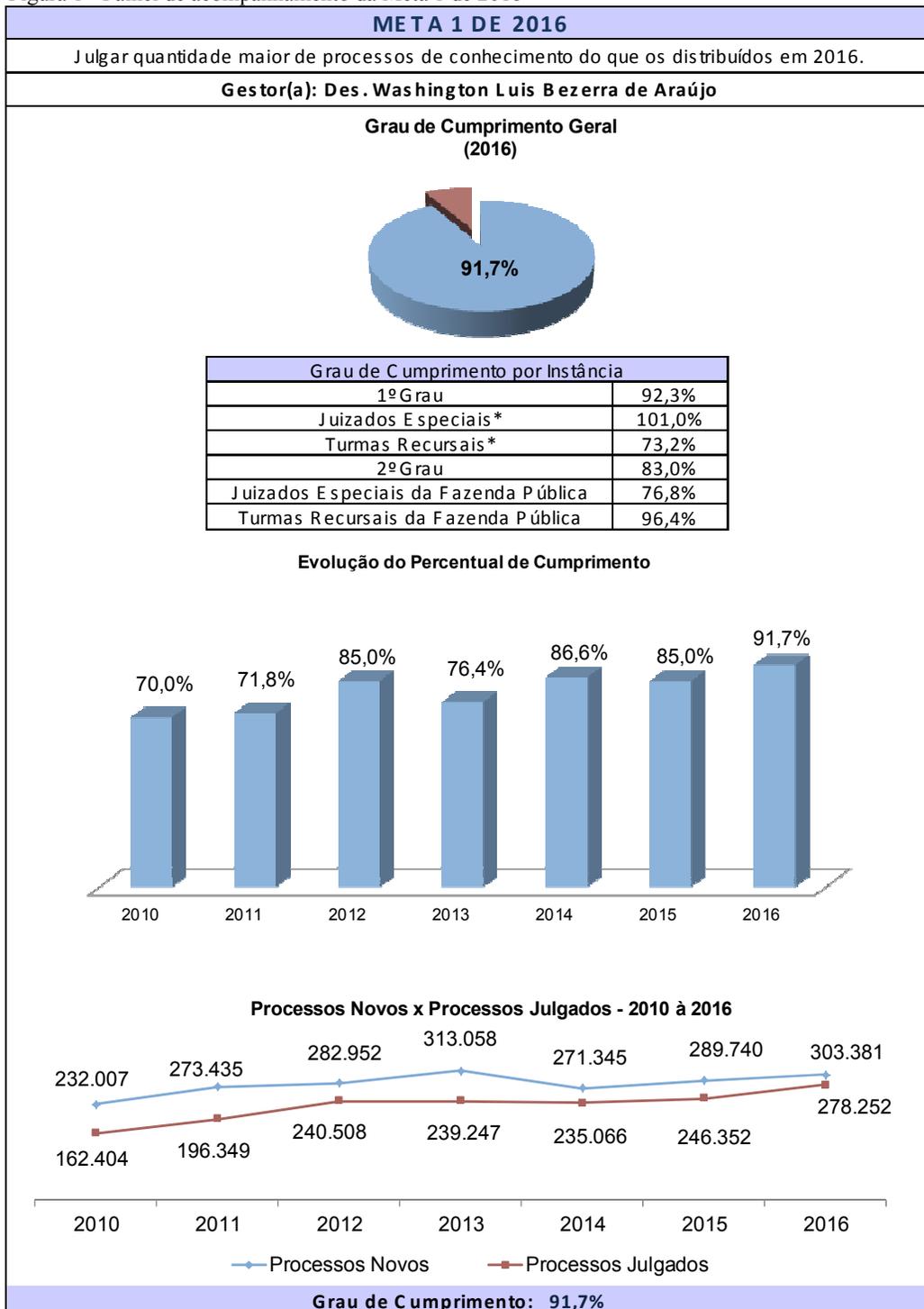
Os trabalhos, que já estão em fase de validação e implantação das regras de extração elaboradas, estão sendo conduzidos pela Secretaria de Planejamento e Gestão (coordenação), em parceria com a Corregedoria-Geral de Justiça, Secretaria Judiciária, Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum das Turmas Recursais.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

4.5 Indicadores e Metas Nacionais do CNJ

Figura 1 - Painel de acompanhamento da Meta 1 de 2016

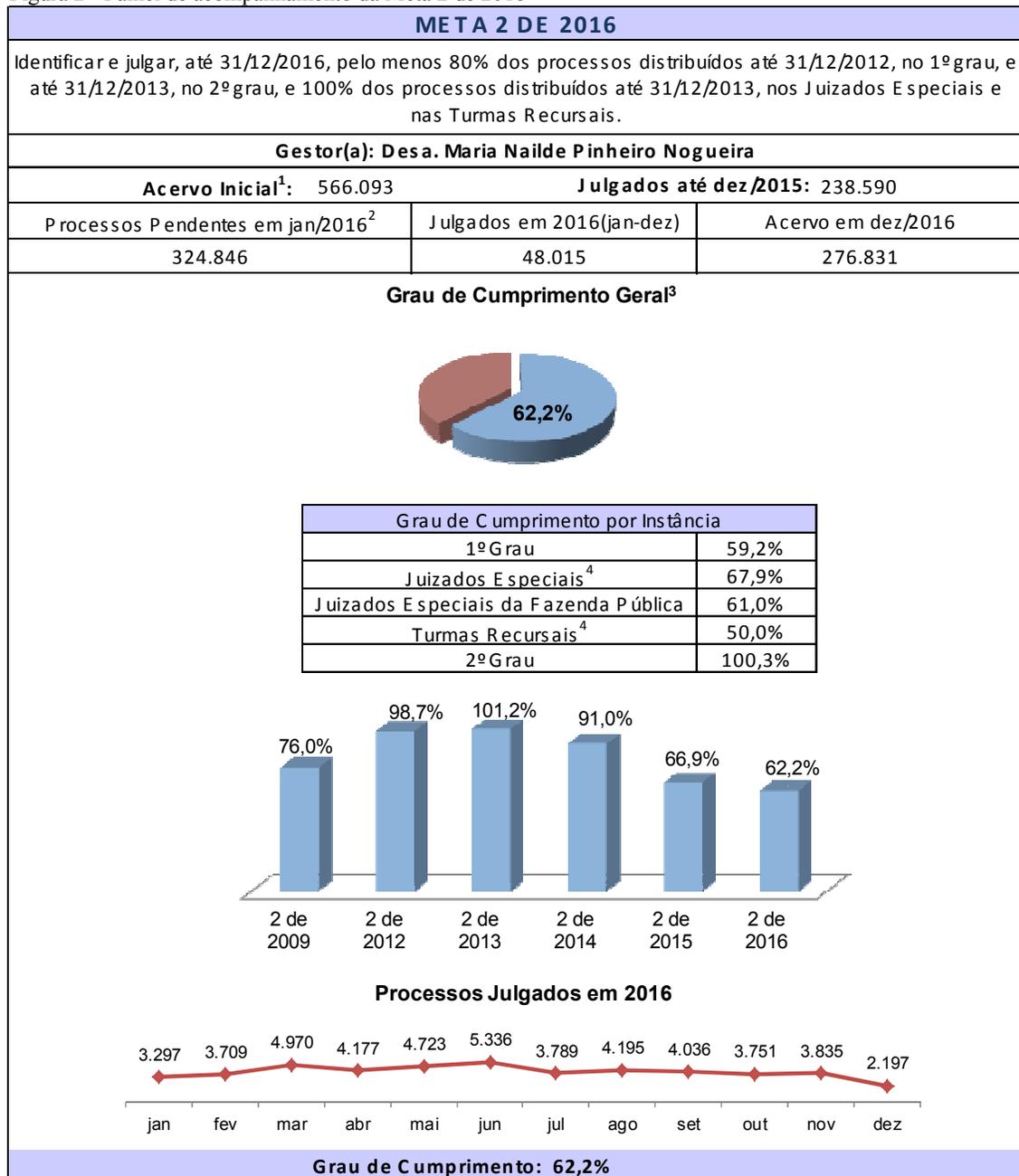




Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)
Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

Figura 2 - Painel de acompanhamento da Meta 2 de 2016



1 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2012 e, no 2º grau, Turmas Recursais e Juizados Especiais, dezembro de 2013.

2 Os Processos Pendentes em 2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

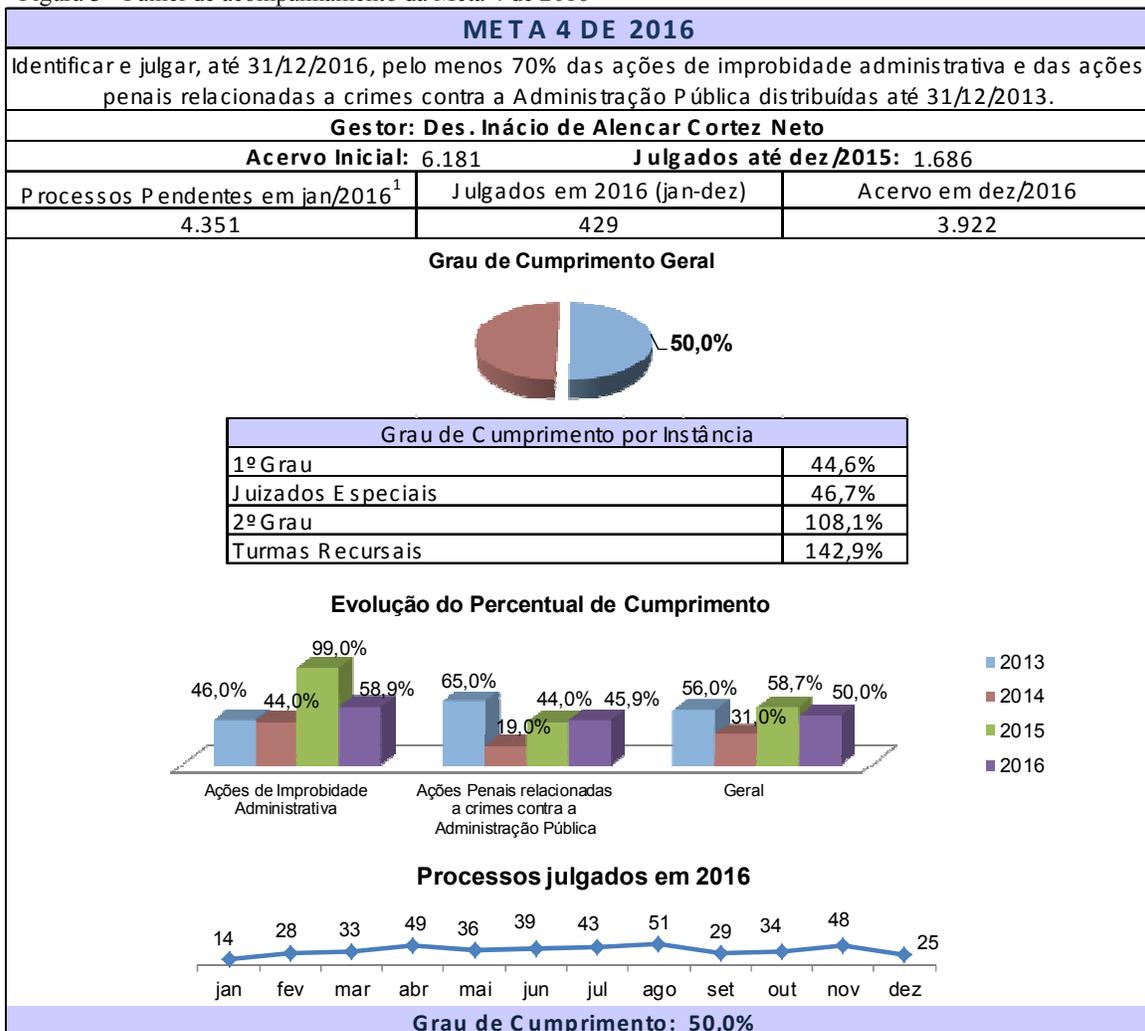
3 O percentual de cumprimento global foi calculado pela Divisão de Estatística do TJCE, o CNJ calcula os percentuais de cumprimento separadamente.

4 As informações referentes ao PJ-e para Juizados Especiais e Turmas Recursais não estão sendo coletada devido à inexistência de relatórios de Metas no referido sistema.

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

Figura 3 - Painel de acompanhamento da Meta 4 de 2016



1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

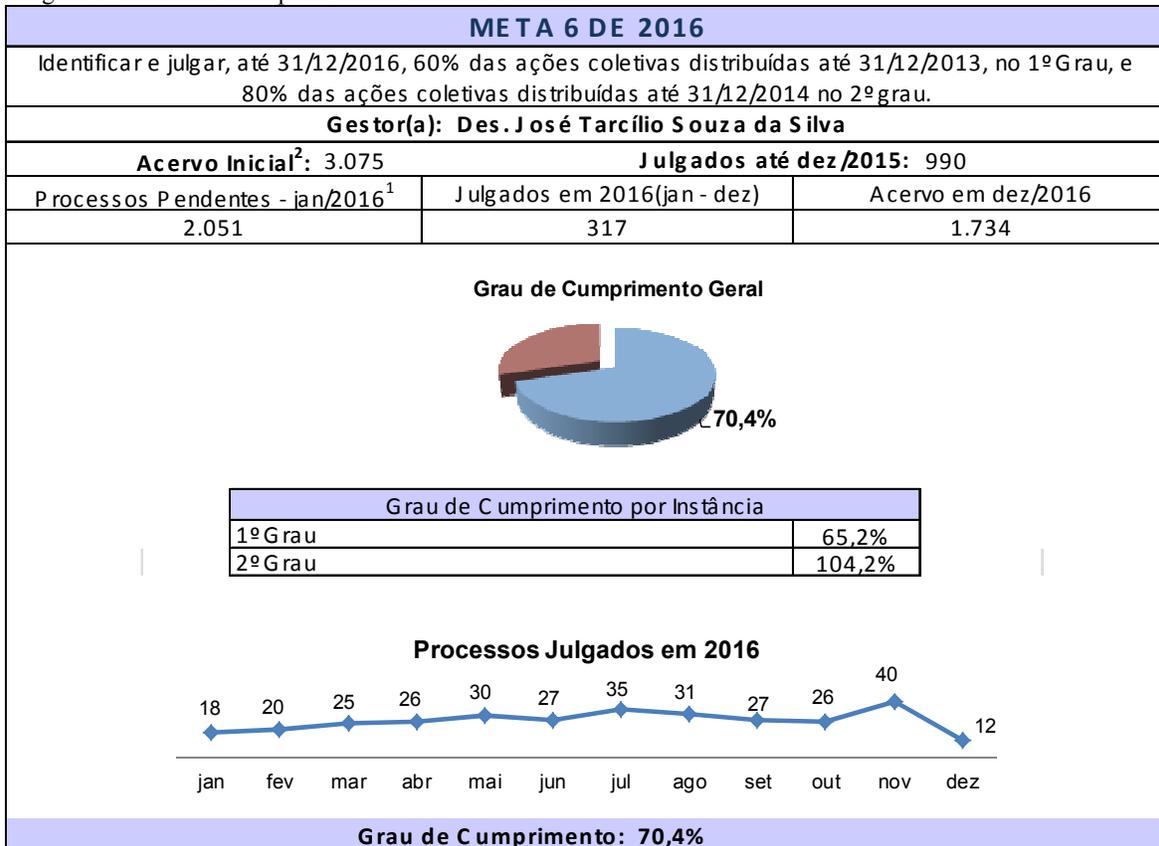
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 4 - Painel de acompanhamento da Meta 6 de 2016



1 Os Processos Pendentes em jan/2016 já levam em consideração os processos entrados e saídos da meta, de acordo com as definições do CNJ.

2 No 1º Grau o acervo inicial da meta refere-se aos processos pendentes em dezembro de 2013 e, no 2º Grau, dezembro de 2014.

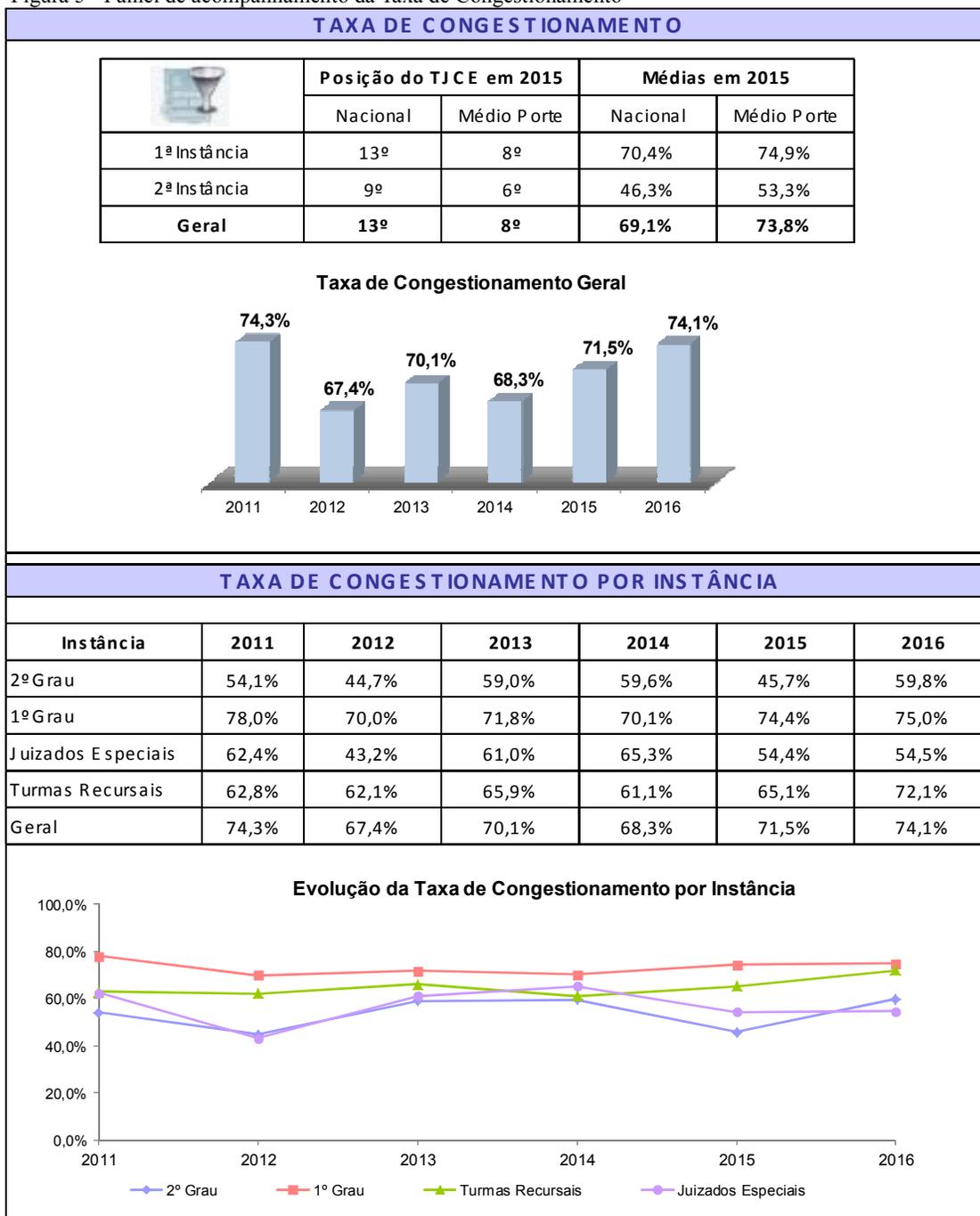
Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão (Divisão de Estatísticas)
Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

4.6 Taxa de Congestionamento

Figura 5 - Painel de acompanhamento da Taxa de Congestionamento



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão

Atualização: Janeiro de 2017 (dados referentes a dezembro de 2016).

Nota: No Plano 2015-2020, foram propostas as seguintes metas para a Taxa de Congestionamento geral do TJCE: 61,6% (2015), 59,7% (2016), 54,0% (2017), 49,5% (2018), 44,9% (2019), 39,5% (2020).



4.7 Estatística Processual da Assessoria de Precatórios

A Assessoria de Precatórios, em cumprimento à análise de novos requisitos apresentados pelo Sistema de Administração de Precatórios (SAPRE) e inseridos no Sistema SAJ/SG, expediu ofícios requisitórios no período reportado no presente relatório conforme tabela a seguir:

Tabela 17 – Ofícios Requisitórios

2015/2016	
Precatórios/Requisitórios Expedidos	395
Requisições de Pequeno Valor Expedidas	57

Fonte: Assessoria de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

4.8 Estatística Processual da Secretaria-Geral

As principais iniciativas desenvolvidas estão articuladas com os objetivos estratégicos do Poder Judiciário cearense, com ênfase para a melhoria da produtividade e a busca da modernização contínua. Foram julgados no período 1.189 processos pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça e 19 em sua composição plenária.

Em 2015, o Tribunal de Justiça publicou 16 resoluções do Órgão Especial e 10 do Tribunal Pleno, 35 provimentos e 2.767 portarias. Em 2016, o Tribunal de Justiça publicou 28 resoluções do Órgão Especial e 6 do Tribunal Pleno, 64 provimentos e 2.050 portarias. Ressalte-se a edição do Regimento do Tribunal de Justiça, publicado no Diário da Justiça de 1º de agosto de 2016.

Destacam-se ainda as seguintes estatísticas processuais realizadas no âmbito da Secretaria-Geral:

4.8.1 Secretariando ao Tribunal Pleno, ao Órgão Especial e ao Conselho da Magistratura

- i. Tribunal Pleno: Foram realizadas 21 sessões no exercício de 2015 com apreciação/julgamento de 2 reclamações disciplinares, 2 sindicâncias administrativas e 7 processos administrativo-disciplinares. Já no exercício de 2016, foram realizadas 13 sessões, com apreciação/julgamento de 1 ação rescisória, 1



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

procedimento de verificação de capacidade mental, 1 procedimento de apuração disciplinar, 1 pedido de providência e 4 processos administrativo-disciplinares;

- ii. Órgão Especial: Em 2015 foram realizadas 31 sessões ordinárias e 2 extraordinárias em que foram julgados processos judiciais e administrativos e, em 2016, 36 sessões ordinárias, conforme abaixo quantificados:

Tabela 18 - Processos judiciais e administrativos julgados (2015-2016)

Julgamentos	2015	2016
Agravos Regimentais	149	106
Embargos de Declaração	141	68
Mandados de Segurança	312	225
Recurso Administrativo	64	51
<i>Habeas Corpus</i>	1	1
Ação Penal	1	2
Conflito de Competência	9	9
Embargos à Execução	7	9
Embargo Infringente	--	1
Inquérito policial	1	1
Mandado de injunção	2	1
Procedimento Investigatório	2	3
Reclamação	1	2
Petição (Objeto de Executividade)	1	--
Cautelar Inominada	1	--
ADIN	6	7
Agravo Interno em Rec. Extraord.	3	2
Arguição de Inconstitucionalidade	2	13
Cautelar em ADIN	7	--
Agravo Regimental - Precatório	--	1
Requerimento Administrativo	--	1
Representação Criminal – Notícia-Crime	--	1
Ação Penal – Procedimento Ordinário	--	1
Ação Rescisória		5
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	--	1
Notificação para Explicação	--	1
Impugnação	--	1
TOTAL	712	517

Fonte: Secretaria-Geral

- iii. Conselho da Magistratura: Foram realizadas 18 sessões ordinárias em 2015, e 19 em 2016.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

4.8.2 Secretariado à Administração dos Magistrados do 2º Grau

- i. Plantão judiciário do 2º grau - Programação, controle das designações dos magistrados plantonistas, elaboração de expedientes referentes a plantões com a edição de 96 portarias que designaram magistrados para exercer os plantões de fins de semanas, feriados e dias de pontos facultativos, além do controle das permutas ou substituições entre Desembargadores nessa atividade jurisdicional;
- ii. Análise e informações em processos de interesse dos Senhores Desembargadores e Juizes da Capital sobre férias, licenças e outros afastamentos. Foram informados 595 processos dessa natureza.

4.8.3 Secretariado à Administração dos Magistrados de 1º Grau – Interior e Capital

Tabela 19 – Promoções (2015-2016)

Entrância	Critério	2015	2016
Intermediária	Merecimento	2	0
Intermediária	Antiguidade	9	0
Final	Merecimento	17	2
Final	Antiguidade	17	2

Fonte: Secretaria-Geral

Tabela 20 – Acesso ao Cargo de Desembargador (2015-2016)

Critério	2015	2016
Merecimento	2	0
Antiguidade	2	0

Fonte: Secretaria-Geral

Tabela 21 – Remoções (2015-2016)

Entrância	2015	2016
Inicial	12	0
Intermediária	12	2
Final	15	1
Editalis Publicados	2015	2016
Entrância Inicial	1	1
Entrância Intermediária	8	5
Entrância Final	19	2
Acesso ao Cargo de Desembargador	3	0



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Turma Recursal	5	1
Membros do TRE	4	5
Juízes Leigos	1	0
Atos de Exonerações/Nomeações	2015	2016
Exonerações de Magistrados	2	14
Nomeações	0	79

Fonte: Secretaria-Geral

4.8.4 Análise de Processos Administrativos, Elaboração de Despachos e outros

No período considerado, tramitaram pela Secretaria-Geral para apreciação e deliberação 24.346 processos administrativos, perfazendo média mensal de 1.058 apreciados.

Destacam-se, por fim:

- i. Análise dos pedidos de auxílio-moradia de magistrados, havendo sido analisados 640 processos, com o exame de sua instrução, expedição de comunicações, informações e despachos, tendo em vista a nova regulamentação sobre esse benefício;
- ii. Gerenciamento de 235 edições do Diário da Justiça em 2015 e 214 em 2016.

4.9 Estatística Processual da Secretaria Judiciária

O Departamento de Serviços Judiciários de Apoio da Secretaria Judiciária concentra a Divisão de Protocolo Geral e a Divisão de Cálculos Judiciais. A primeira desenvolve atividades de recebimento, digitalização e registro de protocolo de processos. No período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, foram protocolados, eletronicamente pelo Portal e-SAJ, 126.445 petições iniciais e intermediárias digitais, além de 27.036 petições físicas. Além disso, o Núcleo de Digitalização do Segundo Grau promoveu a digitalização de 23.739 feitos.

Já a Divisão de Cálculos Judiciais recebeu, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, 1.337 processos físicos (SPROC), dos quais, 895 tiveram cálculos elaborados, 131 foram devolvidos à origem com informações (por falta de peças necessárias para o cálculo ou por resposta a impugnações) e 221 se encontram pendentes no setor para fins de análise e elaboração de cálculos. Além disso, foram recebidos 1.570 processos digitais, no período de 1º de janeiro de 2015 a 30 de setembro de 2016.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

O Departamento de Distribuição, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, promoveu 81.202 distribuições, 54.308 redistribuições e 24.698 transferências. Além disso, foram recebidos 24.234 processos pelo módulo de integração SAJPG / SG.

Os Departamentos Cível (integrado pelas Divisões de Recursos das Câmaras, de Recursos Privativos, e dos Feitos do Órgão Especial e das Câmaras Cíveis Reunidas) e Penal (integrado pelas Divisões de *Habeas Corpus*, de Recursos Criminais e de Apelação Criminal) cuidam da tramitação dos feitos em segunda instância, promovendo a intimação das partes, a publicação de despachos, decisões e acórdãos, o controle dos prazos processuais, a emissão de certidões e a elaboração de expedientes diversos.

O Departamento Cível, por meio de suas divisões, baixou 94.808 processos no período de 1º janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016.

Pelas Divisões de Recursos das Câmaras Cíveis, foram publicadas 103.933 decisões e elaborados 91.243 expedientes (cartas, mandados, ofícios, etc.). Nesse mesmo período, a Divisão de Recursos Privativos encaminhou 3.326 recursos aos Tribunais Superiores (STJ e STF).

Já o Departamento Penal, por meio das Divisões de *Habeas Corpus*, de Recursos Criminais e de Apelação Criminal, promoveu, no período de 1º de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2016, a baixa de 24.708 processos, encaminhou 1.158 recursos aos Tribunais Superiores (STF e STJ).

Em relação ao cadastramento de precatórios, foram registrados no sistema SAPRE 347 ofícios requisitórios, de janeiro de 2015 a dezembro de 2016.

Quanto ao cadastro de peritos, foram publicados 1 edital, 17 termos de homologação e credenciados 221 profissionais.

No tocante aos trabalhos das Câmaras Reunidas/Seções Direito Público e Privado:

Tabela 22 - Desempenho das Câmaras Reunidas/Seções Direito Público e Privado – Biênio 2015-2016

Variável	Cíveis	Criminais
Sessões realizadas	22	24
Processos julgados	162	108

Fonte: Secretaria Judiciária

*Considerando que, a partir de outubro de 2016, iniciou-se o funcionamento das Seções de Direito Público, Privado e Criminal, sendo realizada uma sessão de julgamento para cada um desses órgãos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

O Serviço de Certidões expediu – no período de 2015 e 2016 – 12.786 certidões narrativas, negativas e de prática jurídica, das quais 11.356 foram requeridas pelo sistema. Além disso, foram expedidas 18.387 certidões negativas na modalidade *on-line*.

Até o mês de agosto de 2016, havia um grupo de Oficiais de Justiça atuantes em segunda instância, sob a supervisão da Secretaria Judiciária, quando sobreveio a Portaria nº 1.464, de 18 de agosto de 2016, que promoveu a relocação desses servidores na Central de Mandados - Coman, no Fórum Clóvis Beviláqua. Enquanto estavam sob a gestão da Secretaria Judiciária, esses Oficiais de Justiça apresentaram o seguinte desempenho:

Tabela 23 – Índice de cumprimento de mandados

Tipo	2015/2016 (até agosto)	2014
Mandados Encaminhados	9.280	5.265
Mandados Cumpridos	9.113	5.189
Percentual Cumprimento	98,2%	98,56%

Fonte: Secretaria Judiciária

Por último, o plantão judiciário de segunda instância, registrou a seguinte movimentação, relativa aos recessos natalinos (dezembro de 2015 a janeiro de 2016 e dezembro de 2016 a janeiro de 2017) e aos plantões ordinários de sábados, domingos e feriados:

Tabela 24 – Recesso Natalino e Plantões ordinários de sábados, domingos e feriados

Tipo	Quantidade Feitos Interpostos
Recesso natalino 20/12/15 a 6/1/16	83
Recesso natalino 20/12/16 a 6/1/17	107
Plantões ordinários (sábados, domingos e feriados) até 31/12/16	119
TOTAL	299

Fonte: Secretaria Judiciária

4.9.1 Saneamento de Dados e Baixa Processual

Como forma de sanear os dados estatísticos relativos à tramitação processual em segunda instância, a Secretaria Judiciária promoveu estudo e elaborou documento de parâmetros, com o fito de registrar a baixa de processos que tinham sido devolvidos à primeira instância com prazo recursal decorrido ou que se encontravam na Divisão de Arquivo. Dessa forma, foram



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

publicadas as Portarias nº 654/2015 e nº 2.159/2015, autorizando a baixa processual de 23.519 e 38.872 processos, respectivamente, com significativo impacto positivo na taxa de congestionamento de segundo grau, que reduziu de 77,80%, em 2014, para 45,60% em 2015.

4.9.2 *Inventário e Migração de Dados*

Também com o intuito de promover o saneamento da base de dados, de maneira a facilitar a extração de relatórios estatísticos, além de padronizar os procedimentos de tramitação processual, a Secretaria Judiciária concebeu e promoveu o inventário de processos físicos em tramitação no segundo grau, pelo sistema SPROC, e a posterior migração de todo esse acervo para o sistema SAJSG, nos termos da Portaria nº 2.305/15. Assim, foram inventariados 946 processos no âmbito do segundo grau.

4.9.3 *Redistribuição dos acervos processuais em função da criação dos novos órgãos julgadores pelo Regimento Interno do TJCE*

Aprovado em sessão do Órgão Especial, na data de 30 de junho de 2016, o novo Regimento Interno do TJCE trouxe significativas alterações nos órgãos julgadores desta Corte, a saber: a extinção da 8ª Câmara Cível Isolada e a criação da 3ª Câmara Criminal, a alteração da competência e a transformação da 1ª a 7ª Câmaras Cíveis Isoladas em Câmaras de Direito Público e Câmaras de Direito Privado, e a extinção das Câmaras Cíveis Reunidas, com a criação, em substituição, da Seção de Direito Público e da Seção de Direito Privado. Essas inovações regimentais exigiram a redistribuição de todo o acervo em tramitação na segunda instância, com implicações, inclusive, no sistema de automação processual (SAJSG).

Para cumprimento desse desiderato e das Portarias nº 1.354/16, nº 1.402/16 e nº 1.554/16, a Secretaria Judiciária desenvolveu projeto setorial, com a elaboração de cronograma, estratégia de logística, adequações no sistema SAJSG (em conjunto com a Secretaria de Tecnologia da Informação) e formação de equipe de execução (Núcleo de Redistribuição). Os trabalhos apresentaram os seguintes resultados até a data de 31 de dezembro de 2016:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 25 – Evolução dos Trabalhos do Núcleo de Redistribuição do novo Regimento Interno – 1º de agosto a 31 de dezembro de 2016

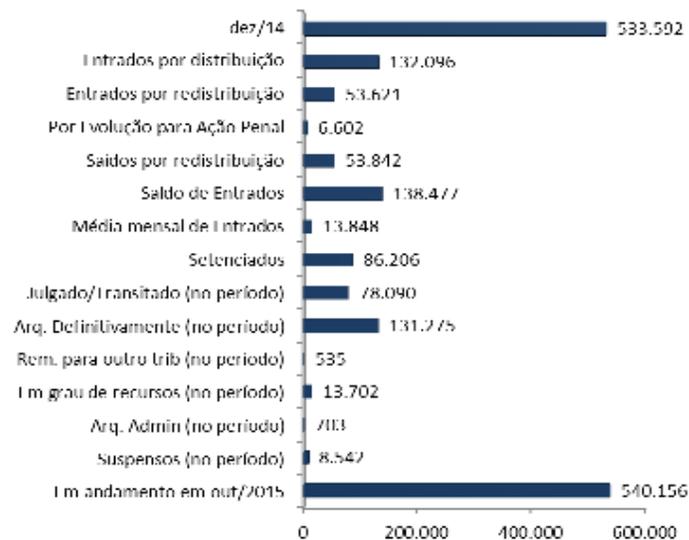
Órgão Julgador	Redistribuídos	Renomeados	Situação
3ª Câmara Criminal	3.910	0	Concluído
1ª Câmara Direito Público	1.672	622	Em andamento
2ª Câmara Direito Público	1.697	2396	Em andamento
3ª Câmara Direito Público	1.616	1041	Em andamento
1ª Câmara Direito Privado	2.235	1218	Em andamento
2ª Câmara Direito Privado	2.082	578	Em andamento
3ª Câmara Direito Privado	2.178	809	Em andamento
4ª Câmara Direito Privado	2.211	2769	Em andamento
Subtotal	17.601	9.433	-
TOTAL (Redistribuídos + Renomeados)		27.034	-

Fonte: Secretaria Judiciária

4.10 Estatísticas Processuais do Fórum Clóvis Beviláqua

A seguir são apresentadas estatísticas processuais relativas à Comarca de Fortaleza:

Gráfico 11 – Estatísticas de quantidade de processos da Comarca de Fortaleza (2015)

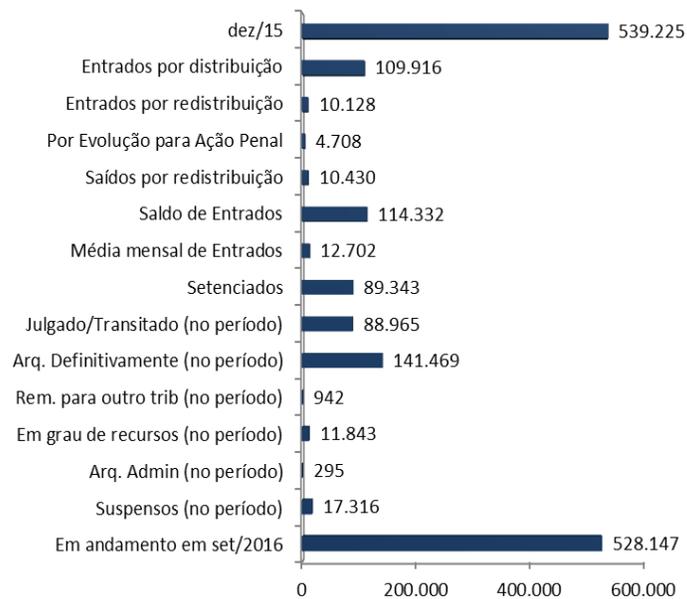


Fonte: SAJ-PG



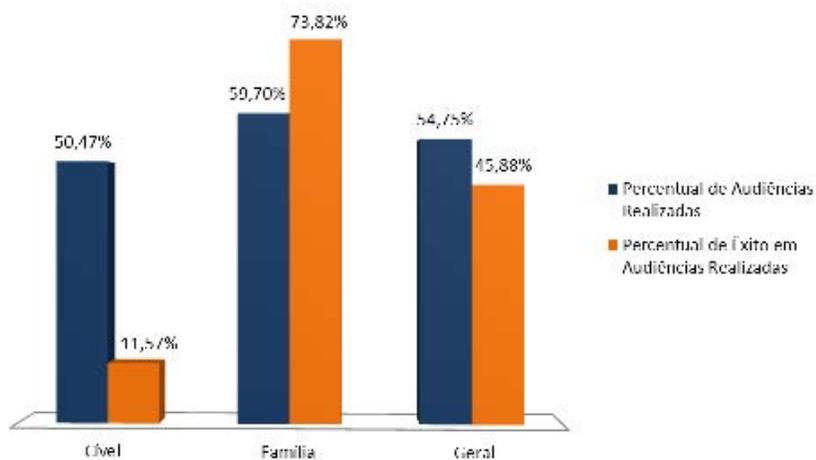
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 12 – Estatísticas de quantidade de processos da Comarca de Fortaleza (2016)



Fonte: SAJ-PG

Gráfico 13 – Estatística dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por competência (2016)

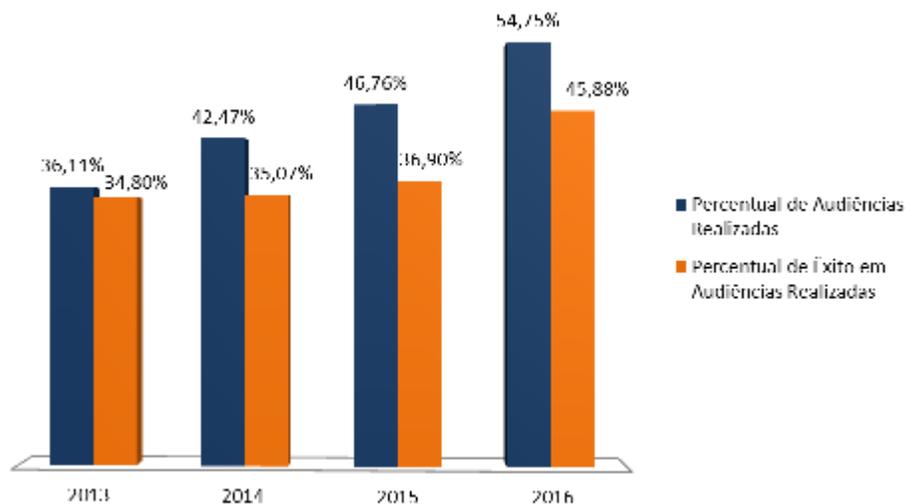


Fonte: Cejusc



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 14 – Comparativo dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por ano



Fonte: Cejusc

4.10.1 Secretarias Judiciárias Únicas de 1º Grau (I a IV)

As Secretarias Judiciárias Únicas de 1º Grau de Jurisdição (I a IV) têm como atribuições a realização de análise dos atos judiciais, emissão de expedientes, juntada de mandados, devolução de cartas precatórias, arquivamento etc. A seguir são apresentadas algumas estatísticas das referidas Secretarias:

Tabela 26 – Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud I – Fazenda Pública

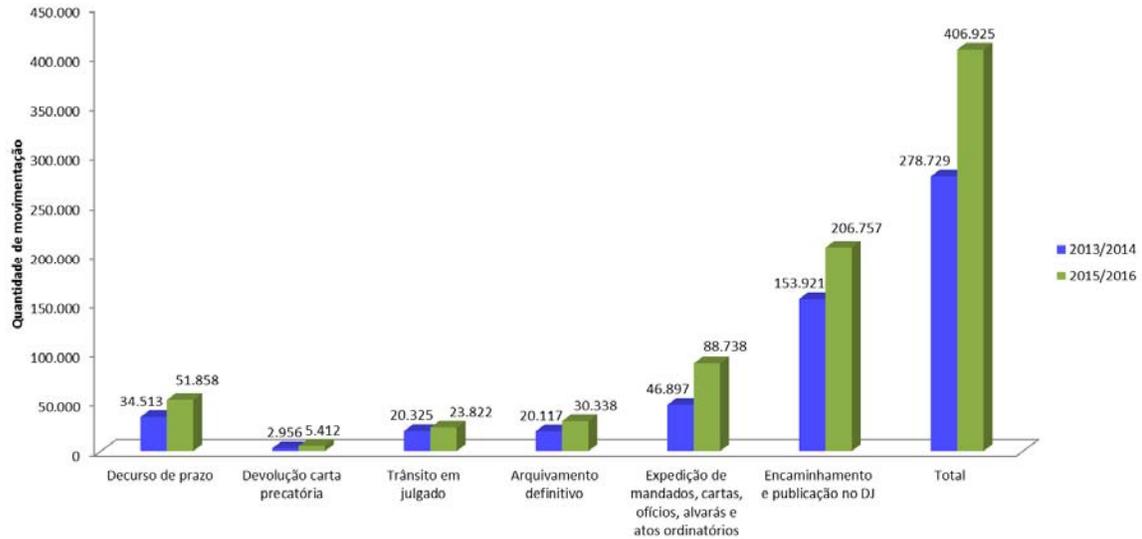
Variáveis	2013/2014	2015/2016
Decurso de prazo	34.513	51.858
Devolução carta precatória	2.956	5.412
Trânsito em julgado	20.325	23.822
Arquivamento definitivo	20.117	30.338
Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás e atos ordinatórios	46.897	88.738
Encaminhamento e publicação no DJ	153.921	206.757
Total	278.729	406.925

Fonte: SAJPG



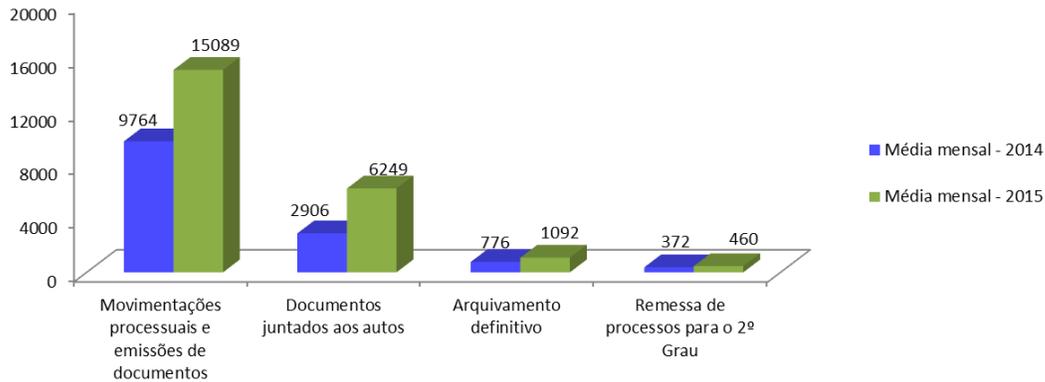
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 15 – Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud I – Fazenda Pública



Fonte: SAJEst

Gráfico 16 – Comparativo da produtividade mensal da Secretaria Judiciária de 1º Grau I – Varas da Fazenda Pública

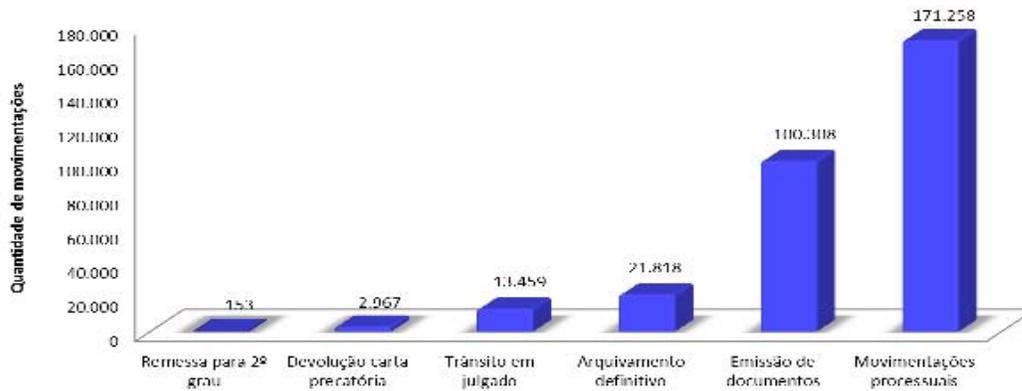


Fonte: SAJ-PG



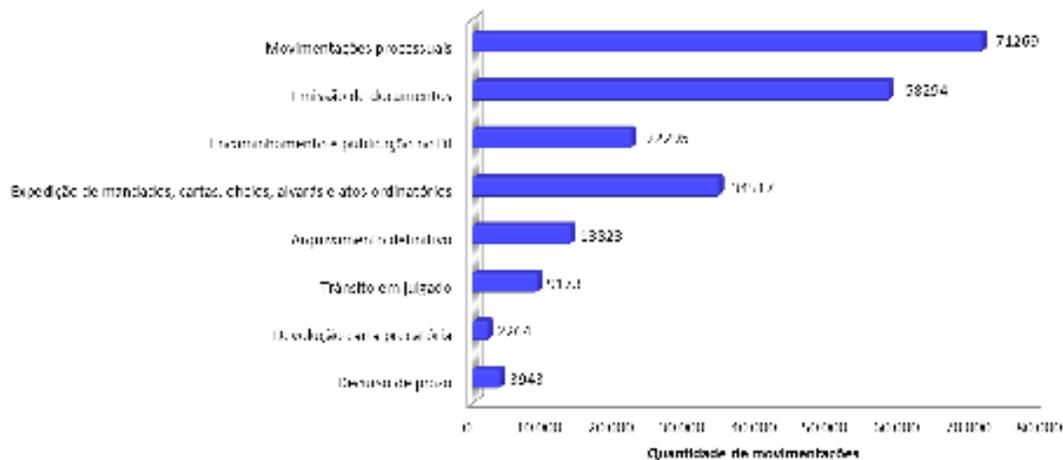
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico17 – Estatísticas de Movimentações da Sejud II – 1ª à 9ª Varas da Família



Fonte: SAJEst

Gráfico 18 – Estatísticas de Movimentações da Sejud III – 10ª à 18ª Varas da Família



Fonte: SAJEst

Destaque-se, em comparação com o mesmo período do ano anterior, que houve um crescimento considerável da produtividade na Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição IV, que atende da 1ª até a 3ª Vara de Execução Penal da Comarca de Fortaleza, observando-se aumento na expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás, precatórias e atos ordinatórios, na juntada de documentos, na quantidade de processos com trânsito em julgado, nas certidões emitidas, no encaminhamento e publicações no DJ, entre outros, conforme podemos verificar nos quadros e



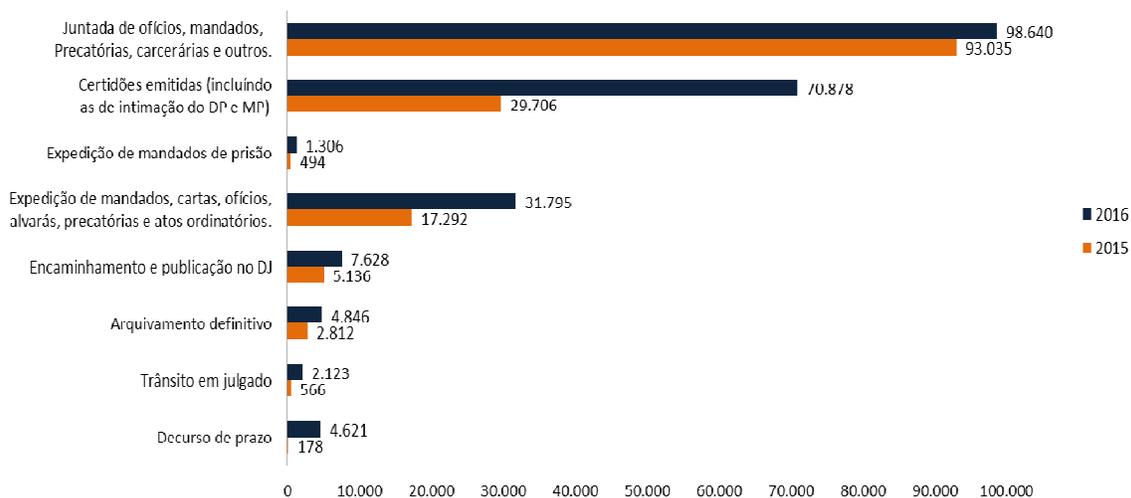
gráficos a seguir:

Tabela 27 – Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud IV – Execuções Penais

Variáveis	2015	2016
Decurso de prazo	178	4.621
Trânsito em julgado	566	2.123
Arquivamento definitivo	2.812	4.846
Encaminhamento e publicação no DJ	5.136	7.628
Expedição de mandados, cartas, ofícios, alvarás, precatórias e atos ordinatórios	17.292	31.795
Expedição de mandados de prisão	494	1.306
Certidões emitidas (incluindo as de intimação do DP e MP)	29.706	70.878
Juntada de ofícios, mandados, precatórias, carcerárias e outros	93.035	98.640

Fonte: SAJPG

Gráfico 19 – Comparativo das Estatísticas de Movimentações da Sejud IV – Execuções Penais



Fonte: SAJPG

4.10.2 Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento - GARC

Os trabalhos do Grupo de Auxílio para Redução do Congestionamento – GARC, na gestão 2015-2016, iniciaram em março de 2015, quando assumiu a coordenação do grupo a Dra. Adayde Monteiro Pimentel, Juíza Titular da 24ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza.

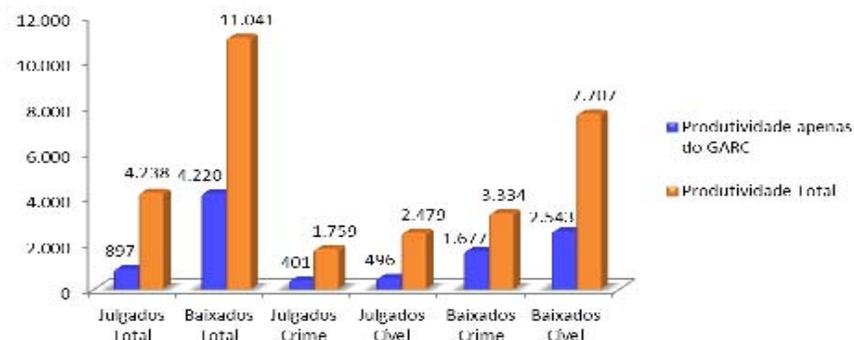


Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Ao longo do exercício de 2016 foram desenvolvidos vários trabalhos nas competências cíveis e criminais. A partir de junho, quando assumiu a coordenação do grupo o Dr. José Ricardo Vidal Patrocínio, Juiz Titular da 19ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza, foi realizado um esforço concentrado na área criminal com término em setembro. Em outubro, seguindo a Recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do Provimento 04/2016 e da Portaria 38/2016 do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, iniciou-se a atribuição para o GARC para atuar diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, em conjunto com as Unidades Judiciárias.

Em 2015 foram beneficiadas pelo trabalho do grupo varas cíveis, criminais, família, júri, delitos/tráfico de entorpecentes, execuções penais, alguns juizados como o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Gráfico 20 – Produtividade do Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento – GARC de março a outubro de 2015



Fonte: GARC

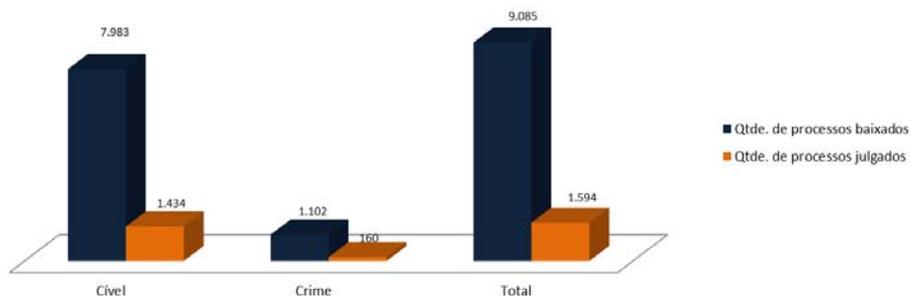
Nota 1: A Produtividade Total considera a produtividade do Grupo e das Secretarias de Vara atendidas pelo grupo.

Nota 2: Dados atualizados até outubro de 2015 devido ao direcionamento do grupo para atuar nas Varas de Execução Fiscal.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

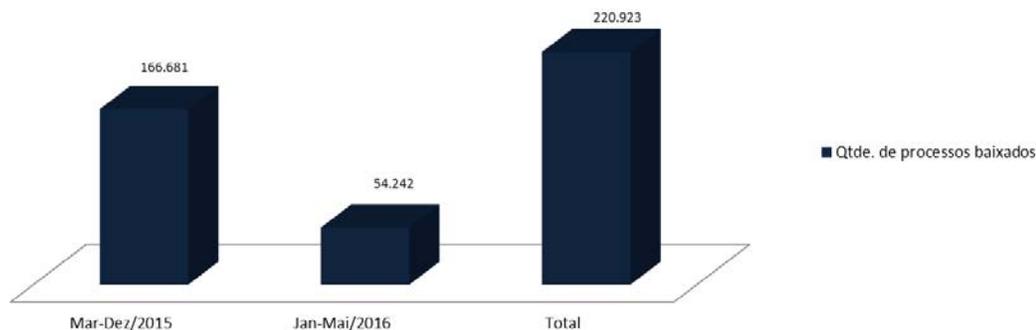
Gráfico 21 – Produtividade do Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento – GARC de janeiro a maio de 2016



Fonte: GARC

Nota 1: Dados atualizados até maio de 2016 devido ao direcionamento do grupo para atuar na Força-Tarefa da Área Criminal.

Gráfico 22 – Movimentações Processuais Realizadas pelo Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento – GARC de janeiro a maio de 2016



Fonte: GARC

Nota 1: Dados atualizados até maio de 2016 devido ao direcionamento do grupo para atuar na Força-Tarefa da Área Criminal.

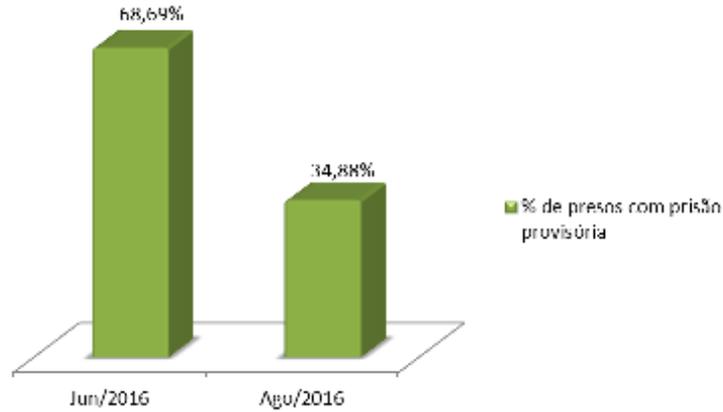
4.10.3 Esforço concentrado na Área Criminal (de junho a agosto de 2016)

A partir de 30 de maio de 2016, com a publicação da Portaria nº 919 e, em 17 de julho de 2016, da Portaria nº 1212, ambas do TJCE, o Grupo passou a trabalhar com foco preferencial na área criminal, nos processos em que os réus estejam presos, seja em caráter provisório ou já na fase de “concluso para sentença”, realizando os diversos expedientes, bem como na preparação de minutas, despachos e decisões interlocutórias para dar andamento processual e atualização do histórico de partes.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

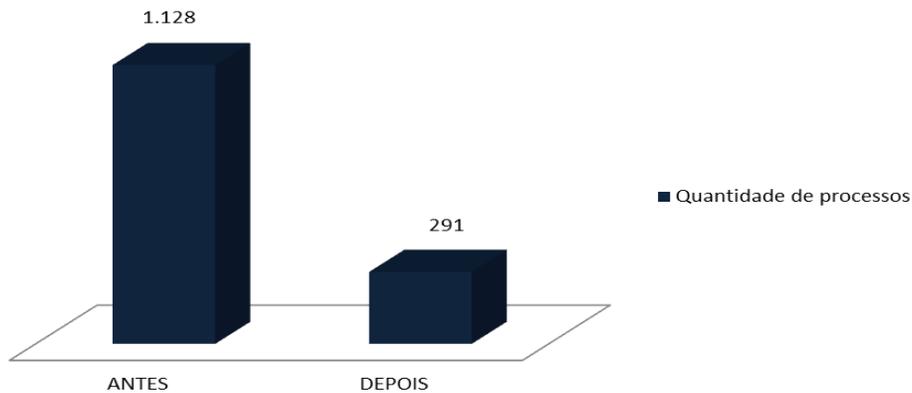
Gráficos 23 – Esforço Concentrado na Competência Criminal pelo GARC



Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: Dados referentes ao período em que o grupo atuou na Força-Tarefa da Área Criminal.

Gráfico 24 – Comparativo da Quantidade de Pedidos de Liberdade e de Relaxamento pendentos de análise entre junho e agosto de 2016



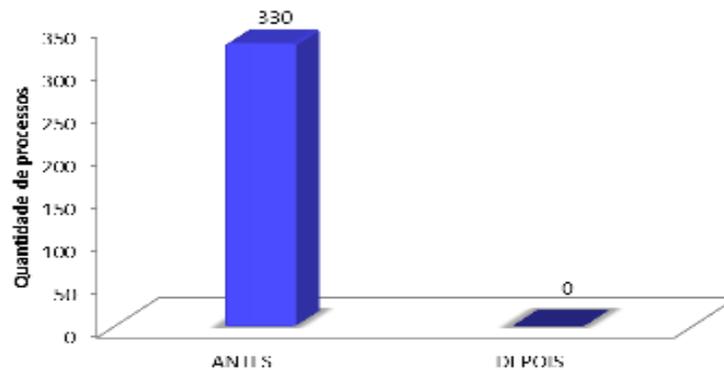
Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: Dados referentes ao período em que o grupo atuou na Força-Tarefa da Área Criminal



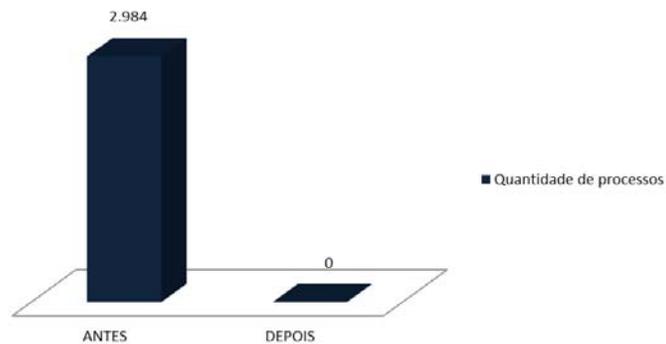
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 25 – Processos concluídos para Sentença - Crime (GARC/2016)



Fonte: Departamento de Informática e GARC

Gráfico 26 – Comparativo da quantidade de processos com histórico de partes pendentes entre junho e agosto de 2016



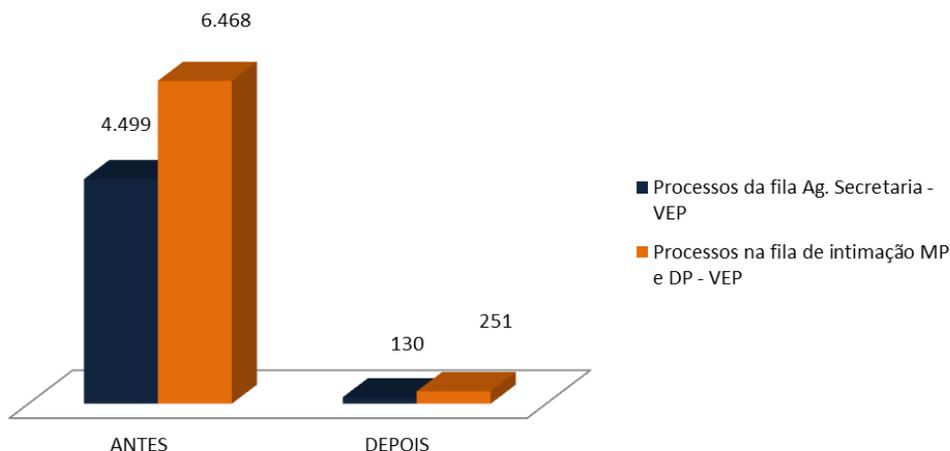
Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: Dados referentes ao período em que o grupo atuou na Força-Tarefa da Área Criminal.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 27 – Atuação na Sejud IV – Execuções penais (GARC/2016)



Fonte: Departamento de Informática e GARC

Nota 1: A fila Ag. Análise de Secretaria contém os processos em que foi cumprida alguma determinação do magistrado, mas que necessitam de avaliação quanto ao seu correto cumprimento. A fila de Intimação do MP e DP contém as intimações feitas ao Ministério Público e Defensoria Pública que estão pendentes de decurso de prazo.

4.10.4 Força-Tarefa na Competência de Família

Tendo em vista a obrigatoriedade da Semana Nacional da Conciliação, que ocorreu entre os dias 21 a 25 de novembro de 2016 em todo território nacional, o GARC realizou, em setembro de 2016, uma força-tarefa nas Varas de Família com o objetivo de sanear os processos, realizando expedientes necessários para torná-los aptos para a Semana Nacional de Conciliação.

4.10.5 Força-Tarefa nos Processos com Prioridade de Tramitação

Seguindo a recomendação da Corregedoria-Geral de Justiça, por meio da Portaria nº 38/2016, o GARC disponibilizou 13 servidores para atuarem diretamente nos processos com prioridade de tramitação, que tenham como interessados pessoas idosas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e portadores de doenças graves.

4.10.6 Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum Clóvis Beviláqua –



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Cejusc/Fórum foi criado em 2012, a partir da estrutura física da Central de Conciliação de 1º Grau, em funcionamento desde 23 de março de 2007, por força da Resolução nº 01/2007 do TJCE.

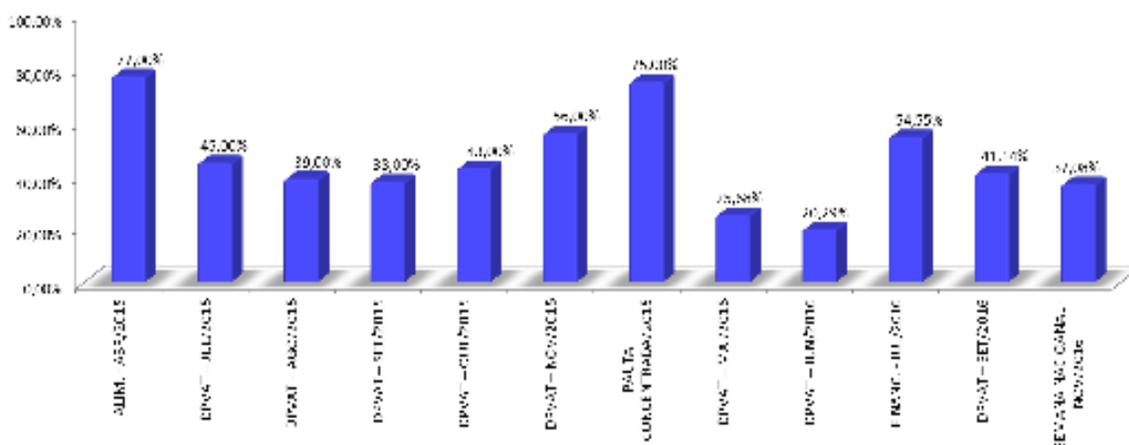
O objetivo primordial do Cejusc é assegurar ao jurisdicionado o princípio constitucional do acesso à justiça, garantindo tratamento adequado aos conflitos e proporcionando, no âmbito da primeira instância, a cultura autocompositiva, por meio da conciliação e da mediação, como instrumento efetivo de pacificação social, de forma a viabilizar uma rápida solução dos conflitos e a consequente redução do acervo processual.

O Cejusc recebe processos oriundos das Varas Cíveis e de Família da Comarca de Fortaleza que envolvam direitos patrimoniais disponíveis e indisponíveis transacionáveis, tais como questões de vizinhança, reparações de danos, revisionais de contratos, buscas e apreensões, pensões alimentícias, divórcios, guardas, dentre outros.

O Cejusc conta atualmente com 6 salas de mediação, 4 de conciliação, secretaria, brinquedoteca, 2 salas destinadas à Oficina Pais e Filhos, 1 sala de perícia, 1 sala para os grandes litigantes e 1 sala de apoio aos advogados.

A seguir apresentamos o resultado dos eventos realizados até dezembro de 2016, em termos de percentual de êxito das audiências realizadas:

Gráfico 28 – Resultados dos mutirões realizados pelo Cejusc em 2015-2016

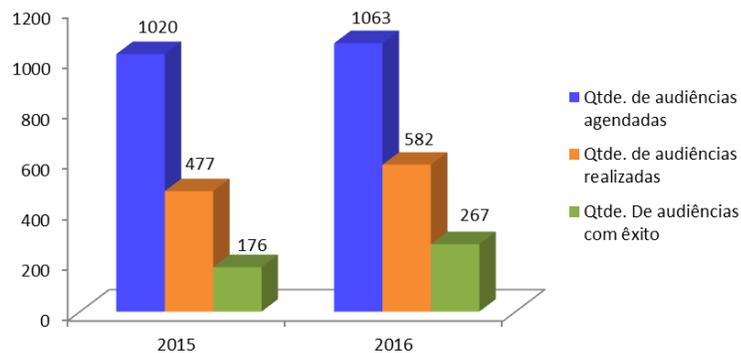


Fonte: Cejusc



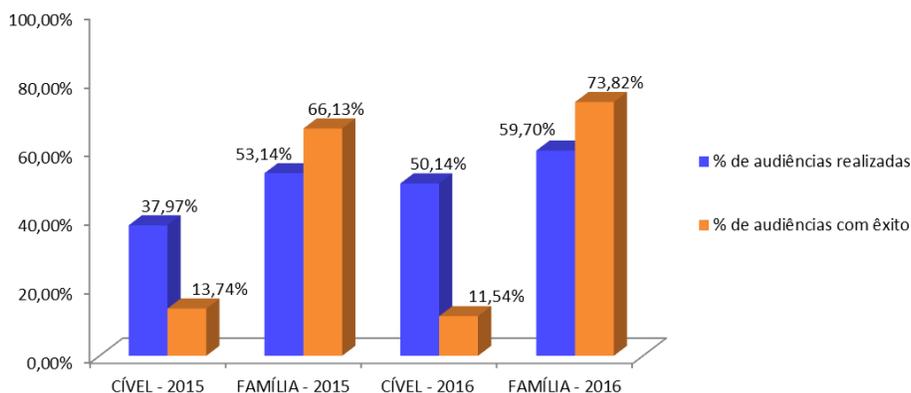
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 29 – Comparativo da quantidade de audiências agendadas, realizadas e com êxito por ano



Fonte: Cejusc

Gráfico 30 – Comparativo dos percentuais de audiências realizadas e com êxito por competência



Fonte: Cejusc

4.10.7 Mutirão de Perícias Judiciais em Ações Acidentárias

O Cejusc/FCB firmou parceria com a Defensoria Pública da União ao final de 2014 para a realização de mutirão de perícias médicas e audiências de conciliação em ações de acidente de trabalho envolvendo o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), tornando, durante este ano, a referida parceria em definitiva e contínua.

Durante o ano 2015, foram agendadas 66 perícias judiciais, distribuídas nos dias 22 e 23 de janeiro; 3 e 4 de maio; 5, 6, 12 e 13 de maio; 8 e 9 de julho; 14 e 18 de setembro; e 13, 14, 20 e 21 de outubro. No ano de 2016 foram agendadas 25 perícias, que ocorreram nos dias 22, 24 e 31 de



agosto, 1º e 10 de outubro.

4.10.8 Mutirão de Negociação Fiscal Realizado pelas Varas de Execuções Fiscais na Semana Nacional de Conciliação

De 24 a 30 de setembro foi realizado o I Mutirão de Negociação Fiscal, no Centro de Eventos do Ceará, com a participação de representantes do Judiciário, da Procuradoria Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda (Sefaz) nas sessões conciliatórias. Nesse período os devedores do Estado e do Município de Fortaleza tiveram a possibilidade de regularizar dívidas de IPTU, ICMS, IPVA, ISS, ITBI, além de multas da Autarquia Municipal de Trânsito e Cidadania (AMC).

Foram notificados 17.000 contribuintes pela prefeitura, tendo comparecido 5.650 pessoas, que representam 33,24% e 25.000 contribuintes notificados pela Sefaz, tendo o comparecimento de 3.822 que representam 15,29%.

Tabela 28 – Resultado do Mutirão de Execução Fiscal (Quantitativo de contribuintes)

Órgão	Notificados	Presença	% de presença dos contribuintes notificados
Prefeitura (Sefin e PGM)	17.000	5.650	33,24%
Estado (Sefaz e PGE)	25.000	3.822	15,29%
Total	42.000	9.472	22,55%

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

4.10.9 Mutirões diversos (2015-2016)

Foram realizados, em 2015, sete mutirões processuais envolvendo 4.941 audiências agendadas. No mês de abril de 2015, foi realizado um mutirão de conciliação envolvendo ações de alimentos de sete Secretarias das Varas de Família. O evento contou com 270 processos, distribuídos em quatro salas de audiência, cada uma com três mesas de conciliação, nos dias 14 e 15 de abril de 2015, nos dois turnos. Os outros cinco eventos foram relativos a mutirões de perícia e conciliação em ações de DPVAT, que aconteceram nos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2016, com processos das Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza. Já em dezembro, foi realizada uma pauta concentrada, envolvendo 38 processos das varas cíveis e de família.

No ano de 2016, o Cejusc, até o mês de dezembro, realizou quatro mutirões processuais,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

com temáticas variadas, nas esferas cíveis. O primeiro teve por objeto as ações sobre o seguro DPVAT, quando foram marcadas 1.202 audiências, com a realização de 588 perícias. Ao final, contabilizou-se 151 acordos, os quais representaram 25,68% de desfechos satisfatórios. No mês de junho de 2016, o segundo mutirão DPVAT programou 1.005 audiências, das quais resultaram 478 perícias e 97 acordos, computando 20,29% de êxito. Em julho de 2016, o Cejusc organizou uma pauta concentrada, com temática financeira e designação de 37 audiências. Destas, onze contaram com a presença de ambas as partes (29,73% de presença) e seis findaram com composição amigável, perfazendo o percentual de 54,55% de sucesso.

No mês de setembro de 2016, aconteceu a terceira edição do mutirão DPVAT. Foram agendadas 1.300 audiências e realizados 615 exames periciais, que possibilitaram o alcance de 252 conciliações, ou seja, êxito em 41% dos casos.

Por fim, no mês de novembro de 16, em razão da Semana Nacional de Conciliação, foi realizada uma pauta de audiências de conciliação envolvendo ações DPVAT e uma pauta de Mediação, que juntas somaram 1.364 audiências agendadas e 685 audiências efetivamente realizadas, destas 254 findaram em acordo.

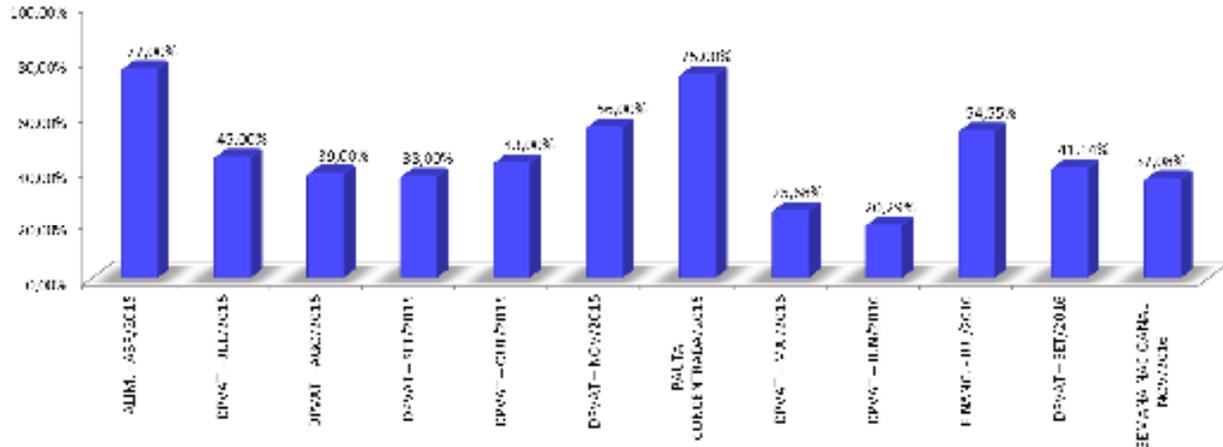
Feito um balanço dos cinco eventos, verificou-se a obtenção de 2.377 acordos, ou seja, em 31,97% das 4.908 audiências designadas.

A seguir apresentamos o resultado dos mutirões realizados em 2015 e 2016, em termos de percentual de êxito das audiências realizadas:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 31 – Resultados dos mutirões realizados pelo Cejusc em 2015-2016 – Êxito das Audiências



Fonte: Cejusc

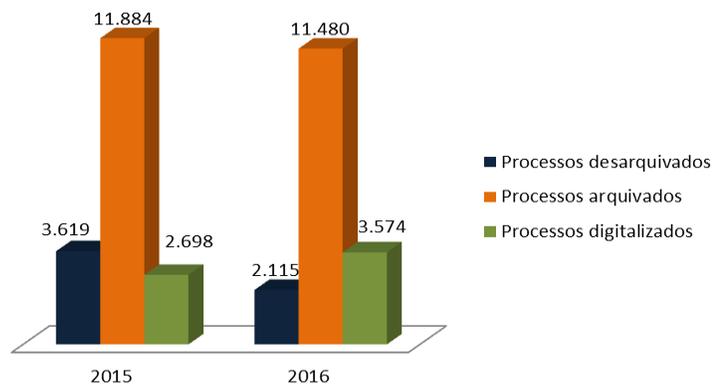
4.10.10 Estatística do Departamento de Atividades Judiciais

Tabela 29 – Estatísticas da Seção de Arquivo da Comarca de Fortaleza em 2015-2016

Variável	2015	2016
Processos desarquivados	3.619	2.115
Processos arquivados	11.884	11.480
Processos digitalizados	2.698	3.574

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

Gráfico 32 – Estatísticas da Seção de Arquivo da Comarca de Fortaleza em 2015-2016



Fonte: Departamento de Atividades Judiciais



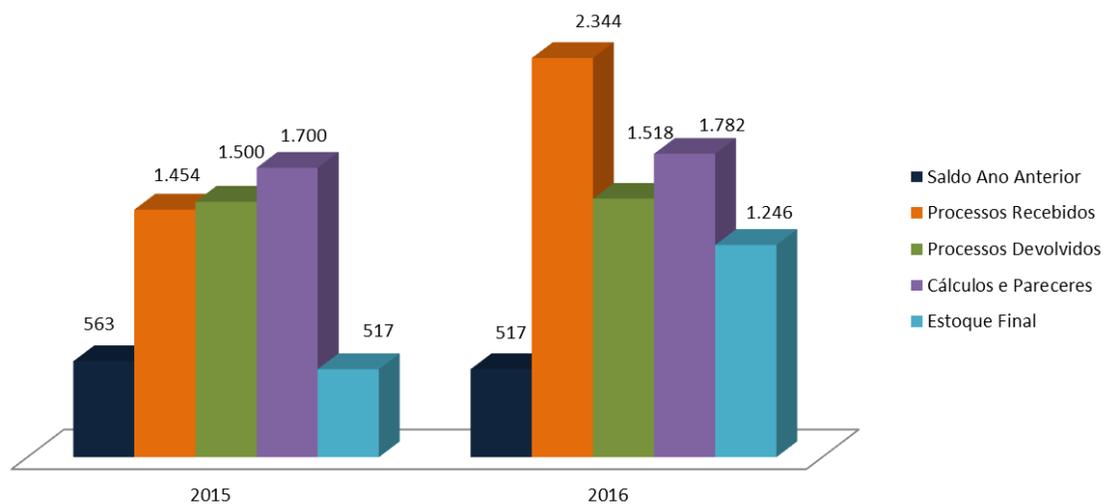
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 30 – Estatísticas da Seção de Contadoria da Comarca de Fortaleza em 2015-2016

Variável	2015	2016
Saldo Ano Anterior	563	517
Processos Recebidos	1.454	2.344
Processos Devolvidos	1.500	1.518
Cálculos e Pareceres	1.700	1.782
Estoque Final	517	1.246

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais.

Gráfico 33 – Estatísticas da Seção de Contadoria da Comarca de Fortaleza em 2015-2016



Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

Tabela 31 – Estatísticas da Seção de Certidões da Comarca de Fortaleza em 2015-2016

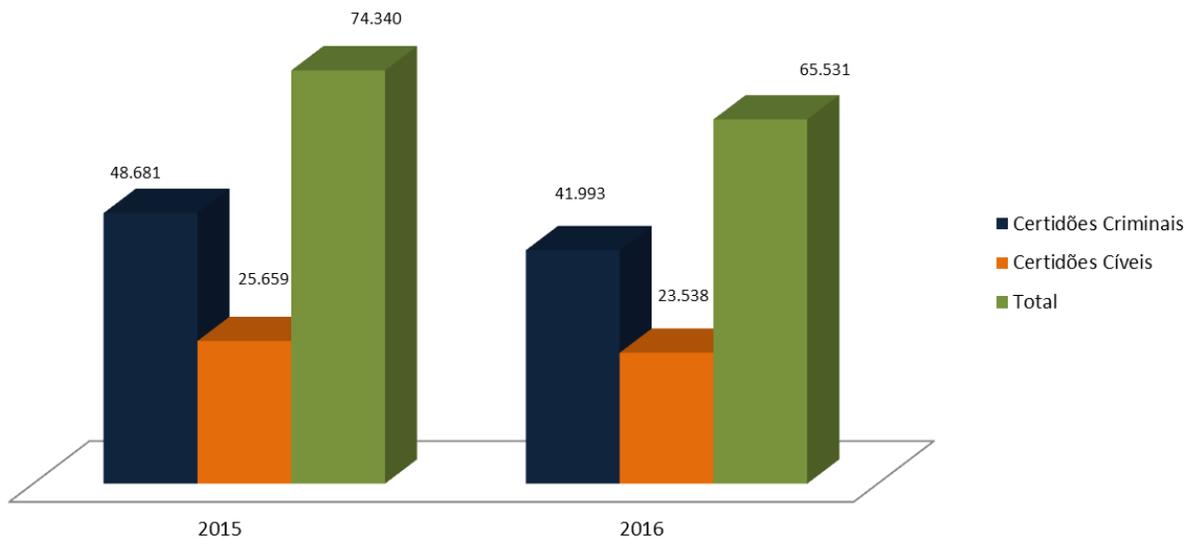
Variável	2015	2016
Certidões Criminais	48.681	41.993
Certidões Cíveis	25.659	23.538
Total	74.340	65.531

Fonte: Departamento de Atividades Judiciais



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 34 – Estatísticas da Seção de Certidões da Comarca de Fortaleza em 2015-2016



Fonte: Departamento de Atividades Judiciais

4.10.11 Telejustiça

Tabela 32 - Estatísticas de atendimento do Telejustiça em 2015-2016 (valores em mil)

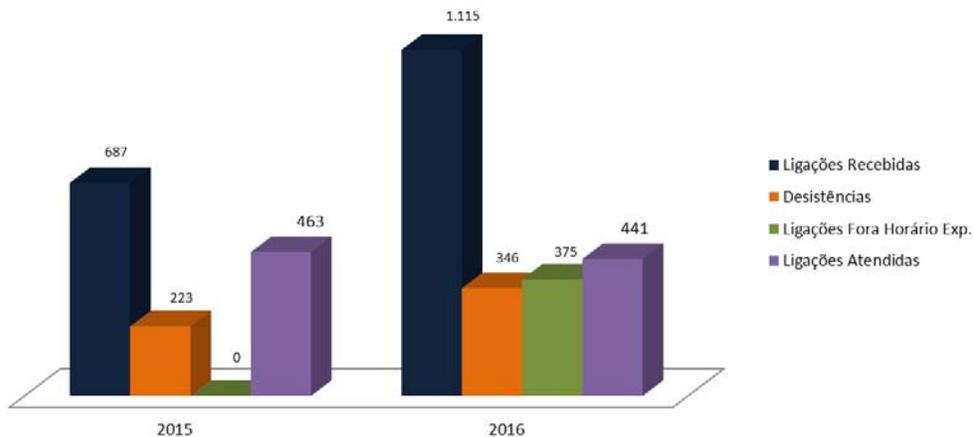
Variável	2015	2016
Ligações Recebidas	687	1.115
Desistências	223	346
Ligações Fora Horário Exp.	-	375
Ligações Atendidas	463	441

Fonte: Telejustiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 35 - Estatísticas de atendimento do Telejustiça em 2015-2016



Fonte: Telejustiça

Tabela 33 - Indicadores de atendimento do Telejustiça em 2015

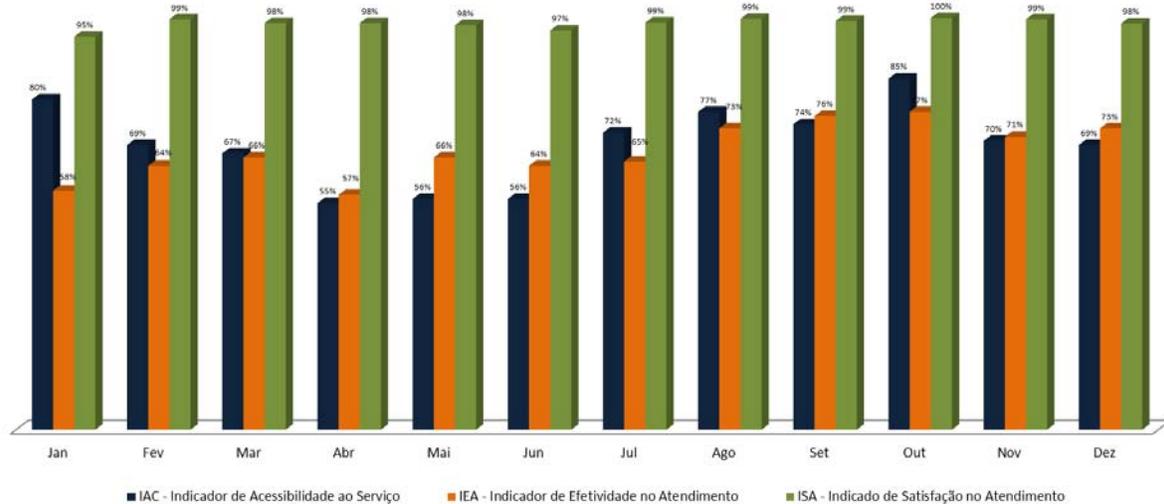
Variável	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IAC - Indicador de Acessibilidade ao Serviço	80,00%	69,00%	67,00%	55,00%	56,00%	56,00%	72,00%	77,00%	74,00%	85,00%	70,00%	69,00%
IEA - Indicador de Efetividade no Atendimento	58,00%	64,00%	66,00%	57,00%	66,00%	64,00%	65,00%	73,00%	76,00%	77,00%	71,00%	73,00%
ISA - Indicador de Satisfação no Atendimento	95,10%	99,30%	98,40%	98,40%	97,90%	96,60%	98,50%	99,40%	98,90%	99,60%	99,30%	98,30%

Fonte: Telejustiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 36 - Indicadores do Telejustiça em 2015



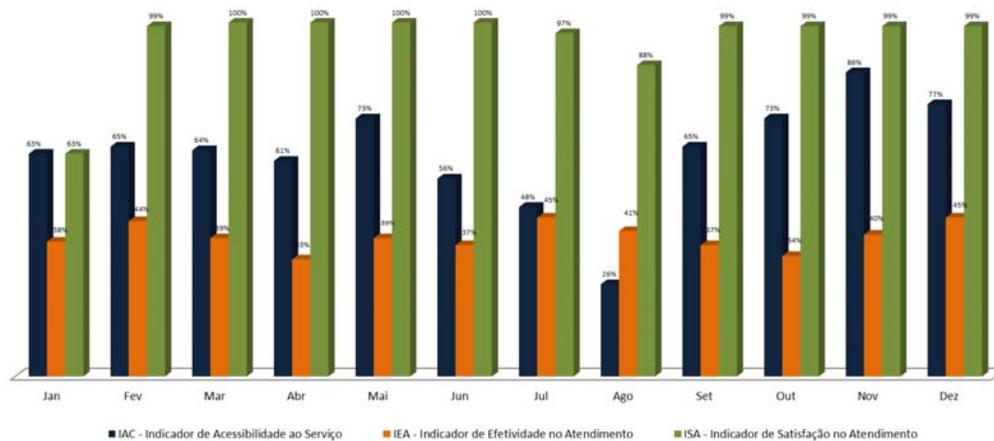
Fonte: Telejustiça

Tabela 34 - Indicadores de atendimento do Telejustiça em 2016

Variável	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
IAC - Indicador de Acessibilidade ao Serviço	63,00%	65,00%	64,00%	61,00%	73,00%	56,00%	48,00%	26,00%	65,00%	73,00%	86,00%	77,00%
IEA - Indicador de Efetividade no Atendimento	38,00%	44,00%	39,00%	33,00%	39,00%	37,00%	45,00%	41,00%	37,00%	34,00%	40,00%	45,00%
ISA - Indicador de Satisfação no Atendimento	63,00%	99,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	97,00%	88,00%	99,00%	99,00%	99,00%	99,00%

Fonte: Telejustiça

Gráfico 37 - Indicadores do Telejustiça em 2016



Fonte: Telejustiça



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

4.10.12 Coordenadoria de Mandados - Comam

Em 2016, ocorreram diversas melhorias na sistemática de trabalho do Comam de Fortaleza. Entre elas destacamos:

- i. A ampliação da utilização do Módulo de Mandados do Sistema SAJ para as demais varas da fazenda pública (antes apenas a 1ª, 2ª, 6ª e 11ª varas da fazenda pública utilizavam), além das 18 varas da Família, três Varas de Execuções Penais e para o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- ii. A ampliação da quantidade de Oficiais de Justiça (36 ao todo) provenientes do Tribunal de Justiça e reestruturação das atividades da Comam para atender ao cumprimento de mandados oriundos do 2º grau de jurisdição, com a criação de um grupo de Oficiais de Justiça exclusivamente para cumprir esta nova demanda;
- iii. Reforma e ampliação da Sala de Apoio aos Oficiais de Justiça;
- iv. Reestruturação de todas as macrorregiões.
- v. A seguir, apresentamos as estatísticas da Comam de Fortaleza, em que destacamos o aumento da quantidade de mandados recebidos pelo sistema SAJ-PG.

Tabela 35 – Estatísticas de Mandados Recebidos e Devolvidos pela COMAN de Fortaleza em 2015-2016

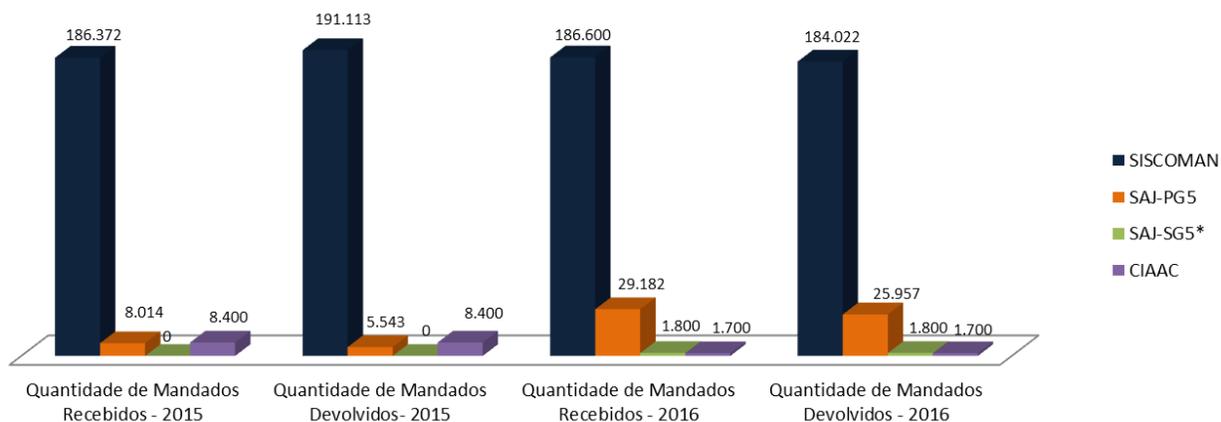
Sistemas	2015		2016	
	Quantidade de Mandados Recebidos	Quantidade de Mandados Devolvidos	Quantidade de Mandados Recebidos	Quantidade de Mandados Devolvidos
SISCOMAN	186.372	191.113	186.600	184.022
SAJ-PG5	8.014	5.543	29.182	25.957
SAJ-SG5*	-	-	1.800	1.800
CIAAC	8.400	8.400	1.700	1.700
TOTAL	202.786	205.056	219.282	213.479

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

(*) A distribuição dos mandados do SAJ-SG para os oficiais de justiça da COMAN de Fortaleza em 2016.



Gráfico 38 – Quantidade de Mandados Recebidos e Devolvidos pela COMAN de Fortaleza em 2015-2016



Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

(*) A distribuição dos mandados do SAJ-SG para os oficiais de justiça da COMAN de Fortaleza em 2016

4.11 Estatística Processual da Secretaria de Administração

Em alinhamento com as metas setoriais relativas à Gratificação por Alcance de Metas (GAM), a Secad, no que tange apenas à Assessoria Técnica e ao Gabinete, tem sua produtividade, em relação aos processos administrativos, calculada em 100%, no período que compreende os meses de janeiro a dezembro de 2016; no que tange ao serviço de apoio operacional, a produtividade processual foi calculada em 99,53%.

No período de julho a novembro de 2016, foram recebidos 2.328 processos digitais na Secretaria de Administração, e 6.057 processos digitais que envolvem as demais unidades subordinadas.

4.11.1 Departamento de Suprimentos e Logística

O Departamento de Suprimentos e Logística tem sua produtividade em relação aos processos administrativos calculada em 99,78%, no período de janeiro a dezembro de 2016.

No período de 1º de janeiro a 31 de agosto de 2016, foram recebidos pelo referido departamento 1.386 processos físicos e digitais. Apresenta-se a estatística dos processos tramitados



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

pelos setores que compõem o Departamento de Suprimentos e Logística, totalizando, no período considerado, 10.373 processos.

4.11.2 Departamento Editorial e Gráfico

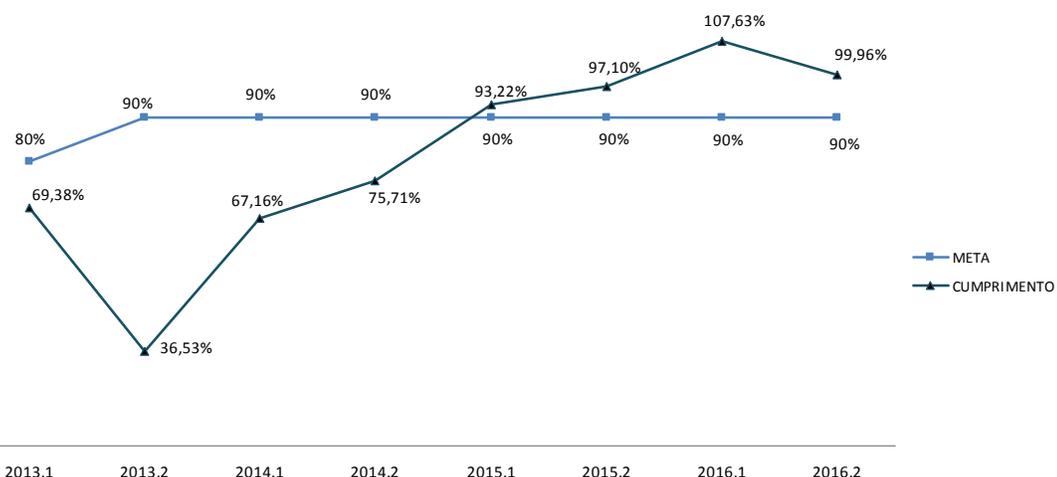
Foi realizada a catalogação, por meio de planilhas, dos processos administrativos do Tribunal que não foram cadastrados em sistemas, do ano de 1961, o que gerou um total de 878 caixas. São 241 caixas de processos com data de remessa ao arquivo do ano de 1999 a 2001, 245 caixas de petições (1961-1997) e 392 caixas de procedimentos administrativos. Até o dia 7 novembro do corrente ano, foram inventariados 84.039 processos.

Em relação aos processos oriundos do Fórum, foi realizado um trabalho, iniciado em março de 2016, de catalogação dos processos em planilhas, onde foram preenchidos com o nome da parte e o número do processo. Foram conferidas 1.402 caixas, correspondendo a 7.561 processos da 2ª Vara da Fazenda Pública e 1.599 caixas da Sejud, totalizando 3.001 caixas inventariadas.

4.12 Estatística Processual da Consultoria Jurídica

O empenho da equipe permitiu que durante a gestão 2015-2016 o índice de agilidade na fila de trabalho da Conjur ultrapassasse, pela primeira vez desde o início da mediação, a meta de produtividade estabelecida para a Gratificação por Alcance de Metas -GAM.

Gráfico 39 – Índice de agilidade na fila de trabalho – Conjur (2012/2016)





Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

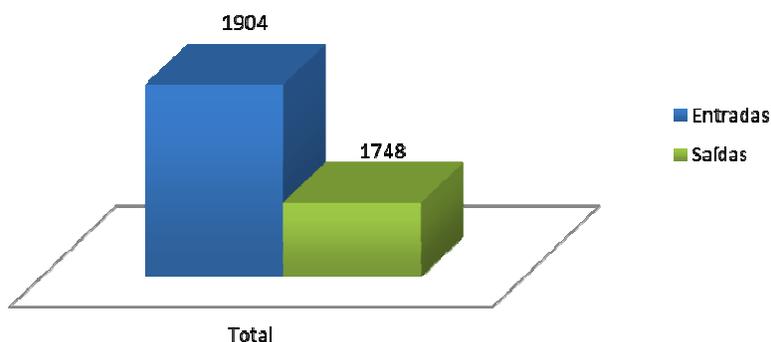
Fonte: Consultoria Jurídica

É importante ressaltar que esse indicativo é unicamente relativo às demandas respondidas dentro do prazo indicado como parâmetro de agilidade pela Comissão Gestora da GAM. Porém, o percentual de resposta às demandas é maior, pois há um empenho constante em solucionar o acervo pendente.

A dedicação e a persistência da equipe permitiram que os processos constantes das filas de trabalho com prazo vencido fossem praticamente esgotados. Com isso, resguardou-se uma resposta rápida às demandas submetidas a este órgão consultivo e, por consequência, uma maior celeridade na solução de pendências administrativas na Presidência do Tribunal.

No panorama geral de movimentação processual da Consultoria Jurídica, o índice de produtividade gira em torno de 95%. Dessa forma, os processos pendentes de análise a cada período se limitam praticamente àqueles que ainda estão no prazo de análise.

Gráfico 40 – Entradas e Saídas de Processos – 2015/2016



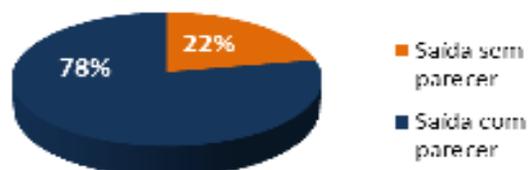
Fonte: Consultoria Jurídica

É válido ressaltar que nem todos os processos encaminhados à Consultoria exigem a emissão de parecer, pois uma parte deles se limita a comunicações internas ou a questões resolvidas diretamente por este Órgão. Contudo, dos processos encaminhados às filas de trabalho, quase 80% necessitam de uma manifestação formal por meio de parecer, isso implica em uma média de 800 pareceres anuais.



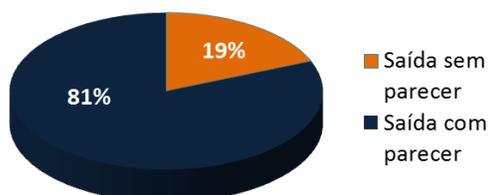
Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 41 – Processos Conjur – Saídas 2015



Fonte: Consultoria Jurídica

Gráfico 42 – Processos Conjur – Saídas 2016



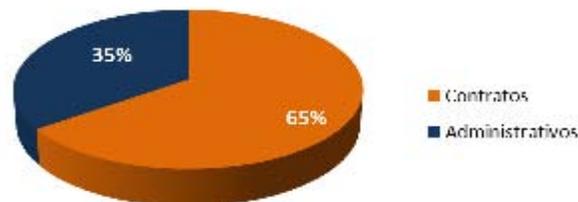
Fonte: Consultoria Jurídica

Dentre os pareceres emitidos pela Conjur nos anos de 2015 e 2016 é possível constatar uma preponderância das manifestações em processos licitatórios e convênios em relação às apresentadas em processos administrativos, como se extrai dos gráficos que seguem:

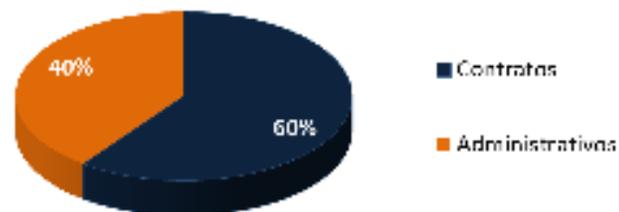


Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Gráfico 43 - Processos Conjur - 2015



Fonte: Consultoria Jurídica
Gráfico 44 - Processos Conjur - 2016



Fonte: Consultoria Jurídica

Convém ressaltar que uma parcela dos pareceres emitidos em processos licitatórios e convênios possuem conteúdos similares, o que facilita a manifestação. Apesar disso, a relevância e o risco inerente às matérias exigem atenção redobrada até no mais repetitivo dos temas.



5. MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

5.1 Iniciativas conduzidas pela Secretaria de Tecnologia da Informação

No biênio 2015-2016, a Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), sempre alinhada à missão de “Prover serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação ao Poder Judiciário do Estado do Ceará”, publicada no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti), executou com sucesso uma série de projetos e iniciativas.

A primeira grande iniciativa da Setin foi reestruturar a secretaria em quatro grandes áreas: Governança de TI, Sistemas, Infraestrutura de TI e Segurança da Informação. Essa divisão proporcionou um maior foco e disciplinou as equipes em seus respectivos processos de trabalho.

Na área de sistemas, a Setin implantou ao todo 9 novas soluções no Poder Judiciário, que variam entre sistemas voltados para a área judicial, como o Sistema de Solicitação de Certidão Negativa Cível e Criminal (CNC), o Sistema de Peritos (SIPER), o Sistema de Mediação e Conciliação (SIME) e o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Já para a área administrativa, destacam-se o Sistema Unificado do Fermoju (SISUFERMOJU), o Sistema de Ouvidoria (SIOGE) e o Sistema para Escola de Magistratura (SESMEC). Ademais, 14 importantes mudanças, entre evoluções e integrações, foram implantadas em soluções já existentes, como a implantação da nova versão do SAJSG para atender ao novo Código de Processo Civil e as adequações ao novo Regimento Interno, as adequações no Sistema de Mediação e Conciliação (SIME) para atender ao Nupemec com implantação dos Cejuscs nas comarcas, além da nova versão do Painel Estatístico com separação por classe processual no Pje.

Com o objetivo de estabelecer uma infraestrutura de TI cada vez melhor para atender ao Judiciário cearense, a Setin reorganizou e ampliou as estruturas de armazenamento de dados, além de ter adquirido e recebido doações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para sustentação e evolução do ambiente computacional. Destaca-se também a estruturação tecnológica dos Cejuscs em 38 comarcas, totalizando 48 microcomputadores e 11 impressoras instaladas. Quanto ao aprimoramento do atendimento de TI, foi realizada a assinatura de um novo Contrato de *Service Desk* com o funcionamento em horário integral (24 horas/dia, 7 dias/semana), além da implantação



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

do modelo de governança para gestão de serviços e recursos de TI.

Finalmente, como forma de alinhamento da TI com o novo Planejamento Estratégico do TJCE, a Setin publicou o Plano Estratégico 2015-2020 de Tecnologia da Informação e Comunicação (Peti) por meio das Resoluções nº 09/2015 e nº 18/2016 (revisão). Já a nível tático, a Setin também publicou o seu Plano Diretor de TI (PDTI) pelas Portarias nº 2767/2015 e nº 449/2016, contemplando os projetos e as ações prioritárias para a gestão.

5.1.1 *Sistemas, Portais e Formulários*

Na área de sistemas, a Setin implantou, em parceria com a Seplag, uma ferramenta de *Business Intelligence* (BI), contemplando as informações referentes às Metas Nacionais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Tal ferramenta tem o objetivo de trazer diversos benefícios, como a extração de dados de múltiplas fontes, a unificação dos dados em um único repositório, a independência da área de TI, a automatização de rotinas e o acompanhamento de indicadores e da estratégia do Tribunal de forma prática. Em alinhamento a essa iniciativa, a Setin estruturou a equipe de Administração de Dados, com a disseminação de conhecimentos para a construção de bases de dados que auxiliem na tomada de decisões de várias áreas.

Além disso, a Setin atuou com a Seplag na extração e no envio das informações necessárias para obtenção do Selo Diamante em 2015 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em 2016, as secretarias continuaram os trabalhos e enviaram os dados solicitados pelo CNJ.

Entre as principais realizações na área judicial, a Setin efetuou, em conjunto com a Sejud, a baixa definitiva de 42.950 processos do sistema SPROC, conforme Portarias nº 654/2015 e nº 441/2016. No SAJSG, inúmeras mudanças foram implantadas com as novas famílias do sistema. Em particular, o voto provisório foi implantado na 3ª Câmara Criminal e na 1ª e 2ª Câmara de Direito Privado. A obrigatoriedade do peticionamento eletrônico de 2º grau foi adotada e a consulta de jurisprudências foi disponibilizada por meio da funcionalidade “Base de Julgados”.

O sistema SAJSG foi, também, adaptado para implantação do novo Código de Processo Civil e para atendimento ao novo Regimento Interno, tendo esta última requerido muita destreza e agilidade da equipe técnica para implementação em produção, dado o enorme impacto das mudanças na sistemática de trabalho, uma vez que, à exceção da 1ª e 2ª Câmaras Criminais, todas as demais Câmaras foram extintas, resultando na criação de quatro Câmaras de Direito Privado, três



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Câmaras de Direito Público e três Câmaras Criminais, com o desenvolvimento de novos fluxos para o trâmite das ações nessas novas unidades e aplicação de diversas configurações. Além de todas essas medidas, a intimação eletrônica de 2º grau também foi implantada na Defensoria Pública do Estado do Ceará.

No PJe, que também passou por uma grande mudança de família, foi implantado o painel estatístico e o fluxo de trabalho para Carta Precatória, Cível e Criminal para Juizados Especiais. A Setin iniciou, também, a expansão do PJe para as comarcas do Interior, para os processos de competência cível dos Juizados Especiais que tramitam naquelas varas, totalizando 31 comarcas. Uma solução de conversão de processos do sistema Projudi para o PJe foi desenvolvida e se encontra em fase de homologação por parte do 24º Juizado Especial da Capital.

A reestruturação das Turmas Recursais, com a extinção das seis turmas então existentes e criação das três novas turmas e de uma turma provisória, envolvendo alterações nos sistemas SPROC, PJe, PROJUDI e SAJSG, também foi ação que merece menção no presente relatório, tendo tal trabalho sido realizado com intensa participação da Direção do Fórum das Turmas Recursais.

Em atendimento à Resolução nº 223/2016 do Conselho Nacional de Justiça, foi realizada a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na comarca-piloto de Caucaia. Dessa forma, as novas ações de execução penal ocorrerão de forma eletrônica neste sistema.

Ainda na área judicial, foi iniciada a construção de um sistema para consulta de antecedentes criminais unificada (CANCUN) e foi evoluído o Sistema de Consulta Processual Unificada (SCPU), para incluir a consulta pelo nome da parte. A Setin também atualizou o sistema de certidões do portal internet, permitindo a emissão *on-line* de certidões negativas de 2º grau, além de ter implantado o sistema de solicitação de Certidão Negativa Cível e Criminal de 2º grau (CNC), que cadastra uma solicitação via internet para casos onde não seja possível a emissão *on-line*.

Na área de precatórios, inúmeras evoluções também foram realizadas no Sistema de Precatórios (SAPRE), incluindo a reestruturação do módulo de cálculos. Já o Sistema de Mediação e Conciliação (SIME) foi adaptado para atender à implantação dos Centros Judiciais de Solução de Conflitos (Cejuscs). Além disso, foi disponibilizada a produtividade de magistrados e serventias no Sistema de Estatística da Corregedoria (SGEC) e implantado o Sistema de Peritos (SIPER).

Na área administrativa, a Setin, em conjunto com outras secretarias, disponibilizou o Sistema de Controle dos Selos Extrajudiciais Digitais, que possibilitará um aumento na arrecadação,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

e construiu a integração do sistema do Fermoju com o S2GPR, permitindo a emissão de guias de pagamento do Poder Judiciário por meio de documento de arrecadação do Estado e reduzindo o custo atual de emissão de guias bancárias.

Adicionalmente, a Setin implantou o sistema acadêmico da Esmec (SESMEC) e o controle de ponto biométrico. Também foram remodelados os novos portais do TJCE e da Sala de Situação da Presidência, além de ter sido criada a rede social Colabore. Outro sistema que encontra-se em desenvolvimento é o Sistema de Auditoria (SISAUD), com o módulo de cadastro implantado e os demais em construção. A Setin aplicou ainda a reestruturação organizacional nas bases de dados e realizou a implantação da ascensão funcional e da isonomia salarial nos respectivos sistemas.

Como forma de reduzir custos, foi iniciada a implementação de projeto para absorção de todos os sistemas administrativos constantes do módulo SAJ-ADM da Softplan, num total de onze sistemas. Estima-se com esta estratégia uma economia anual de mais de R\$ 2 milhões.

Por fim, as ações mais relevantes empreendidas no biênio 2015-2016 estão consolidadas da seguinte forma: implantação de novos sistemas, evoluções em sistemas e portais implantados, implantação de portais e disponibilização de formulários eletrônicos.

Tabela 36 – Implantação de novos sistemas

Descrição
Sistema de Ouvidoria - SIOGE
Sistema para Escola de Magistratura - SESMEC
Sistema de Mediação e Conciliação - SIME
Sistema de Solicitação de Certidão Negativa Cível e Criminal – CNC
Sistema de Ensino a Distância (EAD), adequação ao padrão do TJCE
Sistema de Emissão de Certidão Negativa 2º Grau, pela Internet
Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU
Sistema Unificado do FERMOJU - SISUFERMOJU
Sistema de Peritos - SIPER

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 37 - Evoluções em sistemas e portais implantados

Sistema	Descrição
SAJSG	Adequações para atender ao Regimento Interno (Câmaras Cíveis: Direito Público e de Direito Privado)
	Adequações para atender ao Regimento Interno (criação da 3ª Câmara Criminal)



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Sistema	Descrição
	Implantação de nova versão com mudanças referentes ao novo CPC
	Disponibilização no SAJSG de novos fluxos para o Precatório
SCPU	Conclusão da consulta processual pelo nome da parte
SAPRE	Entrega de nova versão do sistema SAPRE em atendimento ao disposto na Resolução nº 01/2016 do Órgão Especial
	Nova versão com a inclusão referente ao Ente Principal do Precatório/RPV e outras melhorias
	Evolução no Módulo de Cálculos e novas funcionalidades (SELIC e integração SAJ SG)
SIME	Adequações para atender ao Nupemec com implantação dos Cejuscs nas comarcas
SGEC	Disponibilização da Produtividade de Magistrados e Serventias de 1º grau
SIPP	Execução da 1ª Folha de pagamento com a atualização de cargos e unidades da nova estrutura organizacional do TJCE
Pje	Nova versão do Painel Estatístico com separação por classe processual
Portal e-SAJ	Implantação do Peticionamento Eletrônico obrigatório no 2º grau TJ, Precatórios e Turmas Recursais Fazendárias
Portal dos Peritos	Nova página para o credenciamento de Peritos, Intérpretes e Tradutores

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 38 - Implantação de portais

Descrição
Novo Portal Internet
Portal da Saúde
Portal de Sentenças e Interdição
Portal do 107º Encontro do Conselho dos Tribunais de Justiça
Novo Portal Intranet
Novo Portal da Sala de Situação

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 39 - Disponibilização de formulários eletrônicos

Descrição
Formulários (Magistrados e Servidores) para Eleição do Comitê de Atenção Prioritária ao 1º Grau
Formulário de pesquisa sobre a utilização dos leitores biométricos
Formulário de gestão por competências
Formulário Prêmio Melhores Práticas de Gestão - 2014
Formulário de pesquisa de satisfação - instalações físicas do imóvel
Formulário para inscrição na I Conferência Socioambiental dos Três Poderes
Formulário de inscrição para o Curso de Mediação e Conciliação - 2015
Formulário de pré-inscrição para o I Curso de Defesa Armada para Magistrados
Formulário I Mutirão do Pai Presente

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação



5.1.2 *Infraestrutura de TI e Segurança da Informação*

Como forma de aprimorar a infraestrutura de TI, a Setin reorganizou e ampliou as estruturas de armazenamento de dados e implantou a virtualização dos servidores de homologação, além de ter adquirido e recebido diversas doações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para sustentação e evolução do ambiente computacional.

Adicionalmente, foram contratados serviços modernos de impressão, com foco na entrega do serviço ao usuário final, possibilitando uma alta disponibilidade dos equipamentos multifuncionais e evitando impactos por problemas neles. Esse tipo de contratação permite ainda um maior controle dos recursos utilizados e custos associados. Ressalte-se que essa medida proporcionou uma redução anual de custos da ordem de R\$ 2 milhões.

Durante a gestão, foi também realizada a assinatura do Contrato nº 04/2015 de *Service Desk* com a empresa Lanlink, que aprimorou o atendimento de TI, com o funcionamento em horário integral (24 horas/dia, 7 dias/semana), e implantou o modelo de governança para gestão de serviços e recursos de TI, melhorando significativamente o canal de comunicação com o usuário e aumentando a qualidade dos produtos e serviços ofertados pela Setin. A contratação trouxe, ainda, a ampliação da quantidade de polos de atendimento do Interior do Estado, que passou de quatro para sete.

Na área de comunicação de dados, a nova contratação realizada pela Setin proporcionou uma economia da ordem de R\$ 3 milhões ao ano. Já na área de monitoramento do ambiente de TI, a substituição de serviços contratados permitiu uma redução de mais de R\$ 4 milhões.

Com um índice de satisfação superior a 80%, a Central de Atendimento em TI (Cati) atendeu e resolveu mais de 300.000 chamados ao longo da gestão 2015-2016. Além disso, a Setin distribuiu também 896 computadores doados pelo CNJ e 55 *scanners*, além de ter emitido 1.040 certificados digitais.

Por meio da Portaria nº 966, de 5 de maio de 2015, foi instituído o Programa de Segurança Corporativa da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Ceará. A coordenação das ações do referido projeto cabe à Secretaria de Tecnologia da Informação, por intermédio de sua equipe de Serviço de Segurança da Informação.

Entre as ações já executadas, destaca-se a publicação da Política de Segurança da Informação, instituída pela Resolução nº 025/2016. Outras ações propostas são a normatização das



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

diretrizes, das normas e dos procedimentos de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense e a elaboração do Plano de Continuidade do Negócio.

Tabela 40 - Principais ações em infraestrutura e segurança da informação

Descrição
Implantação de 2 equipamentos de armazenamento de dados (Storage - IBM - V5000)
Contratação de empresa para emissão de 6.000 Certificados Digitais
Instituição do Programa de Segurança Corporativa da Informação
Recebimento de doação do CNJ de 896 computadores para as atividades de 1º Grau
Aquisição de 20 <i>scanners</i> de médio porte para o TJCE, Fórum Clóvis Beviláqua e Comarca de Maracanaú
Implantação do novo Contrato de <i>ServiceDesk</i>
Reorganização do armazenamento de dados, com liberação de espaço em disco para os <i>Storages</i>
Implantação do Controle de Ponto Biométrico (<i>hardware</i>)
Contratação dos equipamentos de rede corporativos (Switches de núcleo e acesso)
Conclusão do processo licitatório para registro de preço para renovação e aquisição de novas licenças de antivírus

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

5.1.3 Projetos

Durante o biênio 2015-2016, a Setin concluiu 11 projetos alinhados ao Planejamento Estratégico de TIC e possui, desde o quarto trimestre de 2016, outros 8 projetos ativos no seu portfólio, sendo que, destes, 6 já se encontram com mais de 50% de execução. Na Tabela 41 são apresentados os projetos finalizados durante a gestão e na Tabela 42 os atualmente ativos.

Tabela 41 - Projetos finalizados pela Setin

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas
Unificação do Sistema de Ponto	a) Contratar empresa especializada para fornecer equipamentos para solução de controle de registro de ponto biométrico, a fim de atender às demandas do Poder Judiciário cearense quanto à eficácia na fiscalização da frequência dos servidores; b) Desenvolver aplicação <i>web</i> para tratamento dos registros de ponto; c) Adquirir 520 equipamentos para leitura da digital dos servidores; d) Instalar e configurar 2 equipamentos em uma unidade-piloto.	a) Setin; b) SGP.
SAJ Maracanaú	a) Implantar sistema SAJ para controlar os processos que tramitam em papel, em substituição ao sistema SPROC, e as novas ações de forma eletrônica na comarca de Maracanaú, excetuando a unidade dos Juizados Especiais desta Comarca; b) Implantar módulo de controle da Central de Mandados do sistema SAJ na comarca de Maracanaú;	a) Setin; b) FCB; c) Fórum Maracanaú.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas
	<p>c) Realizar treinamento dos servidores e magistrados da Comarca na utilização do sistema SAJ;</p> <p>d) Migrar dados processuais da Comarca do sistema SPROC para o sistema SAJ.</p>	
Serviço de Impressão	<p>a) Contratar empresa especializada para prestação de serviços de impressão e digitalização de documentos com o fornecimento e instalação dos equipamentos, suporte, assistência técnica, fornecimento de suprimentos (exceto papel), possibilidade de assinatura digital no próprio equipamento, técnicos residentes em macrorregiões do Estado, entre outros;</p> <p>b) Desenvolver plano de implantação e manutenção dos equipamentos nas unidades do TJCE;</p> <p>c) Treinar usuários finais das unidades do lote-piloto nas funcionalidades básicas;</p> <p>d) Repassar à área operacional o <i>script</i> de atendimento, plano de implantação e de manutenção das multifuncionais, <i>checklists</i> de instalação e de treinamento, material do treinamento e procedimentos de trabalho.</p>	Unidades do TJCE que utilizam o serviço de impressão/digitalização.
Solução de Serviços de <i>Service Desk</i>	<p>a) Definir e descrever os serviços de TI a serem contratados, bem como os indicadores de medição;</p> <p>b) Contratar empresa para prestação de serviços de Tecnologia da Informação;</p> <p>c) Acompanhar o processo de transição da nova contratação.</p>	a) Setin; b) FCB; c) TJCE.
Módulo de Distribuição e Controle Integrado de Mandados - Oficiais de Justiça	<p>a) Integrar o módulo de controle de mandados judiciais, no âmbito do 2º grau, ao sistema SAJSG;</p> <p>b) Possibilitar a expedição, distribuição, acompanhamento e cumprimento dos mandados judiciais dentro do sistema SAJSG;</p> <p>c) Possibilitar a geração de relatórios relativos à produtividade e cumprimento de metas para o setor;</p> <p>d) Tornar eletrônica a tramitação dos mandados judiciais que hoje encontra-se na forma tradicional (em papel).</p>	a) Setin; b) FCB.
Construção do Sistema Acadêmico da Esmec	<p>a) Desenvolver sistema da Esmec;</p> <p>b) Realizar treinamento com os servidores da secretaria da Esmec que utilizarão o sistema SESMEC.</p>	a) Esmec; b) Setin.
Implantação de Ferramentas de Informações Gerenciais	<p>a) Adquirir ferramenta de visualização de informações gerenciais com suporte de 24 meses;</p> <p>b) Adquirir ferramenta de ETL com suporte de 24 meses;</p> <p>c) Treinamentos nas ferramentas de visualização de informações gerenciais e ETL;</p> <p>d) Implantar piloto na Secretaria de Planejamento e Gestão - Seplag.</p>	a) Setin; b) Seplag; c) Sejud; d) Presidência.
INTEGRAJUS	<p>a) Mapeamento e definição dos procedimentos “Cumprir Alvará de Soltura” e “Requisitar Preso para audiência” para a Central de Apoio à Área Criminal (CIAAC);</p> <p>b) Automatização do procedimento “Cumprir Alvará de Soltura” para a CIAAC, Secretarias de Varas Criminais e Oficiais de Justiça na Comarca de Fortaleza;</p> <p>c) Automatização do procedimento “Requisitar Preso para Audiência” para a CIAAC e secretarias de varas criminais e Oficiais de Justiça na Comarca de Fortaleza;</p> <p>d) Virtualização dos procedimentos policiais para remessa eletrônica ao Poder Judiciário do Estado do Ceará;</p>	a) FCB; b) Poder Executivo (Sejus e SSPDS); c) Sejud.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas
	e) Definição de dados e requisitos de negócio para consulta da visão unificada de antecedentes criminais (Consulta de Antecedentes Criminais – CANCUN); f) Definição do portfólio da área criminal para publicação na Intranet do Poder Judiciário do Estado do Ceará.	
Modernização dos Portais do TJCE	a) Implantação do novo Portal Intranet; b) Implantação do novo Portal Internet; c) Rede social corporativa do TJCE (mural, grupos de discussão, colaboração acadêmica); d) Política de gestão de conteúdo nos sítios eletrônicos do TJCE.	a) Setin; b) Seplag.
SisuFermoju	a) Iniciar o desenvolvimento do SISUFERMOJU – Sistema Unificado do Fermoju; b) Realizar integração automática do SISUFERMOJU com o S2GPR (sistema da Sefaz) para emissão/consulta/manutenção de DAE (Documento de Arrecadação Estadual); c) Integrar a emissão de guias (GRF Extrajudicial, GRS, GRF Judicial, Guia DPC, GRFC e GRF Débito e Correição) dos sistemas legados do Fermoju com o SISUFERMOJU para geração de DAE por meio de integração deste com o S2GPR da Sefaz; d) Promover maior controle e fiscalização das arrecadações judiciais e extrajudiciais do Fermoju; e) Reduzir os custos de pagamento de guias por meio de instituições financeiras.	a) Setin; b) Sefin.
Selo Extrajudicial Digital	a) Virtualizar os Selos Extrajudiciais utilizados em cartórios no Estado do Ceará; b) Armazenar em base de dados do Poder Judiciário os atos relativos aos selos virtualizados; c) Diminuir gradativamente os custos de envio e de devolução dos selos extrajudiciais para o Poder Judiciário e para os cartórios; d) Eliminar os riscos de roubo ou extravio de selos extrajudiciais e erros de utilização de selos em atos não correspondentes a estes; e) Permitir maior controle dos atos praticados para efeito de correição dos cartórios pela Corregedoria-Geral da Justiça; f) Oferecer maior transparência para a sociedade por meio de recursos de prova de autenticidade e validade dos documentos com uso do selo extrajudicial digital no portal do Poder Judiciário; g) Disponibilizar auditoria de informações dos documentos que utilizaram os selos extrajudiciais digitais.	a) Sefin; b) Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ); c) Setin.

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 42 - Projetos em andamento pela Setin

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Contratação Fábrica de <i>Software</i>	a) Definir e descrever os serviços de TI relativos ao desenvolvimento de sistemas a serem contratados; b) Contratar empresa para prestação de Serviços nos moldes de Fábrica de <i>Software</i> ; c) Acompanhar o processo de Transição entre o contrato atual e a nova contratação.	a) Setin; b) SGP.	55%	Realização



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
Construção do Sistema de Auditoria	a) Melhorias na versão do sistema Sisaud em Produção; b) Implementação das melhorias do sistema Sisaud; c) Especificação funcional e técnica das versões 2 e 3 do sistema Sisaud; d) Construção das versões 2 e 3 do Sistema Sisaud; e) Homologação do Sistema Sisaud; f) Treinamento do Sistema Sisaud; g) Implantação do Sistema Sisaud; h) Manuais de Orientação do Sistema.	a) Setin; b) Auditoria Administrativa de Controle Interno.	72%	Realização
Projeto Segurança da Informação	a) Instituir equipe multissetorial responsável pela Gestão de Segurança Corporativa da Informação; b) Proposta das Diretrizes de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense; c) Proposta da Política de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense; d) Proposta de Normas e Procedimentos de Segurança da Informação para o Poder Judiciário cearense; e) Proposta de um Plano de Continuidade de Negócios no ambiente de TI para o Poder Judiciário cearense; f) Definir ações pertinentes à implantação e disseminação do Programa pela equipe gestora.	a) Setin; b) SGP; c) Seplag; d) Secad; e) Sejud; f) FCB.	58%	Realização
Aprimoramento da Governança de TIC	a) Definição de processos de avaliação, monitoramento e direcionamento da TIC alcançando a maturidade de 60% do Perfil GovTI 2014/TCU; b) Realizar uma avaliação dos processos de TI a partir de um modelo abrangente como o COBIT visando identificar as maiores discrepâncias entre os requisitos do negócio e a situação atual da TI; c) Plano de projeto simplificado para aprimoramento da maturidade entre 2017 e 2020 visando ao atingimento de 90% do Perfil GovTI 2014/TCU; d) Atender aos itens do GovTI; e) Automatizar todos os processos modelados no projeto; f) Construir o sistema de gestão de demandas.	Todas as unidades da Setin	33%	Realização
Implantação do Processo Eletrônico nas Comarcas do Interior	a) Treinar os servidores e magistrados no sistema PJe e implantá-lo nas classes processuais de competência cível dos Juizados Especiais que tramitam nas comarcas de vara única e nas 2ª varas das comarcas do Interior do Estado, totalizando 166 unidades.	a) 166 varas do interior do Estado; b) Setin; c) Grupo Gestor do PJe.	47%	Realização
Comunicação de Dados	a) Dotar as comarcas do Interior do Estado do Ceará de <i>links</i> de comunicação rápidos, modernos e confiáveis; b) Possibilitar a expansão do Processo Eletrônico para o Interior do Estado; c) Contratar serviços de dados para 2 fibras ópticas interligando a sede do TJCE à sede do Fórum Clóvis Beviláqua; d) Realizar a licitação dos <i>links</i> de comunicação de	a) Setin.	76%	Realização



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Nome	Objetivos/Entregas	Unidades Envolvidas	Progresso	Fase
	dados em substituição ao Contrato da RIGAV (Convênio Etice – OI); e) Realizar a ampliação do contrato da rede GIGAFOR, incluindo a interligação de 8 comarcas que podem ser atendidas pelo Cinturão Digital do Ceará – CDC; f) Definir, coordenar, gerenciar e implantar a estrutura física necessária, bem como a ativação/migração dos <i>links</i> de dados, incluindo a comunicação entre os <i>Data Centers</i> do TJCE.			
Aprimoramento da Área Criminal	a) Implantação do Portal e-Saj e Malote Digital para remessa de documentos eletrônicos entre Sejus e TJCE; b) Construção e Implantação de Sistema de Consultas de Antecedentes Criminais Unificado no Poder Judiciário cearense.	a) FCB; b) Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ); c) Sejud; d) Presidência do TJCE; e) Poder Executivo (Sejus e SSPDS).	87%	Realização
Absorção do SajAdm	a) Absorver a manutenção, evolução e operação dos módulos que compõem o SAJADM.	a) Setin.	64%	Realização

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

5.2 Aperfeiçoamento e integração dos procedimentos para atendimento de ordens de serviço utilizando o AssystNet

Em junho de 2016, a Divisão de Patrimônio – DIVPAT, da Secretaria de Administração do TJCE, adotou o uso do *Software AssystNet*, como parte do Plano de Implementação de Melhorias do projeto da Rede de Analistas de Processos referente ao atendimento de ordens de serviço. Essa medida melhorou o tempo de atendimento das ordens de serviço solicitadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação – Setin, que antes eram feitas por correio eletrônico.

5.3 Reestruturação da Sala de Situação

Como forma de subsidiar o planejamento, o monitoramento das ações e a tomada de decisões por parte da Gestão, foi reestruturado e ampliado o portal eletrônico Sala de Situação, que consiste em um repositório virtual de informações gerenciais e estratégicas do TJCE, possibilitando aos gestores a consulta de dados de forma rápida, atualizada e em diversos formatos.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Após a reestruturação, o portal passou a disponibilizar, por meio de infográficos, mapas e relatórios, dados gerenciais relacionados à infraestrutura, tecnologia da informação, gestão de pessoas, gestão financeira, informações judiciárias e ao acompanhamento de metas e da produtividade do Poder Judiciário do Estado do Ceará.

As informações são objeto de atualização periódica e sistemática, conforme regulamentado na Portaria nº 955, de 22 de abril de 2015.

5.4 Implantação de Ferramenta de Informações Gerenciais

Visando ao aprimoramento na gestão de dados estatísticos e informações gerenciais do TJCE, foi implantada ferramenta de *Business Intelligence* (BI), que trará como benefícios:

- i. Extração de dados a partir de múltiplas fontes: será possível importar os dados automaticamente a partir de múltiplas fontes de dados independentemente de tecnologia ou fornecedor.
- ii. Unificação de dados: será possível armazenar em único repositório as informações espalhadas pelos diversos bancos de dados dos sistemas em utilização (SPROC, SAJPG, SAJSG, SAJADM, PROJUDI etc.).
- iii. Independência em relação à área de TI: os próprios usuários finais poderão gerar suas consultas e relatórios sem precisar da intervenção direta da TI, tornando as atividades de gerenciamento de dados mais dinâmicas e eficientes.
- iv. Usabilidade: a ferramenta disponibiliza interface para geração on-line de múltiplos relatórios e gráficos pelos usuários por meio de ambiente web.
- v. Acompanhamento de Indicadores: ampliação da capacidade de acompanhamento dos indicadores estratégicos, por meio de análises temporais e por unidades, de indicadores como a taxa de congestionamento e as metas nacionais do CNJ.
- vi. Acompanhamento da Estratégia do Tribunal: permitir o monitoramento em tempo real da execução da estratégia do TJCE, por meio da configuração de painéis de controle destinados aos gestores.
- vii. Automatização de Rotinas: permitir a extração e o envio automático de relatórios ao seu público-alvo.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

viii. Mobilidade no acesso às informações: disponibilizar os relatórios automaticamente em dispositivos móveis.

O projeto-piloto foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação (Setin), em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag), e contempla as informações referentes à Taxa de congestionamento e às Metas Nacionais do Conselho Nacional da Justiça (CNJ).

5.5 Iniciativas conduzidas pelo Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua

O Departamento de Informática da Comarca de Fortaleza é responsável por dar suporte tecnológico às unidades vinculadas ao Fórum Clóvis Beviláqua e aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais de Fortaleza.

Dentre as ações realizadas ao longo do biênio 2015-2016, podem ser destacadas:

Quadro 2 – Ações realizadas pelo Departamento de Informática (2015-2016)

Ações realizadas em 2015
Evolução do Projeto de Digitalização
Implantação da intimação eletrônica para membros do Ministério Público e Defensoria Pública
Implementação de melhorias no Programa SAD (Sistema de Auxílio à Digitalização)
Melhoria e inclusão de novos indicadores no BI – BIG
Configuração do Sistema SAJ para possibilitar a instalação das 2 Secretarias Judiciárias da Família e da Secretaria Judiciária da Execução Penal
Configuração do Sistema SAJ para atender às diversas solicitações feitas pela Diretoria do Fórum e demais departamentos
Suporte aos diversos mutirões promovidos pela Central de Conciliação
Suporte ao Mutirão de Execução Fiscal realizado pelo Estado no Centro de Convenções
Implementação de ferramenta de pesquisa sobre limpeza no FCB
Ações com a Softplan para melhoria do tempo de resposta das solicitações
Apoio à atividade de redistribuição de processos da competência criminal (acervo da 17ª Criminal)
Configuração do sistema SAJ para suportar as audiências de custódia
Criação e disponibilização de nova competência (Custódia) no portal eSaj para o Primeiro Grau
Suporte à Comarca de Maracanaú
Expansão das funcionalidades do <i>WebService</i> (peticionamento inicial/intermediário) para o convênio da PGM
Participação efetiva nas reuniões da CPGD (Comissão Permanente de Gestão Documental) e direcionamento de esforços para atender às demandas oriundas desta seara
Criação da Sala de Digitalização de Recursos para atender à portaria da Sejud
Ações realizadas em 2016



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Conclusão do Projeto de Digitalização

Elaboração de Relatório de Acompanhamento da atualização do histórico de partes das Varas Criminais, com o propósito de propiciar adequado gerenciamento dos réus presos de cada Unidade Judiciária

Melhoria do Acompanhamento do Sistema Prisional com a criação e automatização de envio diário do relatório de acompanhamento do Sistema Prisional para Seplag, Presidência e Diretoria do Fórum, com o propósito de atualização do rol de presos em cada unidade judiciária que trata de execução de pena

Filtros de algumas filas do SAJPG para o Grupo de Auxílio para a Redução do Congestionamento de Processos Judiciais, tais quais: Conclusos para Sentença, Liberdade Provisória e Relaxamento de Prisão, Processos pendentes de Carta de Guia

Criação e disponibilização de base de dados com informações dos réus para viabilizar a implementação do projeto “Painel do Réu”, com o propósito de gerenciar os réus presos e soltos e não apenas os processos

Disponibilização de informações dos réus para o Programa de Aceleração de Julgamentos Criminais em fase de desenvolvimento pela 13ª Vara Criminal em parceria com o Departamento de Informática

Disponibilização de informações dos processos com prioridade "IDOSO" em atendimento à Portaria Nº 38/2016 da Corregedoria-Geral da Justiça

Acompanhamento semanal dos atendimentos realizados no Setor de Distribuição do Fórum Clóvis Beviláqua, corrigindo problemas habituais e prevenindo a ocorrência de outros, que têm muito impacto no processamento das ações ingressadas no Poder Judiciário

Permanente desenvolvimento e homologação de ferramentas para utilização das Varas e Secretarias do Fórum, em especial às novas demandas por implementação de filas, modelos e atividades que otimizam os trabalhos das Secretarias Únicas implantadas no âmbito das competências: Fazenda Pública, Família e Execuções Penais

Revisão dos fluxos de trabalho implantados e sua otimização, a fim de melhorar o tempo de trabalho dos usuários do sistema SAJ-PG

Treinamentos para 1.250 colaboradores dentre servidores e operadores de direito (magistrados, promotores, defensores, oficiais de Justiça), totalizando 247 horas/aula

Preparação do fluxo de trabalho a ser utilizado na Semana Nacional da Conciliação

Homologação de novas versões do sistema judicial (SAJ-PG), especialmente após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil

Realização de videoconferência integradamente ao sistema SAJ-PG, facilitando a realização de atos processuais com a presença de réus recolhidos em presídios federais

Disponibilização, diariamente e de forma automatizada, de informações que vão desde o inquérito policial até o julgamento dos processos pelo Tribunal do Júri, baseadas fundamentalmente no histórico de partes no sistema SAJ-PG. Os dados alimentam a ferramenta do Projeto "Tempo de Justiça", que visa dar celeridade ao julgamento de processos que envolvem homicídios. O projeto integra as ações do “Pacto por um Ceará Pacífico”

Implantação, treinamento e suporte à nova unidade Cejusc (Central Judiciária de Soluções de Conflitos), customizando seu funcionamento no sistema SAJ-PG para utilização em diversos locais da Comarca de Fortaleza, bem como apoio operacional nos diversos mutirões realizados pelo referido Setor

Implantação da Coman Digital para 48 Unidades do Fórum Clóvis Beviláqua, abreviando os procedimentos de envio de mandados para a Coman e melhorando a gestão do referido Setor

Digitalização dos processos de execução penal de Caucaia para suportar a implantação do sistema SEEU, durante visita do CNJ

Fonte: Fórum Clóvis Beviláqua

5.5.1 Expansão da Ferramenta de Business Intelligence - BI

- i. Objetivo: Adicionar novos indicadores à ferramenta de forma a embasar a gerência das unidades do Fórum Clóvis Beviláqua.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- ii. Entregas previstas: 7 indicadores estratégicos do FCB sobre taxa de congestionamento.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, unidades judiciárias e administrativas do Fórum Clóvis Beviláqua, e Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: A entrega ocorreu em novembro de 2016.
- v. Fase atual: Realização de mapeamento dos indicadores necessários a cada unidade.

5.5.2 Projeto de Digitalização de Processos Judiciais

- i. Objetivo: Realizar a digitalização dos processos físicos das Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza e eventuais digitalizações residuais de outras competências, possibilitando a otimização de recursos humanos e materiais, melhoria nas condições de trabalho, utilização de espaço físico e todas as demais vantagens inerentes ao processo eletrônico.
- ii. Entregas previstas: Acervo processual das Varas Cíveis digitalizados até janeiro de 2017.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática, Unidades Judiciárias e Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua.
- iv. Progressos: Restam 5 Varas para conclusão.
- v. Fase atual: Conclusão do acervo do Fórum Clóvis Beviláqua.

5.5.3 Implantação do Cejusc em Maracanaú

- i. Objetivo: Configuração do Cejusc pré-processual e processual no Sistema SAJPG para Maracanaú e Unidade da Defensoria Pública de Maracanaú.
- ii. Entregas previstas: A entrega ocorreu parcialmente. Os fluxos Cejusc – pré-processual Cejusc – processual estão implantados e em funcionamento na Comarca de Fortaleza.
- iii. Unidades Envolvidas: Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum de Maracanaú.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- iv. Progressos: Realização de 3 treinamentos.
- v. Fase atual: Em fase de implantação.

5.5.4 Implantação do SAJ em Maracanaú

- i. Objetivo: Implantação do Processo eletrônico na referida Comarca.
- ii. Entregas previstas: Saj implantado nas 7 unidades judiciais da Justiça Comum; e distribuição automática para todas as competências cíveis.
- iii. Unidades envolvidas: Departamento de Informática do Fórum Clóvis Beviláqua e Fórum de Maracanaú.
- iv. Progressos: Sistema Implantado em Maracanaú, peticionamento eletrônico obrigatório e realização de 50 treinamentos.
- v. Fase atual: Em operação.

5.5.5 Implantação do Módulo de Certidões do Sistema SAJ-PG

O Departamento de Atividades Judiciais, em conjunto com o Departamento de Informática do Fórum, tem trabalhado no projeto de implantação do Módulo de Certidões do Sistema SAJ-PG, o qual permitirá a expedição automática das certidões, conferindo mais agilidade e segurança ao trabalho dos pesquisadores. Atualmente, o projeto está em fase de configuração dos modelos de documentos. Uma vez implantado, o referido sistema poderá substituir o atual Sistema de Emissão de Certidões *On-line*, com uma ampla oferta de ferramentas de acessibilidade ao público.



6. OTIMIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

6.1 Gestão por Processos

Com vistas a implantar a Gestão por Processos no TJCE, a Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) tem realizado ações referentes à estratégia, execução e disseminação da cultura sobre o tema.

Para estabelecer diretrizes, implantar governança e promover ações estratégicas relativas à otimização de processos, iniciou-se, em 2015, a implantação do Escritório Corporativos de Processos (ECPR), no Departamento de Otimização Organizacional (Deorg), da Seplag. Cabe à área a elaboração e a manutenção da Metodologia de Gestão por Processos do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com previsão de publicação até dezembro de 2016.

De forma a garantir a disponibilidade, o versionamento e o compartilhamento dos fluxos e manuais gerados nos projetos de redesenho foi estruturado um repositório único com acesso organizado por unidade administrativa, sob gestão do ECPR, que também consolida e envia, mensalmente, aos gestores das unidades responsáveis, o panorama das ações de Redesenho em andamento.

Quanto à forma de atuação, com vistas a traçar estratégias para o biênio baseadas na demanda reprimida para redesenho de processos, foi consolidada uma lista a partir de processos priorizados pelas unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), que somaram 140, os quais foram alinhados ao Plano Estratégico 2015-2020. O detalhamento da execução consta no item “Execução das Ações de Otimização”.

A divulgação dos processos de negócio redesenhados, bem como de orientações metodológicas, modelos de documentos e outros itens pertinentes ao desenvolvimento dos trabalhos, é realizada por meio do portfólio Procedimentos e Processos de Trabalho, na Central do Conhecimento e no portfólio Otimização Organizacional no Portal do TJCE na *Internet*. Para fomentar a interação e a troca de informações, foi implantada a Comunidade “Gestão por Processos de Negócios”, na Rede Colabore, criada na Intranet do TJCE, a qual conta com a adesão de 43 pessoas.



6.2 Execução das Ações de Otimização

De forma a potencializar resultados, a Seplag estabeleceu duas formas de atuação, a saber:

- i. Ações executadas pelos Analistas de Processo do ECPR, e
- ii. Ações executadas pelos Analistas de Processo da Rede de Analistas de Processo, sob coordenação do ECPR, conforme disposto a seguir.

6.2.1 Ações executadas pelos Analistas de Processo da Seplag

6.2.1.1 Modelagem dos Procedimentos de Baixa Processual

No âmbito do Projeto Estratégico PJSEPLAG2015002 e com o intuito de colaborar com a redução da taxa de congestionamento, a Seplag elaborou fluxos e manuais, para os sistemas SPROC (1º grau e Juizados Especiais); SAJPG; PROJUDI/PJe (Juizados Especiais); SAJSG e PJe, PROJUDI; SPROC e SAJPG (Turmas Recursais), contemplando as orientações do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no que tange às movimentações processuais. O material produzido está publicado na Central do Conhecimento, no portfólio Estatísticas.

6.2.1.2 Programa de Integração do Sistema de Justiça Criminal (Integra)

No âmbito do Integra, a Seplag coordenou e executou as seguintes ações com a participação de representantes do Comitê e/ou órgãos envolvidos:

Tabela 43 – Ações da Seplag com participação de representantes do Comitê e/ou órgãos envolvidos

Ações da Seplag	
Ação	Produto
Elaboração do Manual de Orientação	Documento elaborado contendo informações sistematizadas e elementos necessários para orientar gestores, colaboradores e equipes que compõem o Integra
Redesenho do Processo “Realizar Comunicação ou Solicitação Prisional e Judicial” (Projeto Estratégico PJSEPLAG2015002)	Processo redesenhado, possibilitando agilidade e segurança na troca de informações entre TJCE e Secretaria de Justiça
Elaboração de Diagnóstico para expansão da Central	Documento elaborado para subsidiar a expansão dos



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Integrada de Apoio à Área Criminal (Ciaac) do Fórum Clóvis Beviláqua serviços de apoio à área criminal para 38 unidades judiciárias

Fonte: Seplag/Deorg

6.2.1.3 Secretaria Judiciária

No âmbito do Projeto Estratégico “Análise, Racionalização e Manualização dos Processos” da Secretaria Judiciária, foram otimizados os processos: Cálculo Judicial; Distribuição; Redistribuição; Retificação de Autuação e Tramitação no Departamento Cível e Penal e Sessão de Julgamento.

6.2.1.4 Assessoria de Precatórios

De forma a documentar procedimentos e dar agilidade aos trabalhos da Assessoria de Precatórios (Asprec), a Seplag elaborou o Manual de Atribuições e redesenhou os seguintes processos: Pagar Requisição de Pequeno Valor; Pagar de Precatórios; Sequestrar no Regime Comum; Administrar Regime Especial; Executar Rito de Cobrança; Pagar Parcela Prioritária e Processar Agravo Regimental.

Foram realizadas, ainda, outras ações de otimizações solicitadas pela alta gestão, conforme tabela abaixo:

Tabela 44 – Ações de Otimização

Ações da Seplag	
Ação	Produto
Otimização do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM)	- Diagnóstico Organizacional elaborado contendo sugestões de melhoria; - Manual de Atribuições Elaborado.
Otimização do Cejusc – Comarca de Fortaleza e Implantação dos Cejuses nas Comarcas do Interior	- 5 fluxos desenhados; - Participação no Grupo de Trabalho para implantação dos Cejuses – Portaria Nº 2689/2015.
Otimização da Gestão de Contratos de Manutenção da Seinfra	- Processo “Pagar Contratos de Manutenção” redesenhado e Implantado; - Célula de Contratos estruturada e com atribuições definidas.

Fonte: Seplag/Deorg



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

6.2.2 Ações executadas pelos Analistas de Processo da Rede de Analistas de Processo

Considerando a demanda expressiva de processos priorizados, frente à equipe reduzida, como estratégia para multiplicar sua capacidade de execução de projetos de redesenho, a Seplag criou a “Rede de Analistas de Processos” para realizar, paralelamente, sob orientação e acompanhamento do ECPR, redesenhos nas diversas áreas desta Corte, possibilitando ao TJCE um crescimento homogêneo da eficiência dos seus processos de trabalho.

Para iniciar a implantação da Rede, realizou-se, em agosto de 2015, a “Formação Básica de Analistas de Processos”, com base na metodologia elaborada em 2014, contemplando 32 servidores de 12 unidades do TJCE, incluindo o Fórum Clóvis Beviláqua (FCB). Em agosto de 2016, foi realizado o 2º treinamento, com 16 servidores, em sua maioria do FCB.

Dos 136 processos constantes da lista da instituição, 21 foram redesenhados pela Rede, abrangendo as unidades: Ouvidoria, Corregedoria, Precatórios, Gestão de Pessoas, Comunicação Tecnologia da Informação e Administração.

6.3 Aprimorar a Governança Judiciária

Com intuito de alcançar o objetivo estratégico “Aprimorar a Governança Judiciária”, a Seplag adaptou e aplicou, em outubro de 2015, o Questionário de “Levantamento da Capacidade de Governança Pública de Órgãos e Entidades da Administração Pública”, do Tribunal de Contas da União (TCU), em unidades do TJCE. A partir de então, foi elaborado Relatório Analítico retratando o nível de Governança Judiciária deste Poder, cujos resultados servirão de base para os anos seguintes, uma vez que a intenção é avaliar permanentemente o nível de governança do TJCE.

Ao aplicar o referido questionário no ano de 2016, constatou-se que o nível de prática de governança no Poder Judiciário do Estado do Ceará é de 74,6%.

6.4 Regulamentação da nova estrutura organizacional do TJCE

Em virtude da publicação da Lei nº 15.833, de 27 de julho de 2015, que alterou a organização administrativa do Poder Judiciário do Estado do Ceará, a Seplag coordenou a elaboração de 13 minutas de Resolução definindo atribuições, conforme diretrizes da Presidência e



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

em alinhamento com as Unidades que compõem a Lei. Foram aprovadas 12 Resoluções, as quais estão publicadas na Central do Conhecimento. Os organogramas correlatos foram atualizados de acordo com os normativos supracitados.

6.5 Disseminação de Metodologias

A fim de subsidiar e otimizar a execução das atividades dos gestores e servidores deste Poder, a Seplag elaborou e disponibilizou na Central do Conhecimento a Cartilha de Técnicas e Ferramentas de Gestão, contendo instrumentos ágeis e de fácil aplicação.

Tais ferramentas foram objeto de curso na modalidade Ead, de autoria e tutoria de servidor da Seplag, para os servidores do Poder Judiciário Estadual.

Em dezembro de 2016 foi disponibilizado o volume 2 da Cartilha, contendo novas opções de instrumentos bastante úteis para o dia a dia do trabalho.

6.6 Programa de Gestão Documental (Proged)

Instituído por meio da Resolução nº 04/2015, do Órgão Especial, o Proged estabeleceu medidas para a melhoria na gestão documental do Poder Judiciário Estadual cearense.

Para executar o Programa, foi instituída, por meio da Portaria nº 956/2015, a Comissão Permanente de Avaliação Documental do Poder Judiciário cearense (CPAD), a qual elaborou o Manual de Gestão Documental, a Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos, a Tabela de Temporalidade de Documentos Judiciais e o Plano de Classificação de Documentos, aprovados pela Resolução nº 06/2016 do Órgão Especial.

O Projeto foi coordenado pela Desembargadora Maria de Fátima de Melo Loureiro, que preside a Comissão supracitada, com participação de Magistrados e servidores da Seplag, do Departamento Editorial e Gráfico, da Secretaria Judiciária e do FCB.

6.7 Gestão de Bens Apreendidos em Processo Criminal

A Seplag, em parceria com o FCB, coordenou o Projeto de Implantação da Gestão de Bens Apreendidos em Processo Criminal, disciplinada pela Resolução nº 11/2015, do Órgão



Especial, a qual definiu critérios para armazenamento e destinação de bens apreendidos em processo criminal no Poder Judiciário Estadual cearense.

6.8 Sistema de Padronização Organizacional

Foi instituído, em 2016, por meio da Portaria nº 781/2016, a versão 2.0 do Sistema de Padronização Organizacional (SPO), cujo objetivo é implementar um conjunto de regras e modelos que auxiliam na elaboração de atos administrativos utilizados nas unidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, bem como determinar sua ampla utilização por estas unidades.

O referido Sistema surgiu em virtude da necessidade de padronização dos documentos administrativos utilizados com maior frequência nas unidades organizacionais, proporcionando agilidade na elaboração de documentos.

6.9 Premiação das Melhores Práticas de Gestão

Como forma de promover a troca de experiências de trabalho entre as diversas unidades administrativas e judiciárias, além de contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população, foram realizadas a 3ª e a 4ª Edição do Prêmio Melhores Práticas de Gestão do Judiciário cearense nos anos de 2015 e 2016, respectivamente.

A votação da 3ª Edição do Prêmio ocorreu no período de 27 de maio a 3 de junho de 2015. Em primeiro lugar ficou o trabalho “Criação do Portal de Acompanhamento dos Indicadores da GAM”, dos servidores Rafael Garcia Barbosa e Davi Tavares da Costa. A iniciativa consistia na criação de um portal único centralizado para cadastramento de indicadores e metas da GAM. Em segundo lugar foi premiada a prática “Planejamento para o alcance das metas judiciais em Jaguaruana”, de autoria dos servidores Maria Dalvaci Caminha Lemos Venâncio e Cosmo Gilberto da Silva. A partir da elaboração de planilhas de processos e montagem de grupos de trabalho, pela Vara Única da Comarca de Jaguaruana, visando ao alcance das metas judiciais estipuladas pelo CNJ. Em terceiro lugar foi premiada a prática “Trocando Lixo Reciclável por Bônus na Conta de Energia”, de autoria dos servidores Luis Valdemiro de Sena Melo, Renato Araújo Duarte e Lívia Ramalho Rolim. A partir do programa realizado pela Coelce, o departamento separa os resíduos por tipo e os transporta até os postos de coleta para serem convertidos em bônus na conta de energia,



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

promovendo a responsabilidade socioambiental ao reduzir a despesa com energia elétrica e os resíduos lançados no meio ambiente.

A votação da 4ª Edição do Prêmio ocorreu no período de 14 a 27 de abril de 2016, na intranet. Em primeiro lugar ficou o trabalho “Execução Eficiente de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto”, do juiz Augusto César de Luna Cordeiro Silva, titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza. A iniciativa tem o objetivo de evitar a reincidência de atos infracionais de jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas em meio aberto.

Em segundo, “Mediação Judicial como Resolução de Conflitos em Fase Pré-Processual”, do magistrado Carlos Henrique Garcia de Oliveira, titular do 2º Juizado Especial Cível e Criminal de Fortaleza. A prática busca facilitar o diálogo entre as partes, por meio de uma conversa pautada em técnicas de mediação.

“Dialogando com o Judiciário: Maior Aproximação com a População Via Programa de Rádio” foi a terceira colocada, de autoria da juíza Samara de Almeida Cabral, da Comarca de Itapipoca (a 147 km de Fortaleza). Para promover uma maior democratização da Justiça, a magistrada vai à rádio local discutir temas atuais de Direito que sejam de interesse da comunidade.

A premiação das Melhores Práticas de Gestão do Poder Judiciário é realizada anualmente pela Secretaria de Planejamento e Gestão (Seplag) do TJCE.

6.10 Normatização de Atos Produzidos pela Assessoria de Precatórios

A Resolução nº 03/2015, do Órgão Especial do TJCE, instituiu o Selo de Responsabilidade Judiciária, atestando, com ampla publicidade, a boa conduta administrativa dos entes públicos devedores no pagamento de suas obrigações judiciais atinentes a precatórios, a modo tempestivo e voluntário, tendo como parâmetro o exercício anterior.

Em 25 de fevereiro de 2015, foi instituída a Portaria nº 361/2015, a qual fixa critérios para a formação e publicação das listas de credores prioritários de precatórios no âmbito do Poder Judiciário do Estado, nos moldes insculpidos no art. 100, § 2º, da Constituição Federal, visando à necessidade de estabelecer prazos, procedimentos e rotinas até então não enquadrados quando de suas apresentações a esta unidade administrativa.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Pontue-se que a Resolução nº 01/2016, do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, condensou e atualizou, no âmbito do Poder Judiciário, a normatização disciplinadora do processamento dos precatórios e requisições de pequeno valor, revogando as disposições contidas na Resolução nº 10, de 24 de novembro de 2011, Resolução nº 04, de 9 de março de 2012, e Resolução nº 13, de 18 de outubro de 2013, todas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Referida resolução, ratificando os posicionamentos reportados na Portaria nº 198/2015, delegou ao Assessor-chefe da Assessoria de Precatórios a prática de atos de mero expediente sem conteúdo decisório, assinando mandados de intimação, ofícios e cartas, possibilitando, destarte, maior celeridade no trâmite de feitos sob sua competência administrativa.

Convém salientar os esclarecimentos prestados no Relatório de Inspeção nº 0000418-40.2015.2.00.0000, à Corregedoria Nacional de Justiça, embasados nos pareceres constantes no Processo Administrativo nº 8505505-09.2015.8.06.0000, no sentido de que todas as ações, no pagamento de precatórios, pugnem pelo zelo e responsabilidade quanto à incidência de juros compensatórios, inexistência de anatocismo nos processos indicados no expediente respectivo, prestação de informações ao respeitável Órgão Correicional sobre a existência e o pleno funcionamento do portal eletrônico da Assessoria de Precatórios (<http://www.tjce.jus.br/precatórios>), cumprindo com o pagamento de requisitórios e propiciando, nos casos em exame, o provisionamento de valores em contas abertas em nome dos credores ou beneficiários respectivos. Foi esclarecido, ainda, pelo CNJ, em momento posterior, o expurgo dos juros de mora no período de dezoito meses, ressalvado o entendimento pessoal da Presidência, quanto aos precatórios do regime especial de pagamento, se sujeitos à graça constitucional do regime ordinário.

Fixou-se, seguindo as orientações traçadas pelo plenário do Conselho Nacional de Justiça traduzidas na Consulta nº 0005292-39.2013.2.00.00, originária do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul, o olhar para a confecção de uma lista unificada, envolvendo os tribunais integrantes do Comitê Gestor das Contas Especiais de Pagamento de Precatórios – Tribunal de Justiça do Estado, Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região e Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com o repasse de valores em suficiência aos sodalícios acima referidos, objetivando a integralização das dívidas com requisitórios, segundo cronologia e observando o saldo existente nas contas únicas onde depositado o montante aportado pelos entes públicos; impossibilitou o pagamento parcial dos feitos em tramitação nesta unidade administrativa;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

acompanhou a metodologia aplicada aos precatórios no pagamento de preferência/prioridade, consoante disciplinado no art. 10, § 1º, da Resolução nº 115/2010, do Conselho Nacional da Justiça.

6.11 Manualização de Procedimentos da Assessoria de Precatórios

Realização, em parceria com a Secretaria de Planejamento e Gestão deste Tribunal de Justiça, da produção do manual de atribuições e do manual de procedimentos da Assessoria de Precatórios, atividades estas concluídas no exercício em destaque.

6.12 Modelagem e Automatização de Processos de Trabalho pela Secretaria de Tecnologia da Informação

Ao longo da presente gestão, foram automatizados oito processos de trabalho da Auditoria Administrativa de Controle Interno e dois processos internos da Setin. A fim de aprimorar e otimizar os processos de trabalho, a Setin modelou oito processos internos de gestão, quatro processos da Auditoria Administrativa de Controle Interno, além dos processos automatizados. Ressalta-se que a atividade prévia à automatização é a modelagem do processo, portanto, a Setin modelou 22 processos de trabalho durante a gestão. Na Tabela 45 estão relacionados os referidos processos automatizados e as respectivas áreas demandantes. A Tabela 46, por sua vez, apresenta os processos modelados, porém não automatizados.

Tabela 45 - Processos modelados e automatizados pela Setin

Demandante	Processo	Descrição	Subprocessos
Auditoria Interna (TJCE)	Planejar Execução da Auditoria	O processo visa a delimitar o objetivo e o escopo da atividade de auditoria, definir a estratégia metodológica a ser adotada e estimar os recursos, os custos e os prazos necessários a sua realização.	–
Auditoria Interna (TJCE)	Enviar e Tratar RMAs	O processo visa a requerer à unidade auditada a prévia manifestação dos achados de auditoria verificados ao longo da execução dos testes, os quais poderão ser excluídos em decorrência do aprofundamento da análise.	–
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Mapa de Achados	O processo visa a aplicar a Matriz de Procedimentos e Achados, consistindo da coleta, análise, interpretação e documentação de evidências que vão dar suporte às conclusões da equipe de auditoria.	–
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Relatório de Auditoria	O processo visa a detalhar os achados identificados, com base em evidências concretas, além de obter posicionamento da	Responder Relatório de



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Demandante	Processo	Descrição	Subprocessos
		unidade auditada acerca das conclusões, orientações e/ou recomendações da auditoria realizada.	Auditoria
Auditoria Interna (TJCE)	Requisitar Informações e Documentos	O processo visa a solicitar documentos e informações necessários para análise do objeto sob auditoria.	–
Auditoria Interna (TJCE)	Reiterar RID	O processo visa a reiterar ao gestor da unidade demandada o cumprimento da RID não atendida ou atendida parcialmente.	–
Auditoria Interna (TJCE)	Realizar Intervenção em Auditoria	O processo possibilita a realização de intervenções em auditoria à medida que estas são necessárias.	–
Setin (TJCE)	Analisar e Modelar Processo	Esse processo visa a descrever as atividades, anteriores ao aprimoramento do processo e à automatização e implantação no BPMS do TJCE, realizadas ao se analisar e modelar o estado atual de um processo de negócio.	–
Setin (TJCE)	Aprimorar Processo	Esse processo visa a otimizar um processo de negócio já modelado.	–

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

Tabela 46 - Processos modelados pela Setin (não automatizados)

Demandante	Processo	Descrição	Subprocessos
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar <i>Follow Up</i>	O processo visa consolidar a análise técnica realizada sobre as manifestações do auditado acerca das recomendações/determinações do relatório de auditoria.	–
Auditoria Interna (TJCE)	Elaborar Relatório de Monitoramento	O processo visa detalhar as ações desenvolvidas pelas unidades auditadas acerca das recomendações/determinações de auditoria.	Responder Relatório de Monitoramento Atualizar <i>Follow Up</i>
Setin (TJCE)	Planejar Contratação de Soluções de TI	O processo visa atender todas as etapas necessárias à elaboração de um termo de referência, que dá origem à fase da seleção de fornecedores de serviços e bens de Tecnologia da Informação.	Preparar Planejamento da Contratação Avaliar Viabilidade da Contratação Elaborar PSU Elaborar PEC Elaborar PRS Corrigir Artefatos de Contratação de TI
Setin (TJCE)	Gerir Contrato de TI	O processo visa otimizar a relação entre TI e fornecedores.	Iniciar Gestão Contratual Prorrogar Contrato Elaborar AVC para Prorrogação Monitorar Execução



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Demandante	Processo	Descrição	Subprocessos
			Contratual
			Providenciar Empenho e Nota Fiscal
Setin (TJCE)	Gerar Contrato da Ata de Registro de Preços	O processo visa gerar contrato da Ata de Registro de Preços assinada.	–
Setin (TJCE)	Tratar Ocorrências da Execução Contratual	O processo visa executar as atividades necessárias para tratamento e registro das diferentes ocorrências que podem surgir durante a execução do contrato/ata, quais sejam: não conformidade, acordo operacional, mudanças nas condições contratuais e iniciativa positiva.	Tratar Não Conformidade Modificar Condições Contratuais
Setin (TJCE)	Gestão da Demanda de TI	O processo visa conferir agilidade no atendimento das demandas apresentadas pelo Tribunal à Setin.	–
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Problemas	O processo visa corrigir problemas encontrados no atendimento ao usuário.	–
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Configuração	O processo visa manter e auditar itens de configuração.	Manter Itens de Configuração Auditar Itens de Configuração
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Catálogo de Serviços	O processo visa garantir a atualização e manutenção adequada do catálogo de serviços de TI.	–
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Mudanças	O processo visa regular as alterações nos itens de configuração de TI.	–
Setin (TJCE)	Gerenciamento de Liberação	O processo visa atuar na proteção do ambiente produtivo e de seus serviços pela utilização de procedimentos formais e verificações na liberação de mudanças.	–

Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

6.13 Melhorias nos procedimentos para leilão

Buscando melhorar os procedimentos para alienação de bens por meio de leilão, foi efetuado o cadastramento dos leiloeiros (Processo N° 8507750-90.2015.8.06.0000) e, em conjunto com essa medida, houve o mapeamento do processo de leilão.

6.14 Mapeamento das atividades relacionadas a ordens de serviço

Com base na metodologia disponibilizada pela Rede de Analistas de Processos, foi realizado o mapeamento das atividades relacionadas ao atendimento de ordens de serviço – OSs, executadas pela Divisão de Patrimônio do TJCE, com o intuito de melhorar o entendimento das unidades judiciárias e administrativas sobre a solicitação de serviços à DIVPAT.



6.15 Manual de Gestão de Materiais

Foi elaborado um texto normativo e um fluxo de trabalho objetivando disciplinar os casos de roubo, furto, perda, extravio e demais formas de sinistro de material de uso interno. O material elaborado está disponível no Manual de Gestão de Materiais.

6.16 Manual de Solicitações de Impressões

Foi elaborado o Manual de Solicitações de Impressões, que trata sobre as solicitações de serviços gráficos, para que seja realizado o mapeamento de todas as etapas que envolvem o processo, a fim de otimizar e facilitar a realização das solicitações, bem como a respectiva apreciação, conforme competência estabelecida pela Portaria nº 2484/2015 da Presidência deste Tribunal.

6.17 Automação de Processos do Departamento Editorial e Gráfico

Realizada em parceria com a Divisão de Projetos da Setin e com a Secretaria de Planejamento e Gestão, foi desenvolvida uma iniciativa de automação de processos, que visa a uma maior agilidade e confiabilidade das informações trabalhadas, melhor organização e controle sobre os serviços executados, maior facilidade na geração de relatórios de gestão operacional e economia nos custos de impressão.

6.18 Peticionamento obrigatório no 2º Grau (Portaria nº 510/2015)

Como forma de racionalizar recursos de força de trabalho, equipamentos e espaço físico, bem como promover uma maior celeridade processual, além de benefícios ao meio ambiente, a Sejud tomou a iniciativa de promover a obrigatoriedade de peticionamento exclusivamente eletrônico desde o mês de março de 2015.



6.19 Devolução à origem de apelações físicas digitalizadas

Também com o intuito de racionalizar recursos de força de trabalho, equipamentos e espaço físico, bem como promover uma maior celeridade processual, a Sejud adotou o procedimento de devolver os cadernos físicos, tão logo que digitalizados às comarcas não virtualizadas, que deverão mantê-los em guarda até trânsito em julgado. O procedimento foi regulamentado pela Resolução nº 05/15.

6.20 Automação no sistema SAJSG dos trabalhos dos oficiais de justiça

A Sejud copatrocinou o projeto, por meio do qual os Oficiais de Justiça, até então atuantes no segundo grau, passaram a receber e devolver, pelo sistema SAJSG, os mandados e ofícios de diligências, conferindo, assim, maior racionalização e conseqüente celeridade processual.

6.21 Reestruturação da equipe de precatórios da Sejud

Redesenho dos procedimentos de cadastramento de precatórios, de maneira a fazer com que os próprios gabinetes promovessem a correção e atualização dos cadastros dos ofícios requisitórios, por meio do sistema SAPRE, cujo uso foi objeto de capacitação, promovida pela Sejud, para os usuários desses setores.

6.22 Criação do Serviço de Certidões

Vinculado à Divisão de Apoio Operacional da Sejud, com o objetivo de centralizar, racionalizar e padronizar a emissão de certidões cíveis e criminais de Segundo Grau, garantindo um melhor atendimento ao cidadão. O setor foi estruturado com equipe própria, espaço físico, equipamento, além de ter os procedimentos regulamentados a partir da publicação da Portaria nº 1.557, de 31.8.2016.



6.23 Otimização de Procedimentos da Seinfra

Com todas as vantagens evidentes da otimização de processos, como melhoria da eficiência e redução de erros no processo, a redução de custos é uma consequência bastante previsível e fundamental para qualquer organização. Projetos específicos foram elaborados para que as atividades consideradas como críticas fossem priorizadas em busca da melhor alternativa de execução.

Tabela 47 – Otimização de procedimentos da Seinfra

Itens	Descrição
Projeto	Adequação do Planejamento Financeiro/Operacional da Seinfra
Objetivo	Realinhamento dos valores dos contratos com fornecedores
Unidades envolvidas	Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra
Progressos	Redução do valor contratual na ordem de 25% - cerca de R\$ 7.000.000,00 anual
Fase Atual	Encerrado

Itens	Descrição
Projeto	Criação de Célula de Apoio à Gestão de Contratos
Objetivo	Criar Grupo de profissionais para dar suporte à gestão e fiscalização de contratos
Unidades envolvidas	Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra
Progressos	Publicação da Portaria nº 1977/2016
Fase Atual	Encerrado

Itens	Descrição
Projeto	Consolidação dos controles de contratos
Objetivo	Criar ferramenta única para controle de contratos
Unidades envolvidas	Seinfra
Progressos	
Fase Atual	Encerrado

Itens	Descrição
-------	-----------



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Projeto	Otimização do Processo “Pagar Contratos de Manutenção - Seinfra”
Objetivo	Reconhecer e empenhar as despesas no exercício ao qual pertencem (Princípio da Competência da Despesa)
Unidades envolvidas	Departamento de Manutenção e Zeladoria da Seinfra Secretaria de Planejamento e Gestão
Progressos	Redução do tempo total médio do processo em 20% - de 66.1 dias para 54.05 dias
Fase Atual	Encerrado

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

O projeto “Otimização de Processo – Pagar Contratos” foi encerrado em outubro de 2016, em cooperação com a Secretaria de Planejamento e Gestão, com o objetivo de identificação de problemas e otimização do processo de pagamento de fornecedores. A seguir, o painel ilustrativo da ação realizada:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 6 - Projeto “Otimização de Processo – Pagar Contratos”



Fonte: Secretaria de Infraestrutura

6.24 Otimização da Consultoria Jurídica

A Consultoria Jurídica foi recebida pela Gestão 2015-2016 bem estruturada e organizada, de modo que as adequações realizadas se destinaram a um aprimoramento do trabalho. Dentre as principais ações desenvolvidas é possível destacar:

- A reorganização da força de trabalho, com priorização de servidores efetivos, realizada com o intuito de garantir a formação de uma memória institucional que assegure uma continuidade do serviço;



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

- ii. A subdivisão da Assessoria da Consultoria Jurídica por assuntos, efetivada para viabilizar uma especialização dos assessores na abordagem dos processos;
- iii. A organização de um fluxo interno de distribuição de processos e acompanhamento da apresentação das minutas, implantada para viabilizar uma elevação da agilidade de resposta às demandas;
- iv. Controle estatístico de dados e documentação das manifestações para possibilitar um acompanhamento das rotinas de trabalho e garantir uma ação rápida em gargalos identificados;
- v. A realização de reuniões com as secretarias ou setores administrativos relacionados com as demandas para esclarecimento de dúvidas nos procedimentos, prática empreendida para evitar diligências desnecessárias, acelerando a manifestação e garantindo maior efetividade às determinações delas decorrentes.

Apesar do empenho no aprimoramento das rotinas de trabalho, existem aspectos que ainda podem ser melhorados para uma atuação mais eficiente da Consultoria, entre estes merecem destaque os seguintes:

- i. Ainda não foi possível firmar uma jurisprudência administrativa que permita às unidades demandantes uma reprodução dos entendimentos em casos similares posteriores, forçando a manifestação da Consultoria em processos análogos;
- ii. É necessária uma agenda frequente de atendimento com a Presidência para possibilitar a discussão de teses, definição de posicionamentos e assinatura de expedientes;
- iii. Apresentação tempestiva de propostas de renovação ou de nova contratação de bens e serviços para viabilizar a realização dos processos licitatórios em tempo hábil;
- iv. Efetivar um acompanhamento permanente da execução dos convênios e termos de cooperação técnica para garantir a efetiva execução dos projetos;
- v. Um aperfeiçoamento das interlocuções entre a Procuradoria-Geral do Estado e a Consultoria no que concerne às demandas judiciais de interesse do Poder Judiciário do Estado do Ceará.



6.24.1 Assessoria da consultoria jurídica

Diante da elevada extensão das atribuições da Consultoria Jurídica, mostrou-se necessário organizar a sua Assessoria de modo compartimentado, conforme a natureza das matérias que competem ao órgão.

Nessa distribuição de tarefas, levando em consideração o agrupamento dos principais assuntos, optou-se por subdividir a assessoria em quatro especialidades:

- i. Assessoria de apoio direto ao Gabinete da Presidência;
- ii. Assessoria em processos judiciais;
- iii. Assessoria em processos administrativos;
- iv. Assessoria em processos licitatórios e convênios.

Embora esta subdivisão não exista formalmente nos regimentos administrativos da Consultoria Jurídica, a organização do trabalho nesses moldes permite uma melhor adequação da força de trabalho à demanda e um melhor aproveitamento dos servidores nas matérias às quais estão mais afetos.

É válido ressaltar que a atribuição primordial da Consultoria no âmbito dos processos administrativos é a de emissão de pareceres meritórios para subsidiar a decisão da Presidência nas matérias de maior complexidade. Todavia, para garantir dinâmica ao processamento dos feitos, também são preparadas as minutas das respectivas decisões da Presidência e de eventuais ofícios relacionados à comunicação desses atos.

6.24.2 Assessoramento direto ao Gabinete da Presidência

Somente as matérias mais complexas dirigidas à Presidência do TJCE e à Secretaria-Geral exigem a apresentação de parecer jurídico da Conjur para subsidiar o convencimento e a decisão da Presidência. Os demais processos permitem a prolação imediata de decisão da Presidência, seja em razão da baixa complexidade, da existência de posicionamento administrativo já firmado ou da suficiência de manifestação de área técnica específica.

A despeito da existência de um apoio administrativo ao Gabinete da Presidência (Chefia de gabinete, Oficiais de gabinete, divisões e serviço de apoio), diante do elevado volume e complexidade das questões, o processamento das demandas exige uma força de trabalho



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

complementar que é suprida pela Consultoria Jurídica.

Assim, a Conjur atua na elaboração de minutas de decisões administrativas, de ofícios e de portarias que exigem um suporte jurídico para construção de uma fundamentação mais adequada dos atos.

Quadro 3 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes
Aquisição de bens, material, etc.
Impressão de material gráfico
Reclamações em geral
Criação/transformação de Unidades Judiciárias
Disponibilização de espaço para eventos
Pedido de passagens aéreas e diárias para magistrados/servidores participarem de eventos
Requisição de informações e dados estatísticos
Cumprimento de decisões judiciais
Cartas Precatórias, Rogatórias e de Ordem
Telegramas e ofícios dos Tribunais Superiores
Pagamento de peritos e de fornecedores
Comunicação de suspeição/impedimento de magistrados
Pedidos dos Sindicatos e Associações de servidores e magistrados
Autorização para recolhimento de material bélico
Comunicação de realização de inspeção/correição nas varas do Interior
Acesso aos sistemas da Corte (SAJPG, SAJSG)
Aberturas de sindicâncias/PADs

Fonte: Consultoria Jurídica

6.24.3 Assessoria em processos judiciais

A assessoria jurídica responsável pelos processos de natureza judicial tem por atribuição o estudo dos autos, a realização de pesquisas jurisprudenciais e doutrinárias, bem como a elaboração de relatórios e minutas de decisões.

Considerando que as competências da Presidência, no que concerne à área jurídica, são consideravelmente reduzidas, os feitos submetidos à apreciação de tal órgão julgador resumem-se aos Pedidos de Suspensão de Liminar – PSL, às Reclamações Constitucionais e aos juízos de admissibilidade a serem realizados nos recursos interpostos aos tribunais superiores quando configurados eventuais impedimentos ou suspeições do Vice-Presidente, autoridade a quem



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

compete, por previsão regimental, a apreciação originária de tais medidas de inconformismo.

Ainda no que concerne à atuação da Presidência em processos judiciais, há que se destacar a constante necessidade de prolação de despachos em Cartas de Ordem ou Precatórias oriundas de outras Cortes de Justiça, em Recursos Administrativos, bem como em outros feitos que, por previsão legal e/ou regimental, dependem de prévia conclusão ao Presidente antes da sua distribuição.

Outra atuação de grande relevância dentre as competências da Assessoria Jurídica em Processos Judiciais compreende a elaboração de minutas de informações a serem prestadas pelo Presidente, na condição de autoridade coatora em mandados de segurança, bem como em ações ordinárias ajuizadas contra o Estado do Ceará, quando solicitadas pela Procuradoria-Geral do Estado.

Por fim, ainda que em menor incidência, compete, ainda, à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, a relatoria de procedimentos advocatórios nos casos em que não observada, pelo juízo *a quo*, a necessidade de remessa dos autos ao Tribunal, via remessa necessária.

Quadro 4 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes em informações em mandados de segurança relativos, predominantemente, a direitos de servidores
Gratificações de risco de vida
Adicional de qualificação/adicional de especialização
Lotação/relocação de servidores
Editais de remoção
Gratificação de estímulo à interiorização
Convocação de candidatos aprovados em concurso público do Poder Judiciário
Temas mais recorrentes em pedidos de Suspensão de Liminar
Bloqueio de verbas públicas
Suspensão de procedimentos licitatórios
Afastamento de Prefeitos Municipais
Afastamento de Presidentes de Câmaras Municipais
Nomeação de candidatos aprovados em concursos públicos
Aplicação de multas a gestores públicos por parte dos Tribunais de Contas

Fonte: Consultoria Jurídica



6.24.4 Assessoria em processos administrativos

A assessoria jurídica, responsável pelos processos de natureza administrativa, tem por atribuição a elaboração de pareceres jurídicos aptos a subsidiar as decisões da Presidência em procedimentos administrativos versando sobre matéria institucional e/ou, por modo prevalecente, acerca do regime jurídico de servidores e magistrados.

Também compete à referida assessoria jurídica elaborar pareceres técnicos em consultas formuladas pela Presidência e pela Secretaria-Geral, assim como por outras unidades administrativas do Poder Judiciário (quando autorizadas), alusivas a questionamentos objetivos (que não envolvem sujeitos), mormente a respeito da interpretação de atos normativos internos ou externos, bem como sobre a validade de atos administrativos já praticados. Usualmente, tais consultas são formuladas em forma de quesitos, cumprindo à assessoria respondê-los na integralidade, um a um, sintetizadas as conclusões em parecer submetido à prévia aprovação da Presidência, para posterior encaminhamento à unidade consulente.

Inserem-se, ainda, nas atribuições da assessoria jurídica responsável pelos processos de natureza administrativa, a elaboração, atualização ou revisão de minutas de atos normativos (leis, resoluções e portarias), concernentes à temática de interesse institucional e funcional, a exemplo do disciplinamento de aspectos pertinentes ao regime jurídico de servidores e magistrados, alterações na divisão e organização de unidades judiciárias e administrativas, dentre outros temas.

Quadro 5 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes
Direitos e vantagens de ordem pecuniária (gratificações e indenizações)
Direitos de ausência ao serviço (férias e licenças)
Mobilidade horizontal na carreira (remoção, permuta e cessão)
Mobilidade vertical na carreira (promoção)
Enquadramento funcional na carreira
Aposentadoria
Direitos e vantagens em prol de dependentes
Apuração de responsabilidades funcionais (sindicância e processo administrativo disciplinar)

Fonte: Consultoria Jurídica



6.24.5 Assessoria em processos licitatórios e convênios

Em sede de licitações e contratos, compete-lhe atuar de maneira opinativa, em todas as etapas do processo de contratação, e mesmo após expirada a vigência desta, mediante a emissão de pareceres, nos quais há um rigoroso controle preventivo de legalidade dos atos analisados, com o apontamento de eventuais vícios detectados, para fins de saneamento.

Assim, na etapa pré-contratual, é realizada a análise da minuta do edital da licitação e seus documentos anexos, bem como de eventuais impugnações ou recursos porventura apresentados pelos licitantes em face de atos da Comissão Permanente de Licitação do TJCE.

Depois de concluída a licitação e antes da assinatura do contrato, verifica-se a regularidade deste, especialmente se suas cláusulas, além de atenderem às exigências da Lei nº 8.666/93, também estão de acordo com o edital e a proposta vencedora do certame.

Já durante a execução do contrato, passa pelo crivo da Consultoria Jurídica toda e qualquer proposta de alteração nas condições inicialmente pactuadas. São os chamados aditivos e apostilamentos contratuais, entre os quais se destacam, por serem mais recorrentes: (a) os de prorrogação do prazo da contratação, (b) os de revisão dos preços contratados, (c) os de acréscimo e supressão de itens, e (d) os de mudança de dotação orçamentária.

E, como dito, mesmo após o encerramento da contratação, por vezes, ainda existem alguns procedimentos específicos em que a Consultoria Jurídica atua, geralmente, verificando a possibilidade de ser exigida ou não a correção de irregularidade detectada, *a posteriori*, pela área técnica, enquanto não expirado o prazo de garantia contratual.

Oportuno destacar, ademais, que antes, durante e após a execução do contrato, também se mostra bastante comum, no dia a dia, a instauração de processos para apuração de responsabilidade dos particulares pelo descumprimento de obrigações legais ou contratuais, nos quais a Consultoria Jurídica é invariavelmente chamada a opinar sobre a observância dos direitos e garantias processuais, e as sanções administrativas eventualmente cabíveis.

E tudo o que se disse até aqui também é válido para os convênios e outros instrumentos congêneres celebrados pelo TJCE (Termos de Cessão de Uso de Bem Público, Termos de Cessão de Servidores, etc.), observadas, é claro, as peculiaridades de cada um deles.

Finalmente, e para concluir essa breve explanação, não se pode deixar aqui de mencionar a importância também da atuação dos assessores, no sentido de orientar, formal ou



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

informalmente, os nossos gestores contratuais e dirimir qualquer dúvida que estes possam vir a ter, na prática, acerca da aplicabilidade da legislação de regência no caso contrato.

Quadro 6 – Temas mais recorrentes

Temas mais recorrentes
Editais de licitação e anexos
Contratos, convênios e outros instrumentos congêneres
Aditivos e apostilamentos contratuais
Processos apuratórios de responsabilidade
Impugnações e recursos
Consultas de validade de cláusula contratual

Fonte: Consultoria Jurídica

6.24.6 Departamento de execução e controle processual

O Departamento de Execução e Controle Processual é o setor de administração interna da Consultoria Jurídica, com duas Divisões vinculadas: a de Distribuição e Controle de Feitos e a Central de Contratos e Convênios.

A Divisão de Distribuição e Controle de Feitos é responsável pelo gerenciamento de entrada, distribuição interna e remessa dos processos afetos ao Órgão. Esta divisão é ainda responsável pelo acompanhamento dos processos e pela elaboração de relatórios.

Já a Divisão Central de Contratos e Convênios tem por finalidade centralizar e administrar as atividades envolvidas na gestão de contratos e convênios celebrados com terceiros. Compete-lhe a formatação final, a coleta de assinaturas, a publicação, o arquivamento e a elaboração de relatórios das atas de registro de preços, dos contratos, dos convênios, termos de cessão de uso, termos de cooperação técnica, etc.

6.24.7 Assessoria em processo licitatório

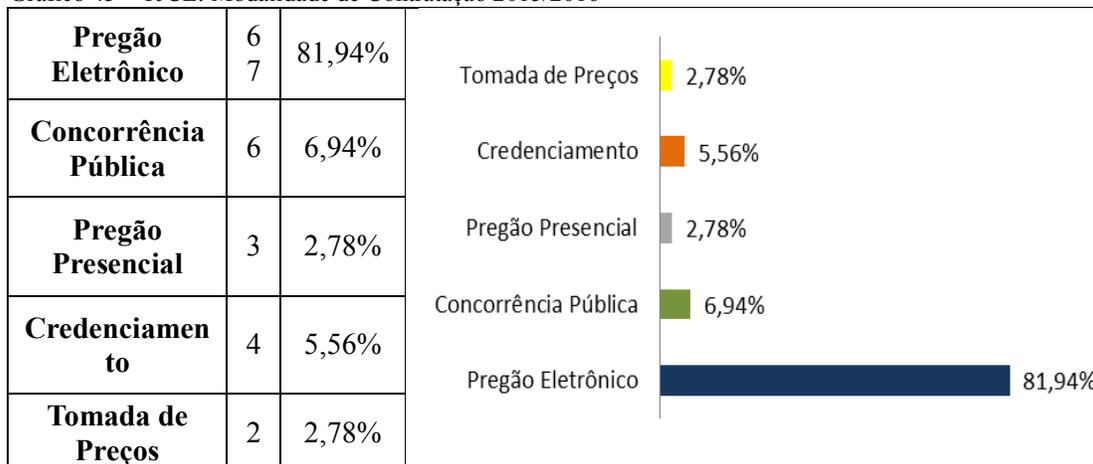
A Assessoria em Processo Licitatório e o Serviço de Apoio em Processo de Licitação são órgãos da Consultoria Jurídica que dão suporte direto às aquisições e contratações. Eles trabalham diretamente com a Comissão Permanente de Licitação, revisando os editais, acompanhando as disputas e analisando recursos e impugnações.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

O TJCE realizou, em 2015/2016, o total de 82 procedimentos licitatórios, sendo 59 pregões eletrônicos, o que corresponde a 81,94% dos certames realizados para o período, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 45 – TJCE: Modalidade de Contratação 2015/2016



Fonte: Comissão Permanente de Licitação

Considerando os processos licitatórios concluídos, constatou-se significativa redução nos valores contratados pelo Poder Judiciário e aqueles estimados pelos setores técnicos em pesquisa de preço para subsidiar os processos licitatórios.

Tabela 48 – Comparativo de valores estimados e obtidos

	2015	2016
Somatório de todos os valores estimados para as licitações*	R\$ 26.765.320,64	R\$ 17.044.173,21
Somatório de todos os valores obtidos com as licitações*	R\$ 20.989.863,07	R\$ 11.231.337,29
Percentual de Redução	21,58%	34,10%

Fonte: Comissão Permanente de Licitação

*Os valores apresentados foram obtidos da soma dos valores estimados para as licitações, os quais nem sempre são valores monetários, a exemplo dos Fatores de Redução nas licitações de Manutenção. Como o objetivo foi encontrar o percentual de redução entre o Valor Estimado e o Valor Obtido na Licitação, as diferenças entre os tipos de valores, monetário ou um percentual de desconto, não interferem no resultado.

O procedimento do pregão eletrônico é complexo e envolve vários setores, de modo que se não houver uma harmonia de posição e uma interação rápida entre os envolvidos o sucesso da contratação ficará comprometido. A modalidade pregão é composta de uma fase interna e outra externa.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Durante a fase interna ocorrem as seguintes etapas: requisição do objeto; justificativa para a contratação; autorização para realização do certame; disponibilidade de recursos orçamentários; elaboração e aprovação do termo de referência; designação do pregoeiro e da equipe de apoio; elaboração e aprovação do edital; parecer jurídico.

O planejamento é base e requisito indispensável da fase interna. Quando bem executado, contribui para um procedimento célere, mitigando o tempo de análise por retrabalho e devoluções para correções e ajustes no Termo de Referência. Em contraposição, havendo uma má efetivação da etapa de planejamento da contratação e baixa qualidade dissertativa do Termo mencionado, o certame resta prejudicado em suas etapas posteriores, impactando inclusive na elaboração e aprovação do Edital de licitação e do devido parecer jurídico.

A fase externa da licitação requer outra gama de serviços prestados pela Comissão de Licitação no intuito de tornar rápidos e eficientes os processos licitatórios sob sua condução. O liame entre essa fase e a contratação consiste nas seguintes etapas: publicação em veículos de grande circulação e no DJE; abertura da sessão; credenciamento (presencial); entrega dos envelopes (propostas e documentação, presencial); abertura das propostas; classificação das propostas; lances sucessivos; exame de aceitabilidade da oferta; negociação com o licitante vencedor do lance; habilitação; declaração de vencedor; interposição e análise de recursos; adjudicação e homologação.

O período de execução da fase externa de uma licitação pode variar de acordo com os eventos ocorridos durante o certame. Assim, um procedimento que possui interposição de recursos contra decisões administrativas do pregoeiro demandará um prazo maior do que naqueles certames onde somente foram processados os prazos positivados na legislação que regula a atividade.

Devido inconsistências não retificadas nos documentos produzidos na primeira fase (interna), a segunda fase poderá ser afetada negativamente ou até mesmo embutida de anulação ou suspensão do certame, tendo em vista a possibilidade de pedidos de impugnação de editais, devido à reduzida qualidade dos documentos que os geraram.

Considerando os fatores elencados acima, a Comissão de Licitação preza por orientar as áreas demandantes, sempre que requisitada, entendendo que além do papel principal desta Comissão de processar a licitação, existe uma função institucional de cooperar com outras unidades para que o Poder Judiciário cearense garanta direitos para realizar justiça (Missão TJCE), sendo referência em gestão judiciária, reconhecida como instituição confiável e célere na promoção da Justiça (Visão de Futuro 2015-2020).



6.25 Otimização de Procedimentos no Fórum Clóvis Beviláqua

6.25.1. Melhoria nas Rotinas de Emissão de Certidões

Durante o ano em curso, a Seção de Certidões do Departamento de Atividades Judiciais do Fórum Clóvis Beviláqua passou por profundas alterações em suas rotinas de trabalho, as quais permitiram a redução do prazo de entrega dos documentos, que chegava a 48 horas, para 2 horas, em média.

Tais alterações incluíram a capacitação e unificação das equipes de pesquisa, as quais passaram a atender a todos os pedidos de certidões cíveis e criminais, aumentando a capacidade de atendimento do setor. Além disso, foram feitas a revisão e padronização de todos os modelos de documentos expedidos, que passaram a ser armazenados em repositório acessível em rede. A criação de planilhas eletrônicas de controle permitiu o acompanhamento de cada solicitação, desde o recebimento até a entrega da certidão requerida, o que reduziu o extravio de documentos, além de tornar mais célere o processamento dos pedidos. Por fim, foi implementado o controle de conformidade, pelo qual as certidões são revisadas, uma a uma, reduzindo drasticamente a ocorrência de erros de digitação, e conseqüentemente, o retrabalho e a inutilização de selos de autenticidade.

Foram realizadas importantes alterações no Sistema de Emissão de Certidões *On-line*, por meio da correção de erros relacionados à consulta fonética, tornando o sistema mais seguro e seletivo, o que refletiu no aumento da demanda pelo atendimento presencial.

Convém destacar a publicação da Portaria nº 1149/2015, a qual atualizou as regras relativas à expedição de certidões criminais, tornando os procedimentos mais seguros e em conformidade com a legislação vigente.

6.25.2. Implantação da Senha de Mandados, Cartas e Ofícios

Implantação da senha de acesso na margem do documento impresso com mandados, cartas e ofícios, economizando tempo de trabalho e despesas com material de expediente que antes eram impressos para encaminhamento dos referidos expedientes.



6.25.3. *Assistência às Varas Cíveis*

Por meio da experiência adquirida durante os vários mutirões DPVAT já desenvolvidos, o Cejusc elaborou um manual explicando a logística desenvolvida para estes eventos, bem como a estrutura e as atividades necessárias para a sua realização. Tal material foi distribuído às Varas Cíveis da Comarca e disponibilizado para as comarcas do Interior, conforme manifestação de interesse.

Além da cartilha, o Cejusc disponibiliza salas para empréstimo às Varas Cíveis interessadas em realizar o evento, desde que solicitadas com antecedência e de acordo com a disponibilidade da data pretendida, cabendo às respectivas secretarias a confecção de expedientes e o recrutamento de pessoal.

Assim, o Cejusc prestou assistência a 13 Varas Cíveis, com empréstimos e realização de eventos tão somente de perícias ou de perícias e audiências. A seguir apresentamos o cronograma:

Tabela 49 – Varas Cíveis Assistidas pelo Cejusc-Fortaleza em 2016

Mês	Varas Cíveis Beneficiadas
Fevereiro	1 ^a , 36 ^a e 37 ^a
Março	36 ^a
Abril	31 ^a e 36 ^a
Maio	35 ^a , 36 ^a e 37 ^a
Junho	25 ^a
Julho	39 ^a
Agosto	1 ^a , 12 ^a , 25 ^a , 36 ^a e 37 ^a
Setembro	12 ^a

Fonte: Cejusc-Fortaleza



7. INFRAESTRUTURA E SEGURANÇA

7.1 Projetos e Ações de Infraestrutura

Para que os investimentos em infraestrutura realizem todo seu potencial benéfico é preciso que se tenha capacidade técnica para planejar e monitorar investimentos. Também é fundamental que existam mecanismos que promovam avaliações dos projetos para que haja uma checagem dos projetos elaborados e executados. Vários foram os projetos elaborados dentro da área de infraestrutura e segurança física, com o objetivo de garantir um ambiente seguro e adequado dentro das unidades judiciárias do Estado.

Tabela 50 - Projetos elaborados dentro da área de infraestrutura e segurança física

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso	Fase atual
Integração telefonia – VoiceNet	Implantação VoiceNet	VoiceNet implementado	DEPMANUT (Seinfra)	Implementado com economia de R\$ 360.000,00	Concluída
Aproveitamento de água do lençol freático	Aproveitar água para necessidades internas	Água aproveitada	DEPMANUT (Seinfra)	Redução de 18% do consumo atual – R\$ 3.000,00/mês	Concluído
Reforma parcial do Fórum de Sobral	Realizar reformas necessárias	Reforma realizada	DENGARQ (Seinfra)	Valor da obra R\$ 268.741,12	Concluída
Fornecimento de nobreaks para datacenter	Implantar nobreaks no CDI e FCB	Nobreaks instalados	DENGARQ (Seinfra) / Setin	Valor R\$ 480.000,00	Concluído
Reforma elevador FCB	Reformar a caixa de elevador e instalar o elevador	Elevador em funcionamento	DENGARQ (Seinfra) / FCB	Valor R\$ 209.444,48	Em andamento
Reforma parcial do Fórum de Aracoiaba	Reformar Fórum	Reforma realizada	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 569.672,74	Em andamento
Substituição de esquadrias da Esmec	Substituir esquadria danificada	Esquadria substituída	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 45.584,53	Em andamento



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso	Fase atual
Recuperação de grades e portões das Turmas Recursais	Recuperar grades e portões	Grades e portões recuperados	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 72.332,37	Em andamento
Aquisição de equipamentos audiovisuais do auditório da Esmec	Adquirir e instalar equipamentos	Equipamentos instalados e em pleno funcionamento	DENGARQ (Seinfra)	Valor R\$ 250.000,00	Em andamento
Reforma do prédio da 5ª Vara da Infância e Juventude	Reformar as instalações físicas	5ª Vara em condições plenas de utilização	DENGARQ (Seinfra) / DAE	Reforma custeada pelo Governo do Estado	Em andamento
Ventilação das áreas comuns do FCB	Implementar equipamentos para refrigerar as áreas comuns do FCB	Áreas comuns com condições de refrigeração adequadas	DENGARQ / FCB	-	Em fase de elaboração do projeto
Contratação de empresa especializada em serviços de dedetização	Realizar licitação para disponibilizar empresa de dedetização	Ata de Registro de Preço disponível	DEPMANUT (Seinfra)	Valor R\$ 300.000,00	Em fase de licitação
Contratação de empresa especializada em manutenção de extintores	Realizar licitação para contratar empresa especializada em manutenção de extintores	Empresa contratada e pronta para realizar a manutenção	DEPMANUT (Seinfra) e Assessoria Militar	Valor R\$ 490.000,00	Em fase de elaboração do termo de referência
Integração dos serviços de telefonia – fase II VoiceNet	Disponibilizar telefonia com ligação a 4 dígitos	Ligações a 4 dígitos disponibilizadas	DEPMANUT (Seinfra) Oi	-	Em andamento
Implantação de bicicletário no Palácio da Justiça	Implantar bicicletário	Bicicletário pronto para utilização	DENGARQ DEPMANUT	-	Em elaboração de orçamento

Fonte: Secretaria de Infraestrutura



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

7.1.1 Projetos com recursos do Funseg

Os recursos do Fundo de Segurança dos Magistrados – Funseg são utilizados no atendimento das despesas de manutenção, estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos sistemas de segurança dos magistrados. Os projetos que envolveram o Funseg e realizados e coordenados pela Secretaria de Infraestrutura - Seinfra são:

Tabela 51 - Projetos com recursos do Funseg

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso / Valor (R\$)	Fase atual
Reforma da Sala de armas do FCB	Reformar a sala de armas do FCB	Sala de armas reformada atendendo aos itens específicos de segurança	DENGARQ (Seinfra) / FCB	241.397,70	Concluído
Climatização da sala de armas	Climatizar a sala de armas	Sala em condições ideais de climatização	DENGARQ (Seinfra)	147.879,77	Concluído
Reforma das residências oficiais de Independência e Santa Quitéria	Reformar as unidades	Unidades disponíveis para uso	DENGARQ (Seinfra)	413.744,77	Em fase de homologação da licitação
Adaptação de galpão para funcionamento do Fórum de Iracema	Reformar galpão para pleno funcionamento	Fórum com facilidades implementadas	DENGARQ (Seinfra)	-	Em elaboração de projeto para aprovação pela Comissão de Segurança Permanente - CSP
Reforma parcial do Fórum de Aracati	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	37.088,00	Em fase de licitação
Reforma parcial do Fórum de Itaitinga	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	260.494,00	Em fase de aprovação do edital



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Reforma parcial do Fórum de Quixadá	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	78.184,00	Em fase de aprovação pela CSP
Reforma parcial do Fórum de Sobral	Implementação de itens de segurança	Fórum com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	74.026,00	Em fase de aprovação pela CSP
Reforma parcial dos Fóruns de Iguatu e Juazeiro do Norte	Implementação de itens de segurança	Fóruns com itens de segurança implementados	DENGARQ (Seinfra)	-	Em fase de elaboração de projeto
Projeto de monitoramento eletrônico: FCB, Juizados Especiais da Capital, Aracati, Juazeiro, Quixadá, Sobral, Iguatu e Juazeiro do Norte	Implementação de monitoramento eletrônico	Monitoramento implementado	DENGARQ (Seinfra)	-	Em elaboração de projeto
Projeto de instalação de alarme contra incêndio no FCB	Implementação de alarme contra incêndios	Alarme implementado	DENGARQ (Seinfra)	2.500.000,00	Em elaboração de projeto

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.2 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs)

Os Centros Judiciários de Solução de Conflito e Cidadania (Cejuscs) tiveram seu planejamento e execução orientados por meio de resolução emanada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Após o planejamento e ações do Departamento de Engenharia e Manutenção, temos os *status* das unidades apresentados a seguir:



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 52 - *Status* das unidades envolvidas com Cejusc

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Progresso	Fase atual
Implementação de unidades de Cejusc	Disponibilizar 24 unidades em Fóruns específicos	Espaço com facilidades para instalação dos Cejusc	DENGARQ e DEPMANUT – Seinfra: Aracati, Caucaia, Crateús, Crato, Fortaleza, Itapipoca, Juazeiro do Norte, Maracanaú, Quixadá, Sobral, Tauá, Tianguá, Baturité, Limoeiro do Norte, Boa Viagem, Camocim, Mombaça, Quixeramobim, Morada Nova, Pacajús, Várzea Alegre, Itapajé, Nova Russas, Senador Pompeu	-	Instaladas
Implementação de unidades de Cejusc	Disponibilizar 7 unidades em Fóruns específicos	Espaço com facilidades para instalação dos Cejusc	Iguatu, Pacatuba, Icó, Russas, Santa Quitéria, Brejo Santo, Canindé	Em andamento	5 Unidades entregues
Implementação de unidades de Cejusc	Disponibilizar 8 unidades em Fóruns específicos	Espaço com facilidades para instalação dos Cejusc	Aquiraz, Barbalha, Eusébio, Maranguape, Acopiara, Cascavel, Granja, Massapê	Em andamento	Previsão – 1º Semestre 2017

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.3 Fóruns específicos - Construções

7.1.3.1 Itapipoca

Tabela 53 – Projeto Fórum de Itapipoca

Item	Descrição
Quantidade de varas	3
Área construída	1.417,64m ²
Percentual de execução	100%
Situação atual	Concluído em março de 2015

Fonte: Secretaria de Infraestrutura



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Figura 7 - Fórum de Itapipoca



Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.4 Estudos e ações técnicas

Tabela 54 – Estudos e ações técnicas

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Fase atual
Elaboração de Relatório de estado de conservação das unidades do Judiciário	Levantar e apresentar relatório específico	Relatório disponível	DENGARQ	Encerrado
Avaliação das condições do Serviço de Zeladoria	Levantar as condições do Serviço de Zeladoria no Interior e Região Metropolitana	Relatório de Pesquisa	DEPMANUT – Zeladoria	Encerrado
Elaboração e disponibilização do Manual Técnico relativo à construção do Fórum de Itapipoca	Elaborar e disponibilizar o manual	Manual disponibilizado	DENGARQ	Encerrado
Acompanhamento do Plano de Obras 2016-2020	Acompanhar a execução do Plano de Obras	Plano de Obras atualizado	DENGARQ	Encerrado



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Projeto	Objetivos	Entregas previstas	Unidades envolvidas	Fase atual
Estudo técnico sobre ar-condicionado	Realizar avaliação das condições dos equipamentos de ar-condicionado do TJCE	Estudo disponibilizado	DEPMANUT	Encerrado
Dimensionamento e instalação de quadros elétricos	Realizar avaliação	Quadros dimensionados e instalados	DEPMANUT	Em andamento
Dimensionamento, instalação e parametrização de relé de proteção do Centro de Documentação de Informação - CDI	Atender a exigências da Coelce	Exigências atendidas	DEPMANUT	Em andamento
Dimensionamento e instalação de capacitores no Palácio da Justiça	Redução de cobrança de excedente reativo na fatura de energia elétrica	Instalação realizada	DEPMANUT	Encerrado
Manutenções preventivas e corretivas específicas em subestações elétricas	Manter subestações em pleno funcionamento	Manutenções realizadas	DEPMANUT	Em andamento

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.1.5 Plano de Obras 2017-2018

O TJCE vem implantando um plano que tem a finalidade de estabelecer os níveis de prioridades em edificações. Para tanto, foram identificadas as informações de cada imóvel, consubstanciadas no Plano de Obras.



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Tabela 55 – Plano de obras 2017-2018

Item	Ação / Comarca	Grau de jurisdição	Valor estimado (R\$)	
			2017	2018
1	Novo Fórum Senador Pompeu	1º	3.657.666,60	-
2	Novo Fórum Russas	1º	3.855.802,40	-
3	Novo Fórum Várzea Alegre	1º	2.702.979,00	-
4	Novo Fórum Santa Quitéria	1º	4.638.179,00	-
5	Novo Fórum Milagres	1º	2.650.990,50	-
6	Reforma acessibilidade	1º	1.000.000,00	2.250.000,00
7	Adequação guarda-corpo FCB	1º	1.500.000,00	-
8	Instalação SDAI FCB	1º	1.500.000,00	-
9	Reforma parcial Creche	2º	250.000,00	-
10	Sistema de som – Câmaras TJCE	2º	500.000,00	-
11	Reforma com ampliação Crato	1º	2.000.000,00	1.239.500,00
12	Novo Fórum Itapajé	1º	-	4.158.000,00
13	Novo Fórum Uruburetama	1º	-	3.891.842,57
14	Novo Fórum Iracema	1º	-	3.239.500,00
15	Novo Fórum Catarina	1º	-	3.534.000,00
16	Novo Fórum Cascavel	1º	-	4.536.000,00
17	Reforma Juazeiro do Norte	1º	-	2.000.000,00
18	Reforma com ampliação Eusébio	1º	-	1.500.000,00
19	Reforma com ampliação Caucaia	1º	-	2.000.000,00
20	Reforma com	1º	-	1.000.000,00



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

Item	Ação / Comarca	Grau de jurisdição	Valor estimado (R\$)	
			2017	2018
	ampliação Jaguaruana			
21	Reforma com ampliação Tianguá	1º	-	1.500.000,00
22	Reforma com ampliação Araripe	1º	-	1.000.000,00
23	Reforma com ampliação Maranguape	1º	-	1.500.000,00
24	Reforma com ampliação Morada Nova	1º	-	1.500.000,00
	TOTAL		24.255.617,50	34.848.842,57

Fonte: Secretaria de Infraestrutura

7.2 Ações do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais do Fórum Clóvis Beviláqua

Por meio do Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza (CFORDEPATSG), a Diretoria Geral Administrativa do Fórum Clóvis Beviláqua supervisiona as atividades das unidades que fazem parte de sua estrutura, no caso as Seções de Manutenção e Zeladoria; Patrimônio; Almoxarifado; Transporte; Protocolo Administrativo e Malotes competindo-lhe, ainda, a fiscalização de 13 contratos mantidos com empresas especializadas, fornecedoras de produtos e/ou serviços. Esses contratos abrangem temas variados como distribuição de água mineral; locação de veículos; fornecimento de alimentação; asseio e conservação; manutenção de equipamentos; manutenção predial; manutenção de sistemas de refrigeração por expansão direta e indireta; tratamento químico das águas do sistema de ar-condicionado; manutenção de elevadores; manutenção de subestações e geradores; manutenção da estação de tratamento de esgoto; resíduos sólidos e entulhos relacionados à Comarca de Fortaleza.

Na busca da excelência dos serviços de asseio e conservação, o projeto Gestão Limpeza, iniciou em 2015, e teve continuidade em 2016 por meio de medidas como mutirões de limpeza, despoluição visual, sensibilização de servidores, promoção de acessibilidade e pesquisa de satisfação. Como resultado, a pesquisa de avaliação do serviço de limpeza obteve 63,3% de



Relatório de Desempenho da Gestão 2016 – Tribunal de Justiça

satisfação geral, e evidenciou a crescente melhora nos serviços prestados, fruto deste projeto.

Abaixo, segue comparativo entre as pesquisas de satisfação realizadas:

Tabela 56 - Comparativo do resultado das pesquisas de satisfação em 2015 e 2016

Avaliação – Asseio e Conservação – Fórum Clóvis Beviláqua			
Itens avaliados	março/15	setembro/15	março/16
1 – Assiduidade e pontualidade dos auxiliares de limpeza	87,00%	90,91%	92,66%
2 – Quantidade da limpeza nas salas	73,00%	70,13%	81,65%
3 – Qualidade na limpeza dos banheiros das unidades	46,00%	51,95%	66,97%
4 – Qualidade do material utilizado na limpeza	34,00%	42,86%	52,29%
5 – Qualidade da limpeza nas áreas comuns	40,00%	54,55%	62,39%
6 – Qualidade da limpeza nas áreas externas	38,00%	57,14%	58,72%
7 – Qualidade da limpeza dos elevadores	42,00%	63,64%	73,39%
8 – Apresentação pessoal dos auxiliares de limpeza	72,00%	85,71%	86,24%
9 – Relacionamento dos auxiliares de limpeza	95,00%	97,40%	97,25%
10 – Fiscalização dos supervisores	62,00%	61,04%	68,81%
11 – Grau de satisfação geral com o serviço de limpeza do FCB	34,00%	61,04%	63,30%

Fonte: Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais da Comarca de Fortaleza

A seguir passa-se a relacionar as principais ações realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais no biênio 2015-2016:

Tabela 57 – Ações realizadas pelo Departamento de Patrimônio e Serviços Gerais em 2015

Unidade	Ação
Seção de Manutenção e Zeladoria	Implantação, com adequação de ambiente e instalação de equipamentos, das novas salas destinadas à Central de Solução de Conflitos e Cidadania
	Implantação, com reforma e adequação de ambientes, do Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Comarca de Fortaleza – Vara Única Privativa de Audiências de Custódia, inclusive na área da carceragem
	Implantação da Secretaria Judiciária de 1º Grau de Jurisdição II e III – Especialidade Varas de Família
	Implantação da Secretaria de 1º Grau de Jurisdição IV – Especialidade Varas de Execução Penal
	Instalação da oficina de informática
	Adequação de espaços para arquivo para a informática e setor de certidões
	Manutenção predial em toda a Comarca de Fortaleza, em especial as centrais de ar-condicionado do FCB; elevadores; subestações do FCB; <i>Data Center</i> ; Estação de Tratamento de Esgoto